



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 144 - TERÇA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP - 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 33, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 256, de 21 de julho de 2005**, que “*abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, no valor global de R\$ 425.950.734,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 34, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 257, de 21 de julho de 2005**, que “*abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional e de Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 1.214.000.000,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005**, que “*dispõe sobre a Administração Tributária Federal e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, de 2005

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 259, de 21 de julho de 2005**, que “*altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 20 de setembro de 2005, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 12 de setembro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 156ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 218, de 2005 (nº 575/2005, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2005 (nº 4.957/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências sancionado e transformado na Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.....

30520

Nº 219, de 2005 (nº 590/2005, na origem), de 12 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 12 a 16 do corrente mês, em viagem à Guatemala e a Nova York.....

30520

1.2.2 – Pareceres

Nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.....

30521

Nº 1.645, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

30524

Nº 1.646, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem), que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical.

30526

Nº 1.647, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da

República, que autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaia.....

30528

Nº 1.648, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.....

30529

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 87, de 2004, 17, 28, 74 e 82, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

30532

Recebimento do Aviso nº 32, de 2005 (nº 341/2005, na origem), de 2 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real relativo ao mês de julho de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas (anexada ao processado do Aviso nº 11, de 2005).

30532

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998 (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ).

30533

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação de uma emenda perante a Mesa, ao Projeto de Lei nº 53, de 2004 (nº 6.100/2002, na Casa de origem), que altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).

30533

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas perante a Mesa, ao Proj-

to de Lei da Câmara nº 35, de 2005 (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências, tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.....

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.....

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo, tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura.....

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia, tendo sido aprovado terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura. À Câmara dos Deputados.

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração

30533

ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

30535

Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providencias, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais.

30536

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 987/2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.....

30538

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR MARCO MACIEL – Considerações sobre campanha institucional veiculada pelo Tribunal Superior Eleitoral, a respeito do referendo sobre porte de arma a ser realizado em outubro próximo.

30539

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Transcurso do 61º aniversário da Associação Commercial e Industrial de Roraima.....

30542

SENADOR OSMAR DIAS, como Líder – Debate sobre a proposta de emenda à Constituição, em tramitação na Câmara dos Deputados, que regulamenta o Fundeb. Importância da implantação do projeto de Educação Integral nas prefeituras comandadas pelo PDT.....

30552

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Regozijo pela assinatura de convênio entre o Banco do Brasil e o Estado da Bahia para a área de segurança pública. Críticas aos procedimentos adotadas pela Polícia Federal durante a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-Prefeito Paulo Maluf. Posição contrária à reforma universitária por decreto do Ministério da Educação. Considerações sobre as denúncias envolvendo o Presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti.

30553

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à viagem do Presidente Lula à Guatemala, esta semana, após denúncias que agravam a atual crise institucional. Apelo pela votação de requerimento de informações sobre empréstimos concedidos pelo BNDES.

30555

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a viagem do Presidente Lula à Guatemala e a crise em seu Governo.....

30561

1.2.7 – Leitura de requerimentos

Nº 988, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães e outros Srs. Senadores, solicitando seja registrado nos Anais do Senado Federal voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira pelos seus 103 anos de nascimento.

30565

Nº 989, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, Distrito Federal, pela realização do passeio ciclístico destinado a escla-

30534

30534

30535

30535

recer a população acerca do referendo de outubro deste ano.....	30565
Nº 990, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jovem tenista brasiliense Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis..	30566
1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PAULO PAIM – Homenagem póstuma ao músico Lupicínio Rodrigues.	30566
SENADOR TIÃO VIANA – Registro da expansão do ensino universitário brasileiro durante o Governo Lula.	30568
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo da jornalista Mônica Bergamo, intitulado “A Pequena Sereia”, publicado na Folha de S.Paulo, no último dia 11.	30602
1.2.9 – Leitura de requerimentos	
Nº 991, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no último dia 8.	30604
Nº 992, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Médico João Marcelo Villas Boas, ocorrido no último dia 8.	30605
Nº 993, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	30605
1.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR PAULO OCTÁVIO, como Líder – Registro do transcurso, hoje, do aniversário do ex-Presidente Juscelino Kubitschek.	30606
SENADORA IRIS DE ARAÚJO – Reflexões sobre a necessidade de resgate dos ideais dos partidos políticos visando o fortalecimento das instituições democráticas.	30607
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “Mil e uma noites”, do ex-Ministro Pedro Malan, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , do último dia 11.....	30615
SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre operações realizadas pela Polícia Federal, no atual governo, no combate à corrupção, em especial, a prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf e seu filho, neste final de semana.	30616
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro do artigo intitulado “Vice se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir”, publicado no dia 11 do corrente na Folha de S.Paulo	30619
SENADORA SERYS SHHESSARENKO – Reivindicações dos prefeitos municipais, na Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro, ocorrida entre os dias 24 a 26 de agosto último, no Rio de Janeiro. Realização do 23º Encontro dos auditores fiscais do trabalho, em Cuiabá/MT..	30623

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Considerações sobre a decisão do Deputado Severino Cavalcanti de não se afastar da Presidência da Câmara dos Deputados.....	30625
1.2.11 – Ofício	
Nº 08-214, de 2005, de 7 do corrente, do Senador Cristovam Buarque, comunicando o seu desligamento do Partido dos Trabalhadores, a partir desta data.....	30625
1.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)	
SENADOR JORGE BORNHAUSEN – Preocupação com a votação da proposta de modificação do sistema eleitoral. Justificativa à proposta de emenda à Constituição, que S. Exª irá apresentar, alterando o art. 68 da Constituição Federal.....	30625
SENADOR VALDIR RAUPP – Concessão de licença ambiental para a construção do gasoduto Urucum/Porto Velho. Importância do Projeto Amor e Vida, desenvolvido em Porto Velho/RO.	30627
SENADOR JOSÉ AGRIPINO – Paralisia do Governo Federal. Comentários a respeito da prisão do ex-Prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, neste final de semana. Postura do Partido dos Trabalhadores contrário à instalação de CPI.	30628
SENADOR MÃO SANTA – Críticas ao Governo do Presidente Lula. Greve nos hospitais universitários. Comentários à entrevista do Professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior sobre a necessidade urgente de redistribuição de renda no Brasil.	30632
SENADOR EFRAIM MORAIS – Comentários a respeito dos trabalhos das CPMI. Leitura de carta à sociedade paraibana, do Sindicato dos Professores da UFPB.	30636
1.2.13 – Leitura de requerimento	
Nº 994, de 2005, de autoria do Senador Efraim Moraes e outros Srs. Senadores, solicitando sessão especial em comemoração ao cinqücentenário da Universidade Federal da Paraíba.	30637
1.2.14 – Discurso do Expediente (continuação)	
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Defesa da adequação do Código de Defesa do Consumidor às relações de consumo por meio da internet.....	30639
1.2.15 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Bagunça fundiária”, de autoria do deputado do PSDB, Xico Graziano, publicado no jornal O Estado de S.Paulo , edição do dia 30 de agosto do corrente.....	30641
SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários ao artigo da colunista Eliane Catanhêde intitulado “O passado e o futuro”, publicado pelo jornal Folha de S. Paulo , edição do dia 26 de agosto do corrente.....	30643

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição do artigo intitulado “Para superar a crise política”, de autoria do ex-Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **O Estado de S.Paulo**, edição do dia 28 de agosto do corrente. 30644

1.2.16 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, terça-feira, dia 13, às quatorze horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 30647

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 133, de 2005. 30648

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 3.504 a 3.533, de 2005. 30649

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

5 – SECRETARIA DE COMISSÕES

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 156^a Sessão Não Deliberativa em 12 de setembro de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, da Sra. Serlys Shhessarenko,
e dos Srs. Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp e Romeu Tuma*

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 218, de 2005 (nº 575/2005, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2005 (nº 4.957/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e dá outras providências sancionado e transformado na Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 219, DE 2005

**Junta-se ao processo da Mensagem
nº 11, de 2005 à publicação.
Em 12-9-2005.**

MENSAGEM Nº 590

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País nos dias 12 a 16 do mês de setembro, em viagem à Guatemala e a Nova York.

No dia 12, encontrar-me-ei com o Presidente da Guatemala, Oscar Berger; no dia 13, participarei de reunião com os Presidentes de Belize, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Guatemala, Nicarágua e Panamá, países membros do Sistema de Integração Centro-Americano.

Nos dias 14 e 15, em Nova York participarei da Reunião Plenária de Alto Nível relativa às Metas da Cúpula do Milênio, da Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas e de encontros com outros Chefes de Estado e de Governo.

Brasília, 9 de setembro de 2005. – **Luís Inácio Lula da Silva.**

Aviso nº 956 – C. Civil

Brasília, 9 de setembro de 2005

Assunto: Viagem presidencial

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País nos dias 12 a 16 do mês de setembro, em viagem à Guatemala e a Nova York.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.644, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Relator: Senador Cristovam Buarque

I – Relatório

Chega a esta Comissão o PLC nº 87, de 2004, originado do Projeto de Lei nº 5.918-B, de 2001, de autoria do Deputado Ivan Valente, que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

O art. 87 especifica princípios, estratégias e ações a serem adotados na Década da Educação, instituída pela LDB, que teve seu início em janeiro de 1997 e se prolonga até dezembro de 2006.

Pela redação do § 3º, ficava parecendo que, no ensino fundamental, a matrícula dos alunos, a oferta de cursos de educação de jovens e adultos e a capacitação de professores passavam a ser dever dos Municípios e, só suplementarmente, dos Estados e da União.

A justificação do projeto se resume a urgir coerência com o dever comum, constitucionalmente estabelecido e regulamentado no corpo da própria LDB, entre cada Estado e seus Municípios, em garantir o ensino fundamental para toda a população brasileira.

Aprovado na Câmara, o projeto veio a esta Comissão, onde não recebeu emendas.

II – Análise

O argumento da justificação é correto: não se pode, talvez a pretexto de uma tendência histórica de municipalização dos anos iniciais de escolarização, desvestir os governos estaduais de seu dever com-

partilhado em prover, com seus recursos financeiros e sua estrutura administrativa, a oferta do ensino fundamental, inclusive para os jovens e adultos.

Se não bastassem os textos da Constituição, em seu art. 211, a LDB, em seus arts. 10 e 11, a Lei nº 10.172, de 2001, que fixou o Plano Nacional de Educação, também foi explícita em colocar no mesmo patamar de responsabilidade os Estados e Municípios, na oferta e financiamento do ensino fundamental. Diversa, no entanto, é a posição da União: embora também ela tenha como dever primeiro a garantia do ensino obrigatório, até hoje limitado ao fundamental, sua função não é prioritariamente a da oferta direta, mas a das ações redistributiva e supletiva, como fica claro no art. 211 da Constituição.

Assim, as ações previstas no art. 87, de matricular as crianças a partir dos sete anos, de oferecer cursos de ensino fundamental para jovens e adultos e de capacitação para professores devem ser de igual responsabilidade de cada Estado e de cada um de seus Municípios, proporcionalmente à capacidade de atendimento, conforme o art. 75 da mesma lei.

Com o mesmo argumento do proposito, vemos a necessidade de suprir a falta da menção, no artigo referido, do Distrito Federal, para o que oferecemos emenda de redação.

III – Voto

Pelo exposto, nosso voto é pela aprovação do PLC nº 87, de 2004, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 87, de 2004, a seguinte redação:

“Art. 1º O § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 87.

.....

§ 3º O Distrito Federal, cada Estado e Município, e, supletivamente, a União, devem:

(NR)

Sala da Comissão, 23 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 087/04 NA REUNIÃO DE 23/108/05
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

(Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
(VAGO)	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PFL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
RELATOR	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, os Estados e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II – definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III – elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das insti-

tuições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI – assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

VII – assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003).

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II – exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III – baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV – autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V – oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI – assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal. (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31-7-2003).

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 75. A ação supletiva e redistributiva da União e dos Estados será exercida de modo a corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino.

§ 1º A ação a que se refere este artigo obedecerá a fórmula de domínio público que inclua a capacidade de atendimento e a medida do esforço fiscal do respectivo Estado, do Distrito Federal ou do Município em favor da manutenção e do desenvolvimento do ensino.

§ 2º A capacidade de atendimento de cada governo será definida pela razão entre os recursos de uso constitucionalmente obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino e o custo anual do aluno, relativo ao padrão mínimo de qualidade.

§ 3º Com base nos critérios estabelecidos nos §§ 1º e 2º, a União poderá fazer a transferência direta de recursos a cada estabelecimento de ensino, considerado o número de alunos que efetivamente freqüentam a escola.

§ 4º A ação supletiva e redistributiva não poderá ser exercida em favor do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios se estes oferecerem vagas, na área de ensino de sua responsabilidade, conforme o inciso VI do art. 10 e o inciso V do art. 11 desta lei, em número inferior à sua capacidade de atendimento.

LEI Nº 10.172, DE 9 DE JANEIRO DE 2001

Mensagem de veto nº 9

Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

PARECER Nº 1.645, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518 2003, na origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Relator: Senador **Fernando Bezerra**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 17, de 2005, pretende dar nova redação ao art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para incluir, entre as hipóteses de quebramento de fiança, o comparecimento do réu a local de que deveria manter-se afastado, conforme o respectivo termo lavrado pela autoridade policial ou judiciária.

Não foram apresentadas emendas ao projeto no âmbito desta Comissão.

II – Análise

Preliminarmente, cabe registrar que esta Comissão, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), é competente para apreciar o PLC nº 17, de 2005, que versa sobre direito processual penal.

Não se verifica no projeto qualquer vício de natureza constitucional. Formalmente, compete privativamente à União legislar sobre essa matéria, conforme dispõe

o art. 22, I, da Constituição Federal; substancialmente, não há qualquer ofensa ao texto da Lei Maior.

No mérito, a inovação proposta pelo PLC nº 17, de 2005, afigura-se conveniente e oportuna. Mostra-se razoável, para manutenção da ordem pública, que a autoridade, policial ou judiciária, que conceder a fiança, proíba o afiançado de comparecer a determinados locais. Como decorrência lógica, o descumprimento dessa condição deve implicar a quebra da fiança, o que acarreta a perda de metade do valor dado em caução e o recolhimento do réu à prisão, consoante o art. 343 do CPP.

Portanto, a alteração pretendida pelo PLC nº 17, de 2005, contribui para o aperfeiçoamento da legislação. Não obstante, cremos que sua redação poderia ser mais clara, em vista do que apresentamos duas emendas.

III – Voto

Diante do exposto, somos pela aprovação do PLC nº 17, de 2005, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1-CCJ

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518-B, de 2003, na origem), a seguinte redação:

Altera o art. 328 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para incluir, como hipótese de quebra da fiança, o comparecimento do afiançado a local de que deveria manter-se afastado.

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 2-CCJ

Dê-se ao art. 328 do Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, com a alteração pretendida pelo Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005 (nº 2.518-B, de 2003, na origem), a seguinte redação:

“Art. 328. Quebra-se a fiança, se o indicado ou réu afiançado:

I – mudar de residência, sem prévia permissão da autoridade processante;

II – ausentar-se por mais de oito dias da sua residência, sem comunicar àquela autoridade o local onde será encontrado;

III – comparecer a local de que deveria manter-se afastado, conforme consignado no termo de fiança.” (NR)

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC **Nº** 17 **DE** 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>José Tebet (Relator)</i>
RELATOR:	<i>Fernando Bezerra</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB)	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÉNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcíDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA (Relator)	3-SÉRGIO ZAMBIAIS
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDEI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SHHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
PMDB	
RAMEZ TEbet	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

**LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processo Penal.

Art. 343. O quebramento da fiança importará a perda de metade do seu valor e a obrigação, por parte do réu, de recolher-se à prisão, prosseguindo-se, entretanto, à sua revelia, no processo e julgamento, enquanto não for preso.

PARECER Nº 1.646, DE 2005

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005 (nº 722/2003, na Casa de origem) que altera o art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical.

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005, que tem por objetivo, ao alterar o parágrafo único do art. 526 da Consolidação das Leis do Trabalho, assegurar a liberdade de sindicalização aos empregados de entidade sindical.

O dispositivo que se pretende alterar exclui o direito em associação em sindicato aos empregados de sindicato, **verbis**:

Art. 526.

.....
Parágrafo único. Aplicam-se aos empregados dos sindicatos os preceitos das leis de proteção do trabalho e de previdência social,

excetuado o direito de entidade sindical em sindicato.

O autor da proposição justifica sua iniciativa alegando que a Constituição Federal estabelece o direito de organização em associação sindical a todos os brasileiros, exceto aos militares, não tendo consignado qualquer exclusão – explícita ou implícita – dos trabalhadores de entidades sindicais.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

A Constituição Federal, em seu art. 8º, estabelece a liberdade de associação profissional ou sindical e determina que a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato vedando, finalmente, a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical.

Como se trata de norma proibitiva, ela é auto-aplicável.

Foram, portanto, tacitamente derrogadas todas as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho contrárias ao princípio da autonomia sindical.

A cessação tácita ou indireta do dispositivo da CLT, como diz Roberto Senise Lisboa, advém da incompatibilidade existente entre os textos da lei nova e da lei velha, resultante da interpretação de ambas as normas jurídicas. Conclui-se que há contradição entre o texto da lei nova e o da lei velha (Manual de Direito Civil, vol. 1, 3ª ed., p. 178).

Desse modo, não se sustenta mais à vedação constante do parágrafo único do art. 526, **in fine**, eis que o Constituinte de 1988 não fez qualquer restrição à sindicalização dos empregados de entidades sindicais.

Assim, em princípio, a promulgação de qualquer lei ordinária para declarar a revogação desse dispositivo ou parte dele não seria necessária, como no caso nosso, ante a flagrante incompatibilidade entre ele e o preceito da Lei Maior.

Entretanto, não há também impedimentos para que se altere o dispositivo legal em tela, se assim o legislador desejar, a fim de adequá-lo aos preceitos da Constituição Federal.

III – Voto

Em face do exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25108/2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25/08/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RELATOR: *sen. EDUARDO AZEREDO*

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTES
MARCO MACIEL - PFL	1- HERÁCLITO FORTES - PFL.
GILBERTO GOELLNER - PFL	2- JOSÉ JORGE - PFL.
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	3- DEMÓSTENES TORRES - PFL.
RODOLPHO TOURINHO - PFL	4- ROMEU TUMA - PFL.
FLEXA RIBEIRO - PSDB.	5- EDUARDO AZEREDO - PSDB.
LEONEL PAVAN - PSDB.	6- LUIZ SOARES - (Sem Partido)
LÚCIA VÂNIA - PSDB.	7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB.
REGINALDO DUARTE - PSDB.	8- SÉRGIO GUERRA - PSDB.
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
NEY SUASSUNA	1- WELLINGTON SALGADO
ROMERO JUCÁ	2- RAMEZ TEBET
VALDIR RAUPP	3- JOSÉ MARANHÃO
MÃO SANTA	4- PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
PAPALÉO PAES	6- GERSON CAMATA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT)	2- MAGNO MALTA (PL)
IDELI SALVATTI (PT)	3- EDUARDO SUPlicy (PT)
MARCELO CRIVELA (PL)	4- FÁTIMA CLEIDE (PT)
PAULO PAIM (PT)	5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)
PATRÍCIA SABOYA GOMES (Sem Partido)	6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
AUGUSTO BOTELHO.	1- JUVÊNCIO DA FONSECA.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I – a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II – é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um município;

III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV – a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V – ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

VI – é obrigatoriedade a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII – o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII – é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

PARECER Nº 1.647, DE 2005

**Da Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei
da Câmara nº 74, de 2005 (nº 4.042/2004,
na Casa de origem), de iniciativa do Pres-
idente da República, que autoriza o Poder**

**Executivo a doar 6 (seis) aeronaves T-25
à Força Aérea Boliviana e 6 (seis) à Força
Aérea Paraguaia.**

Relator: Senador Romeu Tuma

I – Relatório

Vem ao exame da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal o Projeto de Lei da Câmara em epígrafe que autoriza a doação pelo Governo brasileiro de doze aeronaves de treinamento para os governos da Bolívia e do Paraguai.

O Projeto de Lei foi recebido na Câmara dos Deputados em 12 de agosto de 2004, sendo distribuído para apreciação em caráter terminativo às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Na primeira dessas comissões foi aprovado em 20 de outubro de 2004. Na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público foi acolhido em 8 de dezembro de 2004. E, finalmente, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em redação final, no dia 3 de agosto de 2005.

Encaminhado ao Senado Federal no dia 5 de agosto de 2005, o Projeto de Lei foi distribuído, para decisão terminativa, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 9 de agosto subsequente, onde foi designado para o Relator que subscreve este Parecer no dia 11 de agosto de 2005, após prazo regimental sem recebimento de emendas.

II – Análise

O Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005, nasceu da avaliação realizada pelo Ministério da Defesa sobre o acervo de aeronaves da Força Aérea Brasileira. Essa análise, em conjunção com as conversações com as autoridades da Bolívia e do Paraguai, levaram à elaboração dessa proposição, que conjuga a conveniência técnica da administração pública brasileira com a solidariedade regional.

Esse aspecto da justificação da proposta está bem caracterizado na Exposição de Motivos do Ministro de Estado da Defesa, que acompanhou a Mensagem Presidencial, nos seguintes termos:

Os estudos elaborados no âmbito do Ministério da Defesa, por intermédio do Comaer, e do Ministério das Relações Exteriores levaram a recomendar a doação de seis aeronaves para cada uma daquelas Forças pelas razões que se seguem:

a) a Força Aérea Brasileira conta com aeronaves mais modernas e econômicas, por

essa razão, não há interesse do Comaer em manter aquelas aeronaves sem seu acervo;

b) a estocagem das aeronaves implica custos adicionais para o Comaer;

c) o alto custo de recuperação e manutenção eleva o custo residual das aeronaves, não compensando economicamente sua alienação;

d) a doação servirá de reforço ao bom relacionamento bilateral entre o Brasil, a Bolívia e o Paraguai no contexto sul-americano, estreitando os laços de cooperação militar, tão necessários na atual conjuntura internacional.

Registre-se ademais que a iniciativa não encontra óbices de natureza constitucional ou legal. Tendo em vista o princípio da legalidade que norteia a administração pública e a ausência de permissivo para doação de bens públicos na Lei nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitação e contratos da Administração Pública, torna-se imperiosa a necessidade de uma lei específica para a pretendida doação, o que se concretiza na presente iniciativa.

III – Voto

Por todo o exposto, tendo em vista a conveniência e oportunidade da proposição, além de sua adequação jurídica, legal e constitucional, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2004.

Sala da Comissão, 1º de setembro de 2005. – **Cristovam Buarque**, Presidente – **Roberto Saturnino** – **Romeu Tuma**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Jefferson Péres** – **Mozarildo Cavalcanti** – **Eduardo Azeredo** – **Wellington salgado de oliveira** – **Pedro Simon** – **Flexa Ribeiro** – **Mão Santa** – **Álvaro Dias** – **Marco Maciel** – **Eduardo Suplicy**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

PARECER Nº 1.648, DE 2005

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei

da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405/2002, na Casa de origem), iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

Relator: Senador **Ramez Tebet**

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005 (nº 7.405, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

O projeto tem por objetivo criar, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, com sede em Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, cento e sessenta e seis funções comissionadas, sendo sessenta e seis de nível FC-5, trinta e seis de nível FC-4, vinte e três de nível FC-3, trinta e dois de nível FC-2 e nove de nível FC-1.

Prevê, ainda, a proposição que ato interno do Tribunal Regional do Trabalho estabelecerá as atribuições das funções comissionadas cuja criação à proposta e a sua distribuição.

O PLC convalida os atos praticados, até a data de publicação da lei que dele se originar, por servidores no exercício de funções comissionadas criadas por meio de atos administrativos do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, bem como os efeitos financeiros decorrentes do exercício dessas funções.

Finalmente, estabelece que as despesas decorrentes da execução do mesmo diploma legal correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho justifica a proposição afirmando:

Sediado em Campo Grande, com jurisdição em todo o Estado do Mato Grosso do Sul, o ... [TRT da 24ª Região], criado pela Lei nº 8.431, de 9 de junho de 1992, a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 10ª Região, Distrito Federal, não contou em sua estrutura originária com a criação das funções comissionadas necessárias ao funcionamento do aludido Órgão.

O crescente número de ações ajuizadas naquela Justiça Especializada, com a consequente elevação

do volume de serviços e responsabilidades dos servidores, e a necessidade de propiciar maior funcionalidade e dinâmica às unidades administrativas da Corte justificam a adoção de medidas que viabilizem a adequação de sua estrutura organizacional, assegurando a manutenção da celeridade na entrega da prestação jurisdicional.

O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de atos administrativos daquela Corte Trabalhista, de funções gratificadas de Representação de Gabinete, atuais funções comissionadas pela Lei nº 9.421/96, preferiu decisão nos autos do Processo TC-400.071/1994-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 49, inciso X, do art. 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal.

Aduz, ainda, aquela Corte superior:

... as medidas aqui tratadas não implicariam ... aumento de despesas, uma vez que a composição orçamentária do Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região já inclui os respectivos valores desde 1991.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

II – Análise

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição é, na verdade, promover a regularização de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região, uma vez que as funções que são objeto do PLC nº 82, de 2005, foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União.

Ou seja, trata-se, efetivamente, de convalidação. Conforme Celso Antônio Bandeira de Mello, em seu “Curso de Direito Administrativo”, p. 338, a convalidação é o suprimento da invalidação de um ato com efeitos retroativos.

A invalidade dos atos que se pretende convalidar surge do fato de terem sido veiculados por espécie normativa imprópria – ato administrativo do TRT da

24^a Região, quando deveriam ter sido objeto de lei, em sentido formal.

Ou seja, trata-se de corrigir invalidade derivada de vício formal e não de vício material, hipótese em que poderia haver impedimento à sua convalidação. Explica Celso Antônio Bandeira de Mello, na p. 338 da mesma obra acima referida, que ... só pode haver convalidação quando o ato possa ser produzido validamente no presente. Importa que o vício não seja de molde a impedir a reprodução válida do ato. Só são convalidáveis atos que possam ser legitimamente produzidos.

No caso em questão, além de não haver impedimento à convalidação poder-se-ia, mesmo, afirmar que ela deve ter lugar, tendo em vista a necessidade de obediência ao princípio da estabilidade das relações jurídicas.

Afirma Weida Zancaner, *in* “Da convalidação e da invalidação dos atos administrativos”, p. 100, que ... a convalidação se propõe obrigatória quando o ato comportá-la, porque o próprio princípio da legalidade – que predica a restauração da ordem jurídica após convalidação -, entendido finalisticamente, demanda respeito ao capital da segurança jurídica.

Do ponto de vista do mérito, a existência dessas funções se justifica pelo crescente número de feitos ajuizados no TRT da 24^a Região, o que tem obrigado o constante aumento da atividade de seus servidores, impondo-se a preservação da estrutura administrativa do órgão para fazer frente à sua elevada missão institucional.

De outra parte, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação do projeto ora em análise, a criação das funções aqui proposta não implica aumento de despesa, uma vez que os respectivos valores já estão previstos no orçamento do TRT da 24^a Região desde o ano de 1991, quando elas já existiam de fato.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de, ao regularizar a situação acima descrita, permitir a adequada prestação da justiça trabalhista em nosso grande Estado.

III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC N° 82 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR:

BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA (PMDB) ***	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÉNCIO DA FONSECA (PDT)*	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)

ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAIS
MAGNO MALTA	4-JOÃO CABIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SHHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA

PMDB

RAMEZ TEBET (Relator)	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-(VAGO)
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO

PDT

JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS
-----------------	--------------

Atualizada em: 18/08/2005

(*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(**) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(***) O Senador Almeida Lima passou a integrar a bancada do PMDB em 18/08/2005.

**LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....
Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....
X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

.....
Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....
b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

LEI N° 8.431, DE 9 DE JUNHO DE 1992

**Cria o Tribunal Regional do Trabalho
da 24ª Região.**

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

.....
O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.644 a 1.648, de 2005**, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Educação

e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004** (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (*torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar*);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 2005** (nº 2.518/2003, na Casa de origem), que determina a quebra da fiança, no caso de o agente comparecer ao local do qual fora impedido pelo juiz, nos termos daquela, alterando o art. 328 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – *Código de Processo Penal*;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2005** (nº 722/2003, na Casa de origem), que altera o art. 526 da *Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, estabelecendo o direito de sindicalização para o empregado de entidade sindical;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 2005** (nº 4.042/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguaiã; e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2005** (nº 7.405/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região e dá outras providências.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência recebeu o **Aviso nº 32, de 2005** (nº 341/2005, na origem), de 2 do corrente, do Ministério da Fazenda, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demonstrativo das emissões do Real relativo ao mês de julho de 2005, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 11, de 2005, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1998** (nº 2.863/97, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *estabelece as sanções administrativas e penais em caso de realização de atividades proibidas pela Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso das Armas Químicas e sobre a Destrução das Armas Químicas existentes no mundo (CPAQ)*;
- **Projeto de Lei nº 53, de 2004** (nº 6.100/2002, na Casa de origem), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (incluir o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto);* e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2005** (nº 4.183/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências.*

O **Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004**, recebeu uma emenda e retorna ao exame das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Os **Projetos de Lei da Câmara nºs 26, de 1998, e 35, de 2005**, não receberam emendas e serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

É a seguinte a emenda recebida:

EMENDA (DE PLENÁRIO) OFERECIDA AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004, (Nº 6.100/2002, NA CASA DE ORIGEM), QUE ALTERA O ART. 31 DA LEI Nº 8.079, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (INCLUI O PESO DENTRE AS INFORMAÇÕES QUE DEVEM SER PRESTADAS AO CONSUMIDOR QUANDO DA OFERTA E APRESENTAÇÃO DE UM PRODUTO)

EMENDA Nº 2 – PLEN

Acrescente-se ao texto da proposição, em seu art. 1º, o seguinte parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.079, de 11 de setembro de 1990.

“Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, peso, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e à segurança dos consumidores.”

Parágrafo único. Excluem-se do dever de informar o peso, os produtos que, conforme regulamento técnico específico, devam ter seu conteúdo líquido informado em volume ou comprimento.

Justificação

Cumpre fazer uma análise do dispositivo do Código de Defesa do Consumidor (art. 31), no qual se pretende inserir a nova expressão. O artigo 31 trata da oferta e apresentação do produto e assegura que devem ser prestadas informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre características, qualidades, quantidades, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

Por este artigo percebe-se que a legislação já exige que todas as características do produto, inclusive o “peso”, bem como outras informações importantes sobre o mesmo, constem obrigatoriamente do rótulo dos produtos.

Diz-se isso, porquanto a informação sobre quantidade implica na indicação do conteúdo do produto, seja ela mensurado por qualquer das unidades de medida: volume (líquidos – ml, cl, cm³ ou l); massa (mg, g, kg); ou comprimento (mm, cm ou m).

Tanto é assim que o Regulamento Técnico Metrológico (Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002, em anexo), que estabelece a forma de expressar a indicação quantitativa do conteúdo líquido dos produtos pré-medidos (produto embalado e medido sem a presença do consumidor e em condições de comercialização), define como “conteúdo nominal ou conteúdo líquido” a quantidade do produto declarada na rotulagem, excluindo a mesma e qualquer outro objeto acondicionado com esse produto.

O mesmo regulamento disciplina a apresentação da indicação quantitativa do conteúdo líquido, contemplando aí, entre outras coisas, a forma como devem ser expressas as unidades de medida (massa, volume e comprimento), de acordo com a quantidade líquida do

produto e sua forma de apresentação (sólida, líquida, semi-sólida, aerosol, etc) – tens 3.6 e 3.7 da Portaria Inmetro nº 157/02.

Também corrobora o entendimento de que a informação sobre “quantidade” engloba o peso, que a Portaria nº 81, de 23 de janeiro de 2002, do Ministério da Justiça (em anexo), estabelece regras para a informação do consumidor quanto à mudança de quantidade, determinando aos “fornecedores, que realizem alterações quantitativas em produtos embalados, que façam constar mensagem específica no painel principal da respectiva embalagem”.

Desde a publicação da portaria supra, os fornecedores de produtos cujo conteúdo seja em massa (peso), volume ou comprimento, estão obrigados a informar a alteração de quantidade.

No que tange aos alimentos, a Resolução RDC-259/02 – Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados, determina em seu item 5 que devem constar obrigatoriamente do rótulo dos produtos: (a) denominação de venda do produto; (b) lista de ingredientes; (c) conteúdos líquidos; (d) identificação de origem; (e) nome ou razão social e endereço do importador; (f) identificação do lote; (g) prazo de validade; (h) instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

Tais conteúdos líquidos, conforme o item 6.3. da Resolução Anvisa nº 259/02, devem ser indicados atendendo ao estabelecido em Regulamentos Técnicos específicos, qual seja, o veiculado pela Portaria Inmetro nº 157, de 19 de agosto de 2002.

Portanto, mesmo que não ocorram alterações nos produtos, o consumidor jamais deixará de ser informado sobre o seu peso, caso seja a unidade de massa exigida para indicar o seu conteúdo líquido, tendo em vista que as informações acima mencionadas são obrigatórias, senão em cumprimento aos CDC, em cumprimento aos regulamentos específicos sobre o tema.

Conclui-se, desse modo, que a prestação da informação quanto ao produto, nos moldes determinados pela legislação vigente, é suficiente para o esclarecimento e proteção do consumidor, sendo desnecessária qualquer alteração nesse sentido, bem como, a Portaria MJ nº 81/02, por si só, atende ao escopo da pretendida alteração, qual seja, proteger o consumidor de eventualmente incorrer a erro por não ser informado quanto a alteração de quantidade na embalagem do produto.

Ressalte-se, inclusive, que essa informação deve dar-se de forma destacada, nos moldes da

Portaria MJ nº 81/02, tendo em vista, principalmente, que o consumidor se habitua com os padrões de quantidade (massa, volume ou comprimento) e embalagens dos produtos, consagrados pelos usos a costumes por práticas comerciais adotadas ao longo do tempo.

Ocorre que, a coexistência das expressões “quantidade” e “peso” podem acarretar, para os produtos que não têm seu conteúdo indicado em unidade de massa, o entendimento de que, além da unidade de medida específica (volume ou comprimento), deva ainda tal produto indicar a unidade de massa.

A eventual aposição de unidades de medida diferentes na mesma embalagem, além de conflitar com o regulamento técnico específico (Portaria Inmetro nº 157/02), pode mais confundir o consumidor sobre a realidade do produto, do que auxiliá-lo e informá-lo.

Frise-se que o rótulo do produto deve trazer informações úteis, claras, precisas e esclarecedoras, e não informações inócuas que nada acrescentam ao produto ou ao consumidor.

E acrescente-se que o consumidor já está habituado com as informações, cada uma em seu devido lugar no rótulo, inclusive com a informação de alteração de peso, que se ocorrida, é expressa também, de forma destacada no painel principal.

Importante sim, é dar pleno vigor ao **caput** do art. 31, exigindo-se que todos os requisitos ali mencionados, sejam devidamente explicitados na oferta ou apresentação dos produtos.

Diante do exposto, resta demonstrada a necessidade de adequação do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004, que rogamos sejam observadas na análise deste.

Sala das Sessões, 8 de setembro de 2005. – Senador **Paulo Octávio**.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2003**, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *dispõe sobre bloqueio do pagamento de benefício da previdência social e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2004**, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir*,

na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-293 à fronteira do Brasil com o Uruguai, no município de Quaraí, no Estado do Rio Grande do Sul;

- **Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2004**, de autoria do Senador Magno Malta, que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, trecho rodoviário que contorna a cidade de Serra, situado entre o Km 249 e o Km 275 da BR-101, no Estado do Espírito Santo; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza a criação da Universidade Federal Rural de Rondônia.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais, de Educação e de Serviços de Infra-Estrutura, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

- Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 319, DE 2005

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, para que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam integralmente revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, passa a vigor com a seguinte redação:

‘Art.73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989. (NR)’

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a “Lei dos Crimes Ambientais”, estabelece sanções penais e administrativas derivadas de condutas e

atividades lesivas ao meio ambiente. Seu art. 73 determina que os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental sejam revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, e a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.

As duas últimas destinações determinadas pelo diploma legal deveriam ser suprimidas, como propõe este Projeto de Lei do Senado, O Fundo Naval foi criado tendo como principal finalidade a renovação do material flutuante da Marinha de Guerra (Decreto n.º 20.923, de 8 de janeiro de 1932, Não se justifica, portanto, sua presença no texto legal voltado para a repressão a crimes ambientais, ainda mais em iguais condições com o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Ademais, o Fundo Naval conta com um montante de recursos orçamentários bem superior àquele destinado ao Fundo Nacional do Meio Ambiente. Em 2004, o FNMA teve uma receita orçamentária de R\$290 mil, contra R\$284,17 milhões do Fundo Naval. A diferença do patrimônio líquido dos dois fundos também é grande: R\$ 2,75 milhões do FNMA e R\$ 1,06 bilhão no caso do Fundo Naval.

Como o total da arrecadação de multas por danos ao meio ambiente foi de cerca de R\$ 14,8 milhões em 2004, conclui-se que a perda dessa fonte de receita não seria danosa ao Fundo Naval, ao passo que o ganho para o Fundo Nacional do Meio Ambiente seria importante, aumentando a sua capacidade de aplicação de recursos em atividades relacionadas especificamente ao meio ambiente, estabelecidas pelo art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a saber:

- I – Unidade de Conservação;
- II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- III – Educação Ambiental;
- IV – Manejo e Extensão Florestal;
- V – Desenvolvimento Institucional;
- VI – Controle Ambiental;
- VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

A destinação de recursos da arrecadação das multas aos fundos estaduais ou municipais de meio ambiente também deve ser suprimida do texto legal. A própria Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, em seu art. 76, estabelece que o pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal

ou Territórios substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência. Se os entes da Federação têm a capacidade para instituir e cobrar multas por danos ao meio ambiente e se suas cobranças predominam sobre aquelas de responsabilidade da União, não há razão para que o produto da arrecadação de multas impostas por esta seja destinado a fundos estaduais ou municipais de meio ambiente.

As mudanças propostas fortalecerão a capacidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente de financiar um maior número de projetos relacionados à preservação do meio ambiente. Esses projetos poderão contribuir para o crescimento econômico e para a consequente melhoria da qualidade de vida das populações de municípios que possuam unidades de conservação ambiental, principalmente se for conjugada com outro projeto de lei do Senado, a ser apresentado por mim, para conceder prioridade na aplicação dos recursos do FNMA a projetos localizados em municípios que possuam partes significativas de seus territórios dentro de um tipo específico dessas unidades, os parques nacionais.

Por todas essas razões, peço o apoio dos Senhores Senadores para a aprovação desta Proposição.

Sala das Sessões, 12 setembro de 2005. – Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de Veto

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador

Art. 76. O pagamento de multa imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios

substitui a multa federal na mesma hipótese de incidência

.....
LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Regulamento

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2005

Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 5º

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que tenham mais de vinte e cinco por cento de suas áreas dentro de parques nacionais e que estejam localizados nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, criou o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira (art. 1º). Seu art. 2º estabelece as fontes de recursos do FNMA:

- I – dotações orçamentárias da União
- II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis

e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a ferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Entre os outros recursos destinados por lei estão aqueles provenientes de valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental, como estabelece o art. 73 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O art. 5º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, estabelece as áreas prioritárias para aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, sendo que seu § 2º determina que será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal, sem prejuízo das ações em âmbito nacional.

O objetivo deste projeto de lei é alterar essa prioridade, concedendo-a aos projetos localizados em municípios das regiões menos desenvolvidas do Brasil que tenham parte significativa de seus territórios dentro dos limites dos parques nacionais.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (“Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC”), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Estas se dividem em unidades de uso sustentável e unidades de proteção integral. No caso das unidades de proteção integral, das quais os parques nacionais fazem parte, é admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais.

Poucas atividades econômicas que levariam à geração de emprego e renda podem ser levadas a cabo dentro das áreas dos parques nacionais, já que são vedadas as modificações ambientais e a interferência humana direta para que haja a preservação integral de áreas naturais. Assim, os parques nacionais podem representar um passivo para municípios que tenham uma grande parte de seus territórios dentro dos limites dos parques. Isso ocorre porque esses municípios ficam impedidos de dispor de parte considerável de seus territórios para a implementação de atividades econômicas, principalmente aquelas baseadas na exploração direta dos recursos naturais, como o extrativismo mineral e vegetal, base da economia de parte significativa de regiões menos desenvolvidas do Brasil.

O Brasil possui 55 parques nacionais. Seis deles estão localizados na região Centro-Oeste.

As regiões Norte e Nordeste possuem, cada uma, quatorze parques nacionais. O Sudeste e o Sul possuem vinte parques, sendo que oito deles estão no Sul e doze na região Sudeste. Apenas um parque nacional – o de Ilha Grande – abrange uma área de duas regiões: Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul) e Sul (Paraná). Há, então, uma distribuição de parques nacionais por todas as regiões do País. No entanto, as condições econômicas das regiões brasileiras são muito diferentes, o que faz com que os impactos econômicos da criação de parques sobre os municípios vizinhos a eles sejam bastante distintos.

No caso das regiões mais desenvolvidas do País, o impedimento de dispor de parcela significativa do território para implementar atividades econômicas pode ser compensada pela possibilidade de exploração turística, que abre potenciais frentes de geração de renda e emprego para os moradores de municípios localizados no entorno dos parques, permitindo a instalação de micro e pequenos negócios e a diversificação da economia regional. Esses municípios estão localizados próximos a regiões que têm alta renda **per capita** e que não têm deficiência de infra-estrutura, o que facilita a exploração turística.

Embora a presença de um parque nacional possa abrir alternativas de crescimento econômico em uma região com reduzidas potencialidades de desenvolvimento, é necessário reconhecer que a situação de municípios vizinhos a parques nacionais localizados nas regiões menos desenvolvidas é peculiar. Eles não estão em áreas que têm renda **per capita** alta e têm infra-estrutura deficiente, o que dificulta a exploração do turismo.

É necessário, então, garantir seu acesso a recursos para que eles possam implantar atividades econômicas que não agridam o meio ambiente, como a turística, e que gerem crescimento econômico, beneficiando suas populações. Uma das formas de fazer isso é dar prioridade na aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) a projetos localizados em municípios de regiões menos desenvolvidas que possuam partes significativas de seus territórios dentro de parques nacionais, sendo este o objetivo desta proposição, para a qual peço o apoio dos Senhores Senadores.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Papaléo Paes**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989****Regulamento****Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional de Meio Ambiente, com o objetivo de desenvolver os projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta lei:

I – dotações orçamentárias da União;

II – recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV – outros, destinados por lei.

Art. 5º Serão consideradas prioritárias as aplicações de recursos financeiros de que trata esta lei, em projetos nas seguintes áreas:

I – Unidade de Conservação;

II – Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;

III – Educação Ambiental;

IV – Manejo e Extensão Florestal;

V – Desenvolvimento Institucional;

VI – Controle Ambiental;

VII – Aproveitamento Econômico Racional e Sustentável da Flora e Fauna Nativas.

§ 1º Os programas serão periodicamente revisados, de acordo com os princípios e diretrizes da política nacional de meio ambiente, devendo ser anualmente submetidos ao Congresso Nacional.

§ 2º Sem prejuízo das ações em âmbito nacional, será dada prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação na Amazônia Legal.

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998**Mensagem de veto**

Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

.....
Art. 73. Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, fundos estaduais ou municipais de meio ambiente, ou correlatos, conforme dispuser o órgão arrecadador.
.....

LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**Mensagem de Veto**

Regulamenta o art. 225, § 1º incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras provisões.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 987, de 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos,

diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada, ao Sr. Ministro de Estado da Justiça, quais as acusações que embasaram o indiciamento do delegado da Polícia Federal Antônio Carlos Rayol, responsável pela prisão do publicitário Duda Mendonça, flagrado numa rinha de galos em 2004, e do agente Fábio Domingos, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores da PF no Rio de Janeiro.

Justificação

O jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 3 de setembro do corrente publicou matéria intitulada “Delegado que prendeu Duda por rinha de galo é indiciado”, mostrando que o Delegado Antônio Carlos Rayol e o Agente Fábio Domingos, ambos da Polícia Federal, teriam sido indiciados por cometerem transgressões contra o Departamento de Polícia Federal como “concorrer para escândalo público” e “arranhar publicamente a reputação da PF”.

A matéria mostra, também, afirmação da advogada do Delegado Antônio Carlos Rayol de que o delegado teria sido indiciado em função de suas declarações à imprensa.

A investigação teria começado quando o sindicato protestou contra a transferência para cidades do interior de policiais que participaram da prisão. Aliás, esse fato já tinha sido objeto do requerimento nº 1.534, de 2004, também de minha autoria, justamente para questionar a oportunidade e as razões daquelas transferências.

Recordo que, alguns dias após a prisão do publicitário, os jornais de grande circulação publicaram notas segundo as quais o Presidente Lula teria determinado ao Ministro da Justiça que investigasse se aquela operação teria alguma motivação política, e que fossem tomadas as devidas providências inclusive com a “troca de comandos”.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para esclarecer os desmembramentos daquela ação da Polícia Federal que culminou com a prisão do publicitário Duda Mendonça.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel.

S. Ex^a dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCO MACIEL (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Tião Viana, que preside esta sessão, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o Tribunal Superior Eleitoral começou a veicular peças publicitárias alusivas ao referendo que ocorrerá no dia 23 de outubro deste ano, relativo à questão de comercialização e venda de armas.

O início dessa campanha institucional é ensejo para que façamos alguns comentários sobre o tema que está muito ligado, obviamente, às questões relativas à segurança e à violência.

O Brasil se caracteriza hoje, infelizmente, como um dos países que não se situa bem no ranking das nações que têm alto nível de violência, que atinge sobretudo a população mais jovem. E naturalmente isso preocupa não somente às autoridades, mas certamente penaliza muito a nossa população.

É-nos constrangedor, ao ler os jornais ou olhar os noticiários da televisão ou ouvir o rádio, constatar que, em que pesem as medidas adotadas, a violência continua a crescer em nosso País.

O Senado Federal e, posteriormente, a Câmara dos Deputados aprovaram o chamado Estatuto do Desarmamento, que instituiu, entre outras providências, o referendo a que acabo de me reportar, voltado para criar limitações à comercialização e uso de armas de fogo.

As pesquisas, Sr. Presidente, feitas sobre o assunto demonstram que as campanhas do desarmamento, que começaram no ano passado, contribuíram e muito para que se reduzisse o número de homicídios, portanto de mortes por armas de fogo. E, obviamente, contribuíram para reduzir também o número de pessoas feridas, entre as quais, aliás, algumas ficam com limitações para o resto da vida.

Duas pesquisas que tive oportunidade de compulsar, uma da Unesco, que estima que pode ter ocorrido, em função dessas campanhas de desarmamento e também como efeito indireto da aprovação do Estatuto do Desarmamento, uma queda de homicídios,

em torno de 15% este ano em relação a igual período de 2004.

Creio, Sr. Presidente, que a medida de evitar o porte de armas de fogo, promover o desarmamento da população e de alguma forma desestimular a sua fabricação, tudo isso concorre para que possamos melhorar ou reduzir os níveis de violência em nosso País. Daí porque o meu voto, no referendo, será favorável.

Eu gostaria também de lembrar que essa é a terceira vez em toda a História do País em que se realiza uma consulta popular de tal magnitude. A primeira, ocorreu em 1963, quando foi posta em discussão – em um plebiscito, na realidade – se deveríamos manter aquele tosco parlamentarismo que estávamos praticando ou se deveríamos retornar ao presidencialismo. E o povo, na sua grande maioria, entendeu – a meu ver acertadamente – de manter o presidencialismo. Em 1993, aí tivemos novamente uma consulta popular, desta feita um referendo, para discutir, não somente se deveríamos manter o presidencialismo *vis-à-vis* o parlamentarismo, e o povo, mais uma vez, se manifestou a favor do presidencialismo, como também para discutir sobre formas de governo. O eleitorado optou por manter a República e não permitiu, portanto, o retorno à monarquia.

Essa será, portanto, a terceira consulta popular que se faz sobre o tema e a segunda vez em que o País realiza, portanto, um referendo, posto que o ocorrido em 1963 foi – louvado na opinião de especialistas e constitucionalistas – um plebiscito.

Creio desnecessário repetir que o meu voto é favorável, porque entendo que devemos tudo fazer para reduzir a violência em nosso País. Mas cabe, por outro lado, também advertir que a simples proibição para a venda de armas não vai em absoluto acabar com a violência. Não podemos gerar a vã expectativa de que simplesmente essa medida vai, em um passe de mágica, resolver o problema.

Faço essas ponderações para que não haja, por parte da sociedade, uma reversão de expectativa, para usar uma expressão do ex-Ministro Roberto Campos que dizia ser a pior coisa para o político suscitar uma esperança e, depois dessa esperança não se materializar.

Eu podia dar o exemplo recente do que aconteceu com algumas medidas que adotamos aqui no Congresso Nacional. Mas vou situar apenas uma: a Emenda Constitucional nº 42, que dispôs sobre a reforma tributária. Toda a sociedade esperava que, com a aprovação da reforma, teríamos uma redução da carga tributária e simplificado o processo, ocorrendo

também redução da sonegação. Isso tudo permitiria que o País crescesse a taxas mais elevadas. Sabemos que tal não ocorreu. A sociedade esperava que a reforma tributária atingisse esses objetivos.

Friso mais uma vez: houve uma enorme reversão de expectativa. Pelo contrário, a carga tributária cresceu, não somente em decorrência da Emenda nº 42, mas de legislação que, posteriormente, foi votada no Congresso, acerca de problemas relativos à cobrança de taxas, impostos e contribuições.

Sr. Presidente, as causas da violência não serão eliminadas ou drasticamente reduzidas sem que se ataquem as causas mais profundas. Entre elas, eu começaria pela instituição familiar, a primeira célula da organização social.

A família vem sendo duramente atingida enquanto instituição não somente por apelos da mídia e da imprensa como também por intermédio de outras causas que contribuem para a desagregação do núcleo familiar. Entre muitas razões, que eu poderia citar neste instante – mas o tempo não permitirá que eu o faça –, estão as drogas, que vêm demonstrando à sociedade que são um fator extremamente desagregador da convivência familiar.

A propósito, lembro uma campanha realizada pelo Presidente Reagan, nos Estados Unidos, reputada como a mais bem feita nos últimos anos, porque se voltou basicamente para a família, com apelo para que cuidasse e da educação dos filhos e procurasse evitar os efeitos nocivos da droga à sociedade, de modo especial, aos jovens.

É evidente que, além do problema familiar, de se trabalhar um pouco a preservação da família – que, certa feita, o Papa João Paulo II definiu como a igreja doméstica –, creio que é importante também se investir em educação, que robustece a cidadania. Obviamente, quando se investe em educação, forma-se o cidadão, forma-se alguém com uma noção mais exata dos seus deveres na sociedade democrática – também dos seus direitos. A educação liberta o cidadão, cria condições para o acesso ao mercado de trabalho, para que se realize na comunidade e ascenda socialmente num país ainda marcado não somente pela pobreza, mas também por muitas formas de desigualdade, geradas por questões étnicas, pelo tratamento dado aos imigrantes, pelas desigualdades ainda relativas ao tratamento que se dá aos silvícolas e, por que não dizer, pelas desigualdades decorrentes do tratamento que se dá à mulher no Brasil – se bem que, nesse campo, temos avançado mais do que se esperava.

Além dessas medidas, convém investir na área de saúde e também buscar executar, de forma mais acentuada, políticas de inclusão social, voltadas, sobretudo, para a geração de emprego e melhoria da renda. A meu ver, se trabalhássemos mais essa questão, certamente reduziríamos a violência. É certo que não se pode atribuir a violência exclusivamente ao desemprego. Pelo contrário, uma pessoa inserida na sociedade e que participa dela ativamente certamente não vai encontrar na violência uma saída ou uma solução para os seus conflitos internos. De outro lado, medidas preventivas de caráter policial e provindas do aparelho judicial do Estado vão colaborar para se minimizar o problema. O Poder Judiciário tem de fazer um grande esforço, juntamente com o Ministério Público, com as Promotorias, no sentido de evitar a impunidade, porque ela contribui, e muito, para o crescimento de homicídios e, por que não dizer, de outros tipos de crime, que concorrem para aumentar a violência no nosso País.

Não posso deixar de aproveitar a ocasião para dizer que precisamos atentar para a necessidade de melhorar os níveis de coesão e de convivência sociais. Nesse sentido, entendemos que é necessário um esforço dos governos, das instituições intermediárias e da sociedade como um todo, para que se aumente a coesão social e para que sejam discutidos colegiadamente os problemas, porque tudo isso, de alguma forma, contribui para que reduzamos a violência e, consequentemente, para que construamos uma sociedade menos injusta e mais pacífica.

Sr. Presidente, desejo também fazer outra consideração que julgo importante, no momento em que nos preparamos para a realização desse referendo, no próximo dia 23 de outubro. Trata-se de matéria na qual eu gostaria de voltar a insistir: diz respeito à prática da democracia participativa, ou seja, do recurso à soberania popular.

A Constituição de 1988 dispõe sobre o assunto no art. 14 e prevê três formas de participação da vontade popular na formação da lei. Uma é feita por meio da iniciativa popular, e as duas outras, às quais já me referi, são o plebiscito e o referendo. Ambas contribuem também para que o cidadão possa manifestar-se por convocação do chamado poder representativo, das Casas Legislativas, quer municipais, estaduais ou do Congresso Nacional.

Quero dizer que sou a favor dessas práticas participativas e vou mais além: quando a Constituição de 1988 foi promulgada, apresentei um projeto sobre o assunto, buscando regulamentar o dispositivo do art.

14. Houve duas outras iniciativas: uma do Senador Nelson Carneiro e outra do Senador Wilson Martins. Posteriormente, a matéria foi apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se não me engano, relatada – aliás, com um parecer muito competente, pois se trata de um excelente homem público – pelo Senador Jarbas Passarinho, que fez um substitutivo sobre a matéria. Desse substitutivo, brotou a lei que disciplina o assunto. A matéria, aprovada no Senado, foi à Câmara e, posteriormente, à sanção presidencial.

Por outro lado, quando fui Governador de Pernambuco, no período de 1979 a 1982, adotei as chamadas práticas participativas de democracia, mesmo porque entendo que a democracia representativa não colide, não se choca com práticas participativas, chamadas de democracia direta.

O *slogan* do meu Governo foi “Desenvolvimento com Participação”.

Não somente eu, mas meu Vice-Governador, o hoje Deputado Federal Roberto Magalhães, o então Prefeito do Recife, hoje meu suplente, Gustavo Krause, assim também a Assembléia Legislativa, cujo Presidente era o Deputado José Ramos, trabalhamos muito a questão das práticas participativas e obtivemos êxito na execução de muitos desses projetos. Se sou a favor dessas práticas de democracia direta, ou de democracia participativa, não devo deixar de dizer que, obviamente, isso não pode ser usado impropositadamente. Não deve haver uma banalização desse instituto, mesmo porque a sua utilização excessiva pode levar, como ocorreu em alguns países do mundo, a uma certa apatia do eleitor.

Obviamente, só devemos usar o plebiscito ou o referendo quando houver matéria de alta significação. No caso, por exemplo, da comercialização de armas de fogo, penso que essa é uma matéria sobre a qual o Congresso Nacional deveria deliberar e disse isso na ocasião em que a matéria foi discutida no Senado. Não se trata de matéria que justifique uma consulta popular, como vai ser feita no dia 23 de outubro, porque é um assunto que, obviamente, por seu limitado alcance, poderia ser decidido pelos próprios congressistas, que dominam a matéria e conhecem bem a questão.

De mais a mais, sabemos que a consulta popular tem algumas desvantagens. Ela, de alguma forma, deixa ao cidadão apenas o “sim” ou o “não”, algo que, a meu ver, não permite um esclarecimento adequado da matéria. Ela elide o debate. Aliás, quem diz isso não sou eu, mas Giovanni Sartori, que, em suas ob-

servações sobre essas práticas da democracia direta, menciona o fato de que as consultas populares reduzem o espectro do debate.

Enfim, há um certo maniqueísmo – “sim” ou “não”. É algo que estabelece uma mera dicotomia: “cara” ou “coroa”, “sim” ou “não”, etc, quando, na realidade, deixa-se de discutir a matéria em toda a sua complexidade.

A questão do plebiscito e do referendo deve ser reservada para matérias de grande significação, como, por exemplo, a pena de morte. Se fosse uma matéria dessa natureza, obviamente o Congresso Nacional deveria recorrer à consulta popular. Pessoalmente, como sou contrário à pena de morte, me alinharia vigorosamente na defesa da vida.

Também quero dizer que há outros pensadores, como Hanna Arendt, por exemplo, citada recentemente pelo jornalista Mauro Santayana em seu livro **As Origens do Totalitarismo**. Ela sempre entendeu que esses mecanismos, muitas vezes, podem ser usados por governos autoritários ou totalitários e como forma de manipulação da opinião pública, em detrimento do papel do Parlamento.

Por isso, Sr. Presidente, encerro minha manifestação agradecendo a tolerância de V. Ex^a e da Casa, e fazendo apenas três considerações finais.

Em primeiro lugar, meu voto é favorável à aprovação da proibição da comercialização e venda de armas. Por outro lado, deve estar bem claro na consciência de cada um que simplesmente isso não resolverá a questão da violência no Brasil, embora possa dar uma contribuição, e que devemos trabalhar para adotar outras medidas que, efetivamente, venham eliminar ou reduzir a violência no Brasil.

Por fim, devemos ter consciência de que esses mecanismos de democracia direta, como plebiscito e referendo, só devem ser usados nos casos em que a matéria for de tal transcendência que exija uma manifestação do corpo do eleitorado brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) (Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do Governo.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) (Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PDT assim que V. Ex^a entender oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela Liderança, por até sete minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) (Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer um registro que considero extremamente importante para o meu Estado.

No último 7 de setembro, a Associação Comercial e Industrial de Roraima completou 61 anos. Houve uma solenidade bastante concorrida, em que se pode discutir o período de construção do Estado de Roraima, de sua implantação e o papel relevante que a Associação Comercial teve na discussão das linhas de desenvolvimento e na própria estruturação do Estado.

Quero me associar a todos que estavam presentes na homenagem à Associação Comercial e dizer que ela teve e tem um papel fundamental na discussão dos destinos do nosso Estado.

Somos um Estado em implantação, que busca a sua vocação econômica, que tem desafios sociais imensos e o debate com a sociedade é fundamental para nortear os caminhos certos a serem seguidos. Sem dúvida nenhuma, entre os segmentos da sociedade, a Associação Comercial e Industrial de Roraima tem legitimidade, conhecimento, experiência, história e tradição para colaborar, contribuir e interferir nesse debate.

Gostaria de parabenizar toda a Associação e o seu atual Presidente, Derval Furtado, e registrar o discurso do seu ex-presidente Sander Fraxe, na solenidade dos 61 anos.

Peço a transcrição, Sr. Presidente, dos documentos que relatam a breve história da fundação da Associação Comercial e Industrial de Roraima, assim como do discurso do Sr. Sander Fraxe, na comemoração dos 61 anos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Sor Roraima Jusé
FUNDACÃO DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE RORAIMA,
EM 07 DE SETEMBRO DE 1944.

Histórico sucinto:

A criação da Associação Comercial e Industrial de Roraima(ACIR), teve sua inspiração espelhada na ação governamental do primeiro Governador do Território Federal do Rio Branco, então Coronel do Exército - Ene Garcez dos Reis, em 1944, conforme translado que segue, das páginas nº 84 a 90, inclusive, do livro inédito - HISTÓRIA DA LIVRE INICIATIVA - No Desenvolvimento Socio Econômico do Estado de Roraima – de autoria do historiador Adair J. Santos.

Ene Garcez, exerceu um mandato cristalinamente reconhecido como fortalecido pela sua integridade moral, notável espírito de patriotismo e mentalidade desenvolvimentista, dedicada ao desenvolvimento regional e em defesa do Bem Estar Social, para todos os seguimentos da sociedade local, tendo causado por isso, grandes impactos de mudanças, em todos os setores que compreendiam partes relevantes, a serem saneadas e fortalecidas, para a conquista desse desenvolvimento

Impacto no Comércio Local

Ante as medidas, austeras e saneadoras, iniciadas por Ene Garcez, o comércio local sentiu, pela primeira vez, o impacto da expectativa gerada pela presença fiscalizadora de uma autoridade pública.

As desculpas evasivas pelo excesso de exploração da bolsa pública, que apresentavam uma sucessão de motivos sobre motivos, para o exagerado custo de vida local, naquela época, ora culpando-se o alto custo das mercadorias na praça de Manaus, ora indicando-se o fator transporte fluvial como principal onerador pelo alto custo dos fretes sobre tais mercadorias, no percurso entre Manaus e Boa Vista, encontravam-se, agora, todos sob a criteriosa fiscalização do Governo Ene Garcez que mandou fazer um criterioso levantamento dos preços dos fretes e do custo das mercadorias em Manaus para Ter uma visão mais ampla sobre o critério como era desenvolvido o comércio local.

O fator "frete", figurava como o mais comprometedor para a elevação do custo de vida local. Os donos de embarcações cobravam o preço de Cr\$30,00, por cada volume com peso não superior a 60 Kg, e que por qualquer excesso de peso era cobrado uma taxa igual a do preço para um frete de uma tonelada que era de CR\$500,00. Além desse fator, o número de embarcações responsáveis pelo transporte de mercadorias que sustentavam o abastecimento do Rio Branco, não correspondia a demanda. E por não Ter concorrência à altura, praticava, como bem lhes apetecia, uma verdadeira exploração nas tarifas que tanto encareciam as mercadorias, tornando insuportável o custo de vida na região.

Ene Garcez sabia que a única maneira de combater tão vicioso e espúrio comportamento, dos responsáveis pelo abastecimento do Território, seria através da ação de uma concorrência aliada a uma perfeita articulação de transportes fluviais e rodoviários, apesar de divisar um horizonte muito distante nesse sentido. Mas tinha consciência de que algo deveria ser feito para melhorar os meios de combate à exagerada exploração que sufoca a população local.

A maior dificuldade de transportes de mercadorias, situava-se no trecho entre Caracaraí e Boa Vista, onde só havia possibilidade de transportar-se um volume de cargas correspondentes a 3.850 toneladas mensais, durante a estação chuvosa; e apenas 873 toneladas mensais na época da vazante. Diante desse quadro, fazia-se necessário transportar-se, na época das cheias, o máximo possível de volumes, dando-se prioridades aos maiores e de maior cubagem pelo seu peso; deixando-se para época de vazante o transporte dos volumes menores e mais leves, criando-se com tal procedimento, apesar de estratégico, freqüentes problemas no tocante à prioridade das mercadorias que às vezes estavam na quota de maiores procuras no comércio.

Ene Garcez logo decidiu pela construção de armazéns na vila de Caracaraí e paralelamente, de uma rodovia que se adequasse às necessidades, imperativas, do tráfego rodoviário entre Boa Vista e aquela vila.

A capacidade, máxima, de cargas transportadas pelas embarcações que podiam navegar entre Caracaraí e Boa Vista, na época das cheias, era de 2.500 toneladas; e, na vazante, tal capacidade era considerada como "nula". Cabendo, à rodovia, o papel de escoar as cargas que não pudessem ser transportadas por via fluvial durante a estiagem, em uma média, estimada, na ordem de 1125 toneladas.

Paralelamente, Ene Garcez planejou articular uma concorrência com os proprietários das embarcações existentes. Primeiro articulando a vinda do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará(S.N.A.P.P) para navegar até Caracaraí, concorrendo com os transportadores particulares; constituindo-se na primeira concorrência entre uma estatal e a iniciativa privada, em defesa do bem-estar social do Povo do então Território Federal do Rio Branco. Somando-se a essa iniciativa, o aproveitamento das cinco embarcações que, na época, transportavam gado bovino para a praça de Manaus e que sempre regressavam descarregadas para o Território. Tais embarcações, somadas à do S.N.A.P.P., formaram uma frota fluvial com o seguinte quadro de capacidade : em tonelagem; número de viagens mensais ; total, mensal de tonelagem e algumas outras observações.

QUADRO DE CONTROLE DE EMBARCAÇÕES

EMBARCAÇÕES	TON	VIAGENS MÊS	TONELAGEM MÊS	OBSERVAÇÕES
"S.N.A.P.P."	580	42-	1.000	
"OBIDENSE"	200	03-	600	
"MACUXI"	100	43-	300	
"CAURE"	70	03-	210	
"ALUIZIO BRASIL- I"	70	42-	140	
"ALUIZIO BRASIL-II"	165	02-	330	
TOTAL	1105	13	2500	

Como podemos observar no quadro acima, com a estratégia criada por Ene Gareez, Boa Vista contava com um acréscimo de carga o abastecimento local, na ordem de 2.580 toneladas mês. Na época das cheias, contava-se com um quadro paralelo de embarcações que podiam navegar livremente, entre Caracarai e Boa Vista. Todas pertencentes a particulares e cujas viagens mensais e capacidade de cargas, beneficiavam a cidade com um transporte de cargas na ordem de 2.488 toneladas mês, conforme quadro abaixo.

QUADRO DE CONTROLE DE TONELAGEM E VIAGENS MÊS.

EMBARCAÇÕES	TONELAGEM	VIAG. /MÊS	TON. /MÊS	OBSERVAÇÕES
"Amazonas"	30	-08-	240	
"Teté"	30	-08-	240	
"Auxiliador I"	48	-08-	384	
"Auxiliador II"	48	-08-	384	
"Tartaruga I"	05	-08-	40	
"Tartaruga II"	10	-08-	80	
"Colombina"	40	-08-	320	
"Haidê"	40	-08-	320	
"Royal"	20	-08-	160	
"Maluber"	20	-08-	160	
"Burra Branca"	20	-08-	160	
TOTAIS	311	-88-	2488	

Todas essas embarcações faziam, também, o percurso entre Manaus e Boa Vista, na época das cheias; observando-se apenas uma redução em número de viagens que, dentro desse percurso faziam, apenas três por mês.

Já na época da vazante, com exceção das embarcações "Burra Branca" e "Colombina", todas as demais faziam o percurso entre Manaus e Caracarai. Chegando, não raras vezes, ao porto de Boa Vista, quando a vazante não era muito rigorosa.

Essas iniciativas governamentais geraram, no comércio local, um impacto de alívio no âmbito do abastecimento e, paralelamente, uma expectativa de cautela no tocante à tão viciosa exploração com que os comerciantes castigavam a população local, na prática das suas tradicionais atividades mercantis, conforme quadro já apresentado no capítulo III, página 80 deste livro.

Com a entrada do S.N.A.P.P. na cabotagem entre o Porto de Manaus e demais ancoradouros, no percurso das suas embarcações, até ao porto de Caracarai, foi possível a criação, por aquela autarquia, de uma tabela para controle básico, de tarifas, em Cr\$, para as mercadorias transportadas, requele percurso e que cobria as localidades de Tanapessassú, Ayrão, Boca do Rio Branco, Tapera, Catrimani, São José do Anauá e Caracarai. Os efeitos dessa tabela foram benéficos para as populações dessas localidades, não só que regulou o custo dos fretes e, consequentemente, das mercadorias. Não

permitindo mais, que as tarifas, sobre os mesmos, fossem estabelecidas ao bel prazer e livre recreação dos proprietários das embarcações particulares que sentiram a necessidade de se organizarem para o desenvolvimento de um comércio mais sério.

TABELA DE FRETES DO S.N.A P.P.(MANAUS x CARACARAÍ)

-TARIFAS BÁSICAS EM CR\$-

	Tanapessa ssú	Ayrão	Boca do Rio Branco	Tapera	Catrimani	S. José do Anauá	Caracaraí
Manaus	8,00	16,00	23,00	26,00	30,00	33,00	36,00
Tanapessassú	8,00	16,00	19,00	23,00	27,00	30,00
Ayrão	8,00	11,00	16,00	20,00	23,00
Boca do r. Branco	4,00	8,00	13,00	16,00
Tapera	5,00	10,00	13,00
Catrimani	5,00	9,00
S. José do Anauá	4,00

Baseada nessas tarifa, seguia-se a seguinte tabela de fretes:

- Tabela de preços de fretes para objetos, animais e volumes -

Farinha de mandioca e sal	-Taxa básica + 20%	P/ Tonelada(1.000Kg) ou m ³
Gêneros combustíveis de 1ª necessidade	Idem	Idem
Outras mercadorias(carga geral)	Idem	"
Outras mercadorias(carga geral)	Taxa básica + 60%	"
Inflamáveis (comuns)	" " +100%	"
Querosene, gasolina e álcool	" " + 300%	"
Pólvora, dinamite e outros explosivos	" " +1100%	"
Animais (eqüinos e muares)	" " 20%	P/(UN)frete mínimo 15,00
(gado bovino)	" " 30%	" " " " 15,00
(suinos, caprinos, ovinos, cães)	" " 70%	" " " " 5,00
Aves diversas	" " - 80%	" " ou DZ, " 1,50
Borracha, balata, copaiba, etc	" " +50%	P/ TONELADA(1.000Kg)
Corro de animais silvestres(veado e outros)	" " +50%	Idem
Algodão, cacau, castanha e outros	" " +25%	P/TONELADA OU m ³
Jarrinha	" " +40%	Idem
Madeira em toros ou aparelhada	" " +30%	"
Óleo vegetal(limbo)	" " +45%	"
Volumes de 1.000 a 2.000Kg	S/ medição +100%	"
acima de 2.000 a 3.000Kg	" " +150%	"
" " 3.000 a 4.000Kg	" " +200%	"
" de 5.000Kg em diante	Sujeito a convenção especial	"

Esses foram os primeiros passos do Governador Ene Garcez, para o controle e fiscalização do comércio local.

Surge a Associação Comercial

Diante do novo fenômeno político-administrativo observado na administração governamental, os empresários que compunham o chamado Comércio do Rio Branco, sentiram a necessidade de se unir para uma ação coletiva em busca de também se organizarem. Havia na época, como ainda hoje, os mais criteriosos e os menos criteriosos, e entre esses, os relativamente honestos e os notoriamente desonestos, mas na verdade seguiriam todos uma trilha unânime de viciosa mercenariedade e exploração dos sacrificados consumidores.

Sentindo a realidade da mudança administrativa no horizonte que surgia para o desenvolvimento do então Território Federal do Rio Branco, os empresários locais procuraram se unir no sentido de acompanhar as metas de desenvolvimento e criar um órgão que os representasse e coordenasse as suas atividades, no âmbito empresarial, com policiamento dos seus deveres e respaldo de defesa dos seus direitos. Assim, um grupo de 34 empresários do Território, após várias reuniões e planejamento coeso, decidiram por criar a Associação Comercial do Rio Branco, cuja fundação ocorreu no dia 07 de setembro de 1944. Os empresários que compuseram o corpo de sócios fundadores da nova associação, têm os seus nomes registrados no Art. 1º do Estatuto atual da ACIR.

O nome da Associação mudou posteriormente, para *Associação Comercial de Roraima (ACR)* e, atualmente, é conhecida como *Associação Comercial e Industrial de Roraima (ACIR)* que conta, no momento, com um quadro de 386 associados.

A ACIR rege as suas ações pelo seu Estatuto Social, ora atualizado e que – de acordo com o Parágrafo 2º do mesmo, “Compete à Diretoria a edição do presente Estatuto, em tamanho de bolso, a ser fornecido todos os associados.” O Estatuto em pauta foi aprovado pela AGE de 12 de Dezembro de 1989. Está registrado às fls. 215 e 216 do Livro A-1, do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Boa Vista - Roraima, em 10 de abril de 1990.

Inserimos aqui uma síntese da essência das atividades da ACIR, mais propriamente um translado do Capítulo I, Arts. 1º e 2º, do seu Estatuto, que revelam a preocupação da ACIR, entre outros fatores, em defesa e fortalecimento dos direitos e policiamento dos deveres dos seus associados e da livre iniciativa como um todo.

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS

Art. 1º - A Associação Comercial de Roraima - ACR, fundada em 07 de setembro de 1944, por Antônio Augusto Martins, João José de Brito, Abrahim Jorge Fraxe, Antônio Macelaro, Luciano Bezerra da Silva, Nilo Meio, Luiz Bezerra de Araújo, Clodoaldo Pereira

de Atílio Jose Pereira Filho, Jorge Simão Luz, Joaquim José, Domingos Abdala, Felipe Moisés Xaud, Milton Miranda, Habil Jorge Frave, Sand Samou Salomão, Dahas Abrahum, Antônio Luigards Moura, Abrahum Xaud, Bráulio Barbosa de Araújo, Cecílio Pereira do Carmo, Jose Celestino da Luz, Homero de Souza Cruz, Alexandre Teles de Andrade, Raimundo Mota Cavalcante, Christina de Matos Reis, Adolfo Brasil, Salustino Liberato, Severino Nunes da Cruz, João Bezerra de Araújo, Aleides da Conceição Lima, Paulo Pereira, Bernardino Dias de Souza Cruz e João Pereira de Melo, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, onde tem sede e fórum, e uma sociedade com personalidade jurídica distinta da dos seus sócios, de duração ilimitada, regendo-se pelo presente Estatuto.

Art. 2º - A ACR passa a denominar-se Associação Comercial e Industrial de Roraima - ACIR, entidade representativa da classe empresarial roraimense, tendo por finalidades:

- a) Colaborar com os poderes públicos, dentro de suas finalidades institucionais, inclusive os prerrogativos de órgão técnico consultivo;
- b) Defender os interesses da classe que congrega;
- c) Estudar os problemas sócio-econômicos de Roraima, propondo aos poderes constituidos as medidas que julgar de interesse para o desenvolvimento regional;
- d) Promover, estimular e participar de estudos e iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e de serviço;
- e) Pugnar pelo desenvolvimento de uma superiora mentalidade empresarial e estimular o espírito associativo;
- f) Manter órgãos de informação, divulgação e de serviços em defesa dos interesses da entidade e de seus membros;
- g) Representar a classe nos organismos regionais e nacionais da categoria;
- h) Amparar, por todos os meios e recursos disponíveis, os associados que venham a sofrer medidas arbitrárias, dentro das suas condições;
- i) Concorrer, por todos os meios ao seu alcance para maior desenvolvimento das atividades comerciais, industriais e de serviços de Roraima;
- j) Representar a classe e/ou associados para implantar mandados coletivos ou de segurança nos termos do Art. V, LXX, B da Constituição da República Federal do Brasil - Parágrafo único - A Associação Comercial e Industrial de Roraima adota também a sigla - ACIR - e a divisa "Casa do Empresário".

A atuação da ACIR tem sido, ao todo, relevante no âmbito das suas atividades precíprias e paralelamente em outros campos administrativos, sociais e políticos, como órgão vigilante que polícia, sugere e defende, não somente no que diz respeito aos interesses do comércio e da indústria locais, como igualmente, de todo e qualquer fator considerado de interesse para o bem estar social do Estado e da Nação como um todo.

Antes da transformação do Território Federal de Roraima para Estado, e consequentemente criação da Assembleia Legislativa, a ACIR, fora Fórum de debates para soluções de grandes causas sociais e político-administrativas, como a própria transformação do Território em Estado, construção da BR-174, adequação do sistema energético, definição da questão fundiária do Estado. Tendo como objetivo o alcance da evolução socio-econômica da região e procurando alertar o Estado e a Nação, sobre as

influências negativas decorrentes da constante intrusão de estrangeiros em assuntos internos da nossa região e da Nação como um todo, em prejuízo do nosso desenvolvimento e flagrante agressão à Soberania Nacional.

São numerosos, os movimentos de classe, pronunciamentos e interferências da ACIR em busca de meios e, não raras vezes, contrários a quaisquer fenômenos político-administrativos que venham causar prejuízos ao desenvolvimento e fortalecimento da livre iniciativa, desde os primeiros dias da sua fundação. Procurando evitar prolixidade nos textos que compõem o presente livro, deixamos de mencionar, na íntegra, todos os pronunciamentos divulgados em defesa de várias causas referentes ao comércio, a indústria e a outras áreas que envolvem o serviço público e outros fatores relativos ao bem estar da sociedade e do próprio Estado. Assim, procuramos inserir nas suas páginas algumas ações mais ligadas ao presente e a parâmetros de relevância para o nosso Povo. E que, por isso, a ACIR não poderia posicionar-se indiferente aos mesmos, que clamam por soluções práticas e coerentes com as aspirações do nosso desenvolvimento.

Presidentes da ACIR

Desde a sua fundação, em 1944, até setembro de 2000, a ACIR teve os seguintes empresários como presidentes:

- 1944 à 1945 - Antônio Augusto Martins
- 1945 " 1946 - Salustino Liberato
- 1946 " 1948 - Mozart Cavalcante
- 1948 " 1949 - Péricles Magalhães
- 1949 " 1951 - Abraham Jorge Fraxe
- 1951 " 1952 - Azemar Saunier D'Oran
- 1952 " 1953 - Said Samou Salomão (***)
- 1953 " 1954 - Raimundo Marques (**)
- 1954 " 1955 - Antônio Lutgards Moura
- 1955 " 1956 - Abdala Habib Fraxe (****)
- 1956 " 1957 - Pedro Aldemar Bantim
- 1957 " 1959 - Abdala Habib Fraxe (2)
- 1959 " 1960 - Raimundo Marques (2)
- 1960 " 1962 - Nilo Brandão (**)
- 1962 " 1963 - Said Samou Salomão (2)
- 1964 " 1965 - Jackson de Barros Vila
- 1965 " 1966 - Carlos Augusto V. de Lima
- 1966 " 1968 - Júlio Magalhães Martins
- 1968 " 1970 - Said Samou Salomão (3)
- 1970 " 1971 - Nilo Brandão (3)
- 1971 " 1972 - Abdala Habib Fraxe (3)
- 1972 " 1974 - Paulo do Vale Pereira Filho
- 1974 " 1975 - Ramiro Francisco da Silva
- 1975 " 1977 - Timistocles Ramos Sobrinho
- 1977 " 1978 - Abdala Habib Fraxe (4)
- 1979 " 1980 - José Queret da Silva
- 1980 " 1981 - Joacir Teles de Menezes
- 1981 " 1982 - Clodir de Matos Filgueiras
- 1982 " 1983 - João Pereira Barbosa
- 1983 " 1984 - José Faustino da Silva
- 1984 " 1987 - João B. de Melo Mêne (***)
- 1987 " 1989 - Ubirajara Riz Rodrigues (**)
- 1989 " 1991 - Rubens da Silva Lima Filho
- 1991 " 1993 - Virgílio Barbosa de Melo
- 1993 " 1995 - Ubirajara Riz Rodrigues (2)
- 1995 " 1997 - Dourival Coelho Maranhão
- 1997 " 2003 - Sander Fraxe Salomão (**)
- 2003-2005 - Francisco Derval da Rocha Furtado
- OBS - O Empresário Sr. Said Samou Salomão é o Patrono da ACIR.



DISCURSO DO SENHOR SANDER FRAXE
COMEMORAÇÃO DOS 61 ANOS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE RORAIMA

*** CUMPRIMENTOS INICIAIS AOS PRESENTES, DESTACANDO AUTORIDADES E IMPRENSA, SE HOUVER.**

A cada ano que aqui retorno para, na alegria deste dia, comemorar mais um aniversário de fundação da nossa Associação Comercial e Industrial de Roraima, procuro sentir o espírito daqueles 37 homens que acreditando que o futuro começa no momento em que aqui estamos, plantaram neste lugar a semente do nosso desenvolvimento. Foi em um 7 de setembro do já distante ano de 1944 que estes visionários, sintonizados com o futuro e, acima de tudo, apaixonados por esta terra, decidiram criar o que hoje não mais representa somente a riqueza do trabalho e a conquista do suor do povo roraimense. Hoje esta Associação Comercial é muito mais! Ela representa a essência da nossa gente. A certeza de que um sonho deve ser sempre perseguido. Que por mais difíceis que os momentos possam nos parecer, temos a obrigação de saber a hora de mudar.

Aprendi em casa a admirar e valorizar o sentimento daqueles que acreditam e apostam nesta nossa longínqua Roraima. Como no passado, hoje o nosso estado continua a atrair homens visionários e dispostos nesta busca pelo desenvolvimento. Meu pai, Said Samou Salomão, fazia questão de afirmar que sem um projeto, sem um plano de desenvolvimento, Roraima nada seria. E hoje me pergunto: Qual o plano de desenvolvimento deste estado? Onde queremos chegar com o modelo atual? Devemos esperar mais quanto tempo para termos, novamente, na condução do nosso desenvolvimento, espíritos inovadores e visionários como foram aqueles que fundaram esta associação há 61 anos.

O Brasil atravessa um momento crítico na sua história política. É fácil apontarmos para Brasília e vermos os problemas ao longe. Mas devemos ver os problemas que estão perto. É para isso que também foi criada esta associação. Para fomentar o pensamento crítico, discutir soluções e elaborar projetos de desenvolvimento. Essa é a nossa vocação!

Somente quando tivermos um plano de desenvolvimento, teremos a solução para graves problemas do estado como a questão fundiária. Esse sim o pior problema! Diria mais, o vilão que atrapalha e atrasa o desenvolvimento em Roraima. Enquanto a nossa economia for vinculada ao poder público, não teremos indústrias e empresas comprometidas com o verdadeiro desenvolvimento. Somente com independência e força, iremos brindar o espírito que motivou a criação desta associação.

Não foi por acaso que o dia de fundação foi um 7 de setembro. A data representa o mesmo sentimento que, em outrora, intuiu o nosso imperador a buscar mudanças, a quebrar paradigmas, a tornar o Brasil independente de Portugal.

É com esse espírito que comemoramos mais um ano de fundação. O sentimento de independência que fez o Brasil romper com Portugal, deve ser o mesmo ainda hoje. Devemos romper com o atraso, com a falta de desenvolvimento e de projetos que pensam um estado melhor de se viver.

Vamos aproveitar mais um ano de vida para reviver aquele espírito de vanguarda, de futuro e de esperança que fincaram aqui as bases para o desenvolvimento de Roraima. Vamos lutar pelas soluções estruturais de nosso estado. Vamos buscar a sintonia entre a necessidade do trabalho e o desejo do nosso trabalhador. Vamos finalmente concretizar a vocação de um estado desenvolvimentista, alicerçado com amor e planejamento. Desvinculado do poder público que opime e escraviza.

Neste 7 de setembro de 2005, estamos aqui para comemorar 61 anos de nossa associação e 183 anos de independência do Brasil. Mas estamos aqui também presentes para manter vivo o espírito dos sócios fundadores, daqueles homens que acreditaram numa Roraima melhor, desenvolvida e comprometida com o progresso e com o futuro.

Parabéns a Associação Comercial de Roraima e parabéns ao Brasil. Muito obrigado a todos os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao eminente Senador Osmar Dias, pela Liderança do PDT, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

S. Ex^a dispõe de até sete minutos.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Como Líder.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, mais uma vez, destaco o papel fundamental que tem exercido, nos Municípios em que tem sido empregado como programa de Governo e como ação de Poder Público, o ensino integral.

Destaco isso fazendo, mais uma vez, uma consideração em relação à PEC que está tramitando na Câmara dos Deputados e que era a grande esperança de todos nós. Esperávamos que a instituição do Fundeb pudesse trazer ao ensino básico, à educação infantil, à educação especial e também às creches um alento, exatamente pelo financiamento com parcelas mais significativas de recursos que pudessem se originar do incentivo fiscal dado a empresas e da alocação de recursos do Tesouro pelo Governo, para abastecer de forma mais adequada esses segmentos, essas categorias de ensino, que perderam em distância muito grande para o ensino fundamental depois que foi instalado o Fundef.

O Fundeb é, portanto, uma grande idéia, mas que o Governo está transformando num pesadelo para os Municípios brasileiros. Fiz o destaque de quanto ele vai custar para os Municípios de alguns Estados. No Paraná, os Municípios terão de deslocar 110 milhões de outras atividades que poderiam exercer para financiar a existência das creches, porque, se isso não ocorrer, elas deixarão de existir, o que será um pesadelo, um grande mal para as famílias de baixa renda, que precisam, necessariamente, utilizar as creches para que as crianças de 0 a 3 anos possam ser acomodadas de forma segura em uma creche e as mães possam ajudar na complementação da renda familiar, exercendo uma atividade profissional fora de casa e, assim, proporcionar mais qualidade de vida à sua família. Ocorre que as creches não estão incluídas como objeto de financiamento do Fundeb. Essa correção tem que ser feita na Câmara dos Deputados, mas já estou aqui, no Senado, conversando com Líderes partidários, com Senadores que têm interesse nesse assunto, para que possamos conjuntamente proceder a essa alteração, que considero relevante para o próprio futuro do País.

A revista **ISTOÉ** desta semana publicou uma matéria representativa do que estou dizendo, com o tema “Decifra-me ou te Devoro”. Segundo a matéria, embora a pesquisa aponte queda do analfabetismo, a maioria dos que lêem não entende o que está escri-

to. Isso significa que apenas um quarto da população brasileira sabe ler efetivamente. Ou seja, 75% da população não entende o que está lendo ou sequer sabe ler o que está escrito.

É por isso que as Prefeituras administradas pelo PDT no Paraná estão dando toda a prioridade ao Programa de Ensino Integral, que começa já na idade de zero a três anos, portanto, nas creches. Nossa Partido não está transformando esse Programa apenas em uma bandeira histórica, porque o ensino integral foi iniciado por Leonel Brizola há muitos anos, por inspiração do Prof. Darcy Ribeiro, mas também porque entendemos que é a base para a construção de uma sociedade mais informada, com perspectivas de melhor qualidade de vida, já que a educação é, sem nenhuma dúvida, o principal instrumento de transformação da sociedade para melhor.

Já concederei aparte a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Nas Prefeituras do PDT, onde temos várias outras prioridades, a prioridade número um é essa. No Paraná, são 40 Prefeituras que se dedicam a implantar o Programa de Educação Integral, para mostrar que é possível em cada Município realizar essa grande obra de construção de um futuro melhor, de modo que as crianças de zero a três anos possam freqüentar a creche; depois, dos três aos seis anos, uma escola infantil e, posteriormente, inclusive, no próprio 1º Grau, podem continuar com educação integral, como base de formação de sua personalidade, de seu caráter, de sua formação cultural e de sua informação, que é o que falta exatamente no ensino regular, no ensino tradicional convencional vigente.

Será uma grande revolução na educação brasileira se conseguirmos implantar a educação integral, começando lá das crianças na creche até o Ensino Fundamental, para permitirmos que as crianças, principalmente filhas de famílias de trabalhadores, possam estudar, alimentar-se de forma adequada e aprender inúmeras outras atividades que serão importantíssimas na formação da vida do verdadeiro cidadão.

Concedo o aparte ao Senador Marco Maciel, com muita satisfação.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Osmar Dias, em rápidas palavras, cumprimento V. Ex^a pelo discurso. V. Ex^a chama a atenção para a questão fundamental do País: a educação. Falar em educação é falar em cidadania e, enquanto não tivermos dado a todos pleno acesso à educação, certamente não vamos construir uma sociedade verdadeiramente democrática e, na questão educacional, está embutida não somente a soberania pessoal, quer dizer, a capacidade de o cidadão ter li-

berdade para se realizar na sociedade em que vive, mas também a própria participação no processo de desenvolvimento do País. E cada vez mais isso fica evidente quando sabemos que o que está caracterizando este novo século, o século XXI, é uma grande revolução científico-tecnológica, graças ao progresso nas áreas de tecnologia, da informação e do conhecimento. Não podemos deixar de salientar, que, ao lado da chamada cultura letrada, estamos vendo surgir a cultura digital, um novo código, se assim posso dizer, e que exige, consequentemente, mais do cidadão. E, por fim, isso é fundamental também sob a ótica externa, porque se o Brasil quer ter uma presença maior no mundo, e acho que tem todas as condições para tal, precisamos também ter consciência de que investir em educação é talvez ampliar a possibilidade de participar desse processo de globalização, inclusive superando o fosso digital. Se olharmos os países de primeiro mundo vamos observar que o Brasil ainda está muito aquém do que poderia estar e isso pode fazer com que, cada vez mais, a distância entre os países ricos e os em desenvolvimento se torne cada vez maior. Era o que tinha a dizer e cumprimentar V. Ex^a pelas ajuizadas e sensatas palavras, mas também lembrar que, quando Ministro da Educação, convivi com Leonel Brizola – ele Governador do Rio – e eu o apoiei nos programas dos Cieps, como também sempre tive boa parceria, aqui no Senado, com o Senador Darcy Ribeiro, em projetos de sua autoria, como, por exemplo, a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Obrigado, Senador Marco Maciel. Aliás, essa PEC que está na Câmara afronta a Lei de Diretrizes e Base da Educação, projeto a que V. Ex^a acaba de fazer referência e que teve como autor o Senador Darcy Ribeiro, e que precisa ser revisto, o do novo Fundeb, exatamente porque ele contraria o previsto, o prescrito, na LDB – Lei de Diretrizes e Base. Nós precisamos modificá-lo naquela Casa para que ele chegue aqui em condições de ser logo aprovado, porque precisa entrar em vigor o mais rápido possível.

Eu ia dizer, Senador Marco Maciel, que o PDT, que já tem essa história ligada à educação, pode, agora, sentir-se um pouco mais fortalecido em relação a esse tema. Eu tenho grande esperança de que teremos, nos próximos dias, a filiação do ex-Ministro da Educação, Cristovam Buarque. O Ministro Cristovam Buarque será, sem dúvida nenhuma, bem recebido e, mais do que isso, será valorizado e terá oportunidade de apresentar, pelo Brasil afora, suas idéias e propostas com relação à educação. E, já que estamos falando no professor Cristovam Buarque, o PDT fará, dentro de alguns dias, uma programação exatamente para

discutir uma questão fundamental para todas as comunidades deste País: um novo modelo de educação para o Brasil. É uma proposta nova que o PDT discute e, vindo para o PDT o Senador Cristovam Buarque, estaremos tranquilos, confortados e sobretudo seguros em debater esse assunto em todo o País.

No Paraná, estamos colocando em prática essas idéias, temos conversado com os prefeitos do PDT, e acredito que o grande exemplo será dado em Foz do Iguaçu, onde o Prefeito Paulo MacDonald Ghisi está instalando um modelo novo de educação. Trata-se de um conceito novo de escola, não apenas na creche, na educação infantil, mas também no 1º Grau, onde haverá uma grande integração com a família dos estudantes, porque a escola passará a funcionar nos finais de semana, com áreas de lazer e para a prática de esportes. Isso fará com que a marginalidade, que cresce nos finais de semana, na idade juvenil, possa também cair.

Tenho certeza de que o conceito novo de escola que se instala em Foz do Iguaçu poderá se espalhar pelo Paraná e pelo Brasil um dia. Esse é um sonho que sei V. Ex^a também tem.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar – pasmem V. Ex^{as}! –, quero me congratular com o Banco do Brasil e com o Governo da Bahia, pelo contrato que foi assinado hoje, às 12h, entre o Governador do Estado e o Presidente do Banco do Brasil. São US\$70 milhões a serem empregados, em sua totalidade, na aquisição de equipamentos policiais para dar segurança ao povo baiano.

Isso deve-se difundir por todo o País, dada a necessidade que todos nós sentimos em relação à falta de segurança pública em toda parte.

Em segundo lugar, desejo dirigir-me ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, dizendo que sou seu maior admirador, que tenho por S. Ex^a todo o apreço, assim como pelo Delegado Paulo Lacerda.

Por isso mesmo, choca-me como brasileiro a maneira como foi preso o filho do Sr. Paulo Maluf. Isso não é coisa de país civilizado, que quer defender cidadania. É uma vergonha para o País querer desmoralizar uma pessoa que emprestou seu helicóptero para trazer policiais até a sede da Polícia Federal. No momento em que ele ia entrar no carro de polícia,

estando presente lá o seu carro, a Polícia Federal fez questão de algemá-lo, quando viu a televisão pronta para pegar o flagrante.

Isso já está demais na Polícia Federal. Penso que o respeito ao cidadão, seja ele pobre ou rico, deve ser o mesmo. Ninguém vai pensar que a pessoa que levou em seu helicóptero os policiais federais até a sede da Polícia Federal vá fugir ou fazer algo inconveniente.

Nada tenho contra o fato de terem sido presos, mas o tenho quanto ao modo da prisão. O modo da prisão afronta a cidadania, e isso precisa acabar; se não acabar, será uma demonstração de fraqueza do Ministério e de falta de comando na Polícia Federal. Sei que é desagradável dizer isso, sei o quanto a Polícia Federal pode sentir-se ofendida, mas pouco importa, pois meu dever de cidadão é esse, e quero cumprí-lo.

Ouço o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Serei breve. Tenho tudo a favor da prisão de Paulo Maluf e de Flávio Maluf, mas concordo com V. Ex^a quanto a ter sido excessiva a forma em que ela se deu. O Senador Alvaro Dias aventou, com muita percociência, a hipótese de ser uma tentativa de se fazer o diversionismo: presta-se atenção em tudo, menos na corrupção do Governo Lula e menos no tal mensalão ou nos mensalinhos. Por outro lado, tenho a impressão de que é inútil esse exercício, se for esse, porque essas nuvens passam, e o que fica é o quadro estrutural da corrupção sistêmica, que tanto temos combatido neste Parlamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, como sempre esclarecedor e fruto da sua inteligência.

Sr. Presidente, também fiz um apelo à Mesa – não era V. Ex^a que a estava presidindo – no sentido de se mandar dizer ao Ministro da Educação que o Congresso Nacional não vê com bons olhos a idéia de se fazer uma reforma universitária por decreto. É uma medida atentatória às duas Casas do Congresso Nacional. O Sr. Ministro da Educação, tão jovem, não pode ser tão autoritário. Chega de autoritarismo num Governo que não tem autoridade para pregar o moralismo!

Quanto ao caso Severino, ao qual quero também referir-me, tudo isso é cortina de fumaça que deve acabar logo. Tenho uma sugestão: a de que os Líderes – e chamo a atenção do Senador Arthur Virgílio – nesta Casa se reúnham e mandem fazer um estudo, em 24 ou 48 horas, na Polícia Federal, dos laudos de Del Picchia, que é um grande perito, não há dúvida, e o apresentado pelo Sr. Severino Cavalcanti.

Evidentemente, na hora em que estiver provado que o laudo de um ou de outro é falso, a situação mudará, e a exigência da saída do Sr. Severino se tornará ainda mais necessária. Aliás, ele deve sair, independentemente disso, rapidamente, para que não se mude o caso do Governo Lula para o caso Severino. Temos de ficar presos aos mensalões, aos mensalinhos, sem deixar que exista acordo, para que haja soluções rápidas, como o povo deseja.

Lamento ter de falar um pouco do Acre. A situação é grave para o Presidente da República, que, embora tenha feito de tudo para cassar Roriz, hoje é amparado pelo Governador, que envia sua claque, para evitar que Lula seja vaiado em público. É inacreditável! Não me parece uma coisa dos Vianas, que são realmente políticos hábeis, inteligentes e competentes e que têm amor à sua terra, mandar 600 acreanos para o Peru, a fim de evitar vaias maiores ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu muitas vaias a políticos que não as mereciam. É a hora de ele recebê-las, merecendo-as.

Sr. Presidente, V. Ex^a e seu irmão, que é um grande Governador e meu amigo, não devem mandar ônibus a Lima, a fim de evitar vexames ao Presidente da República. Peçam ao Presidente para não viajar. Isso será muito melhor, porque, aonde ele for, infelizmente, nessa fase da vida, vai receber vaias e aplausos dos seus amigos, como V. Ex^a, Sr. Presidente.

Portanto, esse homem que quis cassar Roriz sustenta-se no Distrito Federal em Roriz. Esse homem que não tinha nenhuma amizade pelos Vianas no Acre passa a depender de que enivem sua claque para um país estrangeiro, a fim de evitar vexames maiores para o Presidente da República.

O Presidente da República deve a esta Casa, a todos os Senadores e Deputados, três respostas. O Presidente Lula tem de nos dizer se é partícipe ou não dos mensalões. Queremos também saber o que o Presidente tem a dizer ao povo sobre o financiamento de R\$5 milhões dado pela Telemar à empresa do seu filho – foram R\$5 milhões, Sr. Presidente! – e também sobre o seu empréstimo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Jacques Wagner declarou que o Presidente não tomou empréstimo nenhum, mas, no outro dia, o Sr. Okamoto pagou, em nome do Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, o empréstimo de R\$29,6 mil tomado no PT – e o fez quando ele já era Presidente da República. Ainda assim, dizem que chamar o Sr. Okamoto para

depor é uma injustiça. Essa injustiça eu pratico. Eu a pratico para o bem do Brasil e para esclarecer pelo menos esse caso, porque os outros não estão sendo esclarecidos pelo Governo da República.

Sr. Presidente, também não deixe que se faça uma reforma universitária por decreto. Isso não fica bem para o Senado, não fica bem para a Câmara, não fica bem principalmente para o Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Estou certo de que V. Ex^a pensa como eu e não vai mais mandar gente para os países vizinhos, quando o Presidente Lula os visitar.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Antonio Carlos Magalhães, o questionamento que V. Ex^a fez ao Ministro da Educação na última quinta-feira chegou às minhas mãos. Eu estava no exercício da Presidência e o encaminhei imediatamente ao Sr. Ministro. Tive a oportunidade de ter uma audiência com S. Ex^a no dia seguinte e lhe falei que havia enviado o documento. S. Ex^a acusou-me o recebimento e me esclareceu que estaria dando a resposta em tempo hábil. Ao mesmo tempo, deixou claro que o projeto de reforma universitária saiu do Ministério da Educação e está na Casa Civil, aguardando a fase de aperfeiçoamento e algumas discussões complementares, no enfoque do Governo, para vir ao Congresso Nacional.

Esse foi o esclarecimento que S. Ex^a me deu verbalmente e que será enviado formalmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– V. Ex^a afirma que não haverá decreto na reforma universitária?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Ministro me assegurou que a matéria virá como projeto para o Congresso Nacional para uma ampla discussão, com audiências públicas e o devido encaminhamento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– Agradeço a V. Ex^a e ao próprio Ministro a prova de bom senso que S. Ex^a dá.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Quanto à crítica que V. Ex^a faz sobre as estradas, prefiro enviar-lhe a cópia do pronunciamento que fiz sobre o tema na última semana.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– Sobre as estradas?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A rodovia interoceânica, ligando o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA)

– Não fiz críticas a essa rodovia, mas em razão

de os ônibus que foram lá terem ficado realmente danificados.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nesse caso, não poderei responder a V. Ex^a por estar no exercício da Presidência.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, a crise, mais uma vez, está de viagem. O Presidente Lula desembarca hoje à tarde na Guatemala.

Enquanto para o jornal britânico **Financial Times**, edição desta segunda-feira, esta será uma das semanas mais turbulentas no mundo político do Brasil, para o Presidente Lula estamos vivendo em estado de absoluta tranquilidade porque, em meio à tormenta, Sua Excelência parte para uma viagem à Guatemala, com desdobramentos em Nova York, passando a semana inteira no exterior, como se nada de grave estivesse ocorrendo no nosso País.

Fica visível a estratégia do Presidente da República, como se fosse possível minimizar as repercussões da crise, certamente a mais escandalosa da República. O Presidente procura não só transferir responsabilidade, como procura minimizar as repercussões. E a estratégia de transferência de responsabilidade impõe sobre o Congresso o ônus maior pela crise. Essa é uma tentativa explicitada do Presidente da República e dos seus principais coadjuvantes. Em primeiro lugar, transferir para o Congresso Nacional e, em segundo lugar, especialmente para os Partidos políticos que integram a base aliada, reduzindo o impacto do forte peso da crise sobre a estrutura do seu Partido, o Partido dos Trabalhadores. Seria possível essa transferência de responsabilidade? Creio que não.

É visível que cabe ao Poder Executivo a responsabilidade maior pelos escândalos. Não há dúvida de que o poder corruptor foi o Poder Executivo. Ao arquitetar um projeto de poder de longo prazo em que o fim justificava os meios, os líderes no PT no Governo admitiram a corrupção como forma de captação de recursos para sustentação financeira desse projeto que tinha o Presidente Lula como o principal beneficiado.

O que fará o Presidente Lula na Guatemala? A imprensa guatemalteca dá pouca importância à visita do Presidente brasileiro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Dá maior destaque, Senador Arthur Virgílio, ao Presidente de

Taiwan, que deverá estar naquele país no final deste mês. O interesse é rarefeito. Os interesses comerciais da América Central estão direcionados para a possibilidade de celebrar acordos comerciais com os asiáticos. Tanto o é que o primeiro compromisso do Presidente Lula com o Presidente Oscar Berger, na Guatemala, é a assinatura de um memorando de entendimento na área política.

Ora, estabelecer um mecanismo permanente de consultas políticas entre o Brasil e a Guatemala, Sr's e Srs. Senadores, não pode ser apresentado como uma motivação importante para essa viagem do Presidente da República em meio à turbulenta crise que estamos vivendo no Brasil. Esse critério de prioridade, não tem lógica, a não ser que faça parte realmente dessa estratégia de minimizar consequências e repercussões de uma crise de repercussões por si só notáveis, com incursão, inclusive, internacional estampada nos principais jornais do mundo, como fiz referência, há pouco, ao **Financial Times**, jornal britânico.

Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio antes de focalizar aquela que pode ser uma razão imediata da viagem do Presidente Lula à Guatemala.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, não sei nem se me antecipo ao seu pensamento. Para mim, é muito triste esse quadro. Um quadro em que o outrora orgulhoso Governo do Presidente Lula se vale das “severinadas” da Casa ao lado para ver um certo foco da atenção da imprensa desviado dos casos de corrupção produzidos, gestados e criados pelo próprio Governo Lula. Vale-se da prisão de Paulo Maluf, que, de repente, ocupou as páginas dos jornais, como outro expediente para descansar o lombo. Sua Excelência estava apanhando sozinho, agora está apanhando junto com Maluf, com Severino, enfim. Vale-se de algo sério – uma viagem internacional – para tentar passar a idéia positiva de que está alheio à crise, de que não há crise, de que o Brasil estaria funcionando normalmente e que, portanto, não é necessário que o Presidente esteja aqui para o Brasil ser tocado. O pior é que não é mesmo. A economia, hoje, é regida por regras muito próprias, nas quais o Presidente não interfere. Às vezes se diz: se Alencar assumisse iria baixar os juros. Não o faria. É o Copom que baixa e não o Presidente. O Copom não baixará, esse que está aí não baixará. O Presidente Alencar, então, indicaria um Presidente do Banco Central diferente. Não indicaria. Passaria pelo Senado ou não. Talvez nem passasse pelo Senado. Então, a economia não está mais nas mãos do Presidente como já esteve em tempos em que o Brasil tinha uma economia mais desorganizada. O fato é que o Presidente está viajando não para propagandear o País, mas para fu-

rir da crise. Há um ditado romântico: longe dos olhos; distante do coração. Sua Excelência pensa o seguinte: longe dos olhos; longe da investigação. É como pensa. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, com sua já conhecida inteligência, V. Ex^a antecipa até a continuidade de nossa exposição.

Antes de chegar ao ponto a que V. Ex^a se refere, gostaria de sugerir ao Presidente da República – já que está chegando à Guatemala hoje à tarde – que aproveite uma sugestão daquele país que, nesse momento, trabalha com uma comissão presidencial para a reforma política e institucional do Estado e apresenta normas de ética do organismo executivo. Está aqui o *folder* com as normas de ética do organismo executivo. Quem sabe o Presidente possa se inspirar na Guatemala, já que aqui, no Brasil, não tem encontrado inspiração suficiente para adotar uma postura ética que corresponda às expectativas da sociedade brasileira.

Na Guatemala, o Presidente poderá talvez, quando muito, falar sobre esse seu desejo de injetar recursos do BNDES em outros países, a exemplo do que fez recentemente no Peru, o que inspira essa extraordinária socióloga, Maria Lucia Victor Barbosa*, da Universidade de Londrina, a escrever um brilhante artigo denominado “Sancho Pança no Peru”.

Sr^a Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, peço que este artigo, na sua íntegra, seja transscrito nos Anais da Casa. Faço leitura de um trecho que considero importante:

O Sr. Alejandro Toledo, “atribuindo-se o papel de Don Quixote, relegou o colega brasileiro ao papel de Sancho Pança, o fiel escudeiro do cavalheiro da triste figura: ‘Eles ladram, Sancho, porque estamos construindo carreteras’ (estradas). Fica a dúvida se o presidente peruano se inspirou na silhueta do nosso mandatário ou na fidelidade do mesmo que lhe está dando um régio presente de milhões de dólares (por intermédio do BNDES).

(...)

Enquanto o Presidente viaja, aqui prosseguem os esforços para atenuar a crise.

E aí chego à exposição do Senador Arthur Virgílio, em aparte:

A prisão espetacular de Maluf (ex-aliado de Marta Favre no segundo turno das eleições municipais) e de seu filho, devidamente algemado, desafoga a alma nacional sedenta por ética e punição.

Ao mesmo tempo, o inevitável pedido de cassação do Presidente da Câmara, Severino Cavalcanti,

por seus ex-leitores parlamentares, tem ocupado noticiários e distraído as atenções. Irmanados, partidos de Oposição e PT deliberam sobre quem melhor servirá aos interesses do Presidente mais blindado de toda a história: se um Deputado do próprio PT ou da chama da Oposição, que costuma ser tão mais fiel do que os petistas, com honrosas exceções de alguns Deputados e Senadores do PSDB e do PFL.

Claro que se Maluf e Severino são culpados devem ser punidos, mas o que ressalta desses episódios de execração pública é a cortina de fumaça lançada para desviar o foco dos procedimentos mafiosos que têm emergido após as declarações do Deputado Roberto Jefferson. Cômodos escândalos que não atingem o Governo e o PT resguardam o Presidente da República e lhe permitem bater no peito e dizer: "Sou de todos os Presidentes, o que mais combate a corrupção. Só falta se trazer de volta o juiz Lalau, Sérgio Naya, os donos da Daslu e, quem sabe, até Pinochet, porque o furacão Katrina já rendeu seu efeito. Enquanto isso, os muitos acusados de crimes de corrupção seguem impunes.

Todos esses episódios levam a constatação de que o atual Governo, além de oferecer o maior espetáculo de corrupção de toda nossa história, é também o que melhor utilizou a farsa, a mentira, a simulação, a propaganda enganosa para se manter no poder. E se mantém por meio da fé inabalável de muitos no mito Lula e no estado de corrupção a que se chegou nos Poderes constituídos. São esses os únicos fatores que podem explicar a conivência com as ocorrências que já teriam derrubado quaisquer outros Presidentes da República.

No mais, entre Quixotes...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço o nobre Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – É bem simples. O Presidente foi fazer lá fora uma mistura de "firinfim" com corneteação. Segundo Houaiss e Aurélio, "firinfim" e corneteação são trombetear alguém algo que não vale a não ser para proveito próprio e também para fugir da crise. Então é o Presidente do "firinfim", da corneteação e da fuga às suas responsabilidades.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Continua a articulista Maria Lucia Victor Barboza:

No mais, entre Quixotes e Sanchos Panças, termino citando Jean-François Revel em seu prefácio à obra magistral de Carlos Rangel, **Do bom selvagem**

ao bom revolucionário: 'A história da América Latina prolonga a contradição que lhe deu origem. Oscila entre as falsas revoluções e a ditaduras anárquicas, a corrupção e a miséria, a ineficácia e o nacionalismo exacerbado'."

Peço, Sr^a Presidente, que considere lido todo o artigo da socióloga londrinense.

E, ao concluir, mais uma vez solicito à Mesa que inclua para deliberação o requerimento que apresentei há poucos dias e foi retirado de pauta, no qual peço ao Tribunal de Contas da União auditoria relativamente aos empréstimos efetuados pelo BNDES para obras no exterior. A exemplo do que anunciou o Presidente da República no Peru recentemente, há empréstimos já concedidos para a construção do metrô em Caracas, na Venezuela; ponte no mesmo país; estradas no Paraguai; aquisição de frigorífico na Argentina, por intermédio do Fribol.

Por essa razão, estamos solicitando auditoria ao Tribunal de Contas da União para investigar os procedimentos adotados na aprovação desses empréstimos, e da mesma forma, Sr^a Presidente, o envio imediato do requerimento, com parecer já favorável do Senador Tião Viana, ao Ministro Furlan, com indagações relativamente a esses empréstimos concedidos pelo BNDES.

Como ainda me resta algum tempo, concedo o aparte ao Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Alvaro Dias, é que seu discurso me traz à lembrança o que li nos jornais de ontem e de hoje no sentido de que as grandes empresas do Brasil, hoje, para puderem sobreviver, estão atuando no exterior, Senador Alvaro Dias. Aqui não há obras públicas; aqui as estradas estão intransitáveis; aqui não há recursos para saneamento básico; aqui há contingenciamento do Orçamento diante dessa balbúrdia que aí se encontra. O processo, envolto em uma cortina de fumaça, e as grandes empresas atuando no exterior porque não têm obras para fazer aqui no Brasil. Isso significa que o Brasil está parado!

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É verdade, Senador Ramez Tebet. Por essa razão, o meu apelo às lideranças partidárias para que submetam à votação esse requerimento. É evidente, não é muito, é quase nada! Mas, pelo menos, estaremos dando satisfação à opinião pública, relativamente a esses procedimentos do Governo e, com os quais, não concordamos e queremos o esclarecimento definitivo a respeito.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SANCHO PANÇA NO PERU
MARIA LUCIA VICTOR BARBOSA

Os que viajam por meios terrestres sabem que nossas estradas vão se tornando intransitáveis. Mesmo assim, o presidente Luiz Inácio, que prefere ver os problemas de seu governo do alto e de longe, rumou para Puerto Maldonado, no Peru, para o “inaugurar” (dia destes o presidente inaugurou até uma semana da cidadania em Belo Horizonte) a pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que será custeada quase que inteiramente por nós, contribuintes, pois dos US\$ 891 milhões que custará a obra o BNDES vai emprestar (doar?) US\$ 700,00 milhões.

Naquela ocasião o presidente da República, certamente aliviado por estar momentaneamente longe da interminável sucessão dos escândalos que maculam seu governo e detonam seu partido, comparou-se dessa vez a Simon Bolívar, ao Barão do Rio Branco e a Euclides da Cunha, “grandes defensores da integração latino-americana”. Ainda falta o presidente se comparar

a Napoleão Bonaparte, coisa que poderá fazer em Paris onde, certamente, ainda retorna para desfrutar do turismo político que lhe é tão caro. Como ele mesmo disse certa vez, e creio que sobre isso todos concordam: “viajar é gostoso”.

Em Puerto Maldonado o presidente Luiz Inácio foi entusiasticamente aplaudido por 600 militantes do PT e do PC do B, devidamente contratados por seus respectivos partidos. Tal prática faz lembrar o PRI mexicano e tem sido levada a efeito nas intermináveis inaugurações que sua excelência faz em solo pâtrio, por conta de sua campanha de reeleição. A presença da festiva comitiva explicaria a foto publicada pelo O Estado

de S. Paulo (09/09/2005), na qual uma moça cumprimenta o presidente. Era muito branca e trajava uma espécie de fantasia de índia, que em nada lembrava as vestes das nativas peruanas. Figurante é assim mesmo.

Em meio ao entusiasmo dos militantes, certamente felizes com a viagem ganha, Luiz Inácio ouviu do presidente peruano, Alejandro Toledo, um estranho elogio. Segundo o jornal acima citado, Toledo, atribuindo-se o papel do Don Quixote, relegou o colega brasileiro ao papel de Sancho Pança, o fiel escudeiro do cavalheiro da triste figura: "Eles ladram, Sancho, porque estamos construindo *carreteras*" (estradas). Fica a dúvida se o presidente peruano se inspirou na silhueta do nosso mandatário ou na fidelidade do mesmo que lhe está dando um régio presente de milhões de dólares.

Recorde-se que Toledo tem 8% de popularidade e é acusado de corrupção e associação ilícita. Presente também em Puerto Maldonado, o presidente da Bolívia, Eduardo Rodrigues, cujo governo não vai nada bem.

Enquanto o presidente viaja, aqui prosseguem os esforços para atenuar a crise. A prisão espetacular de Maluf (ex-aliado de Marta Favre no segundo turno das eleições municipais) e de seu filho, devidamente algemado, desafoga a alma nacional sedenta por ética e punição.

Ao mesmo tempo, o inevitável pedido de cassação do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, por seus ex-leitores parlamentares, tem ocupado noticiários e distraído as atenções. Irmanados, partidos de oposição e PT deliberam sobre quem melhor servirá aos interesses do presidente mais blindado de toda a história: se um deputado do próprio PT ou da chamada oposição, que costuma ser tão ou mais fiel do que os petistas, com honrosas exceções de alguns deputados e senadores do PSDB e do PFL.

Claro que se Maluf e Severino são culpados devem ser punidos, mas o que ressalta desses episódios de execração pública é a cortina de fumaça lançada para desviar o foco dos procedimentos mafiosos que têm emergido após as declarações do deputado Roberto Jefferson. Cômodos escândalos que não atingem o governo e o PT resguardam o presidente da República e lhe permitem bater no peito e dizer: "sou de todos os presidentes, o que mais combate a corrupção. Só falta se trazer de volta o juiz Lalau, Sérgio Naya, os donos da Dalu e, quem sabe, até Pinochet, porque o furacão katrina já rendeu seu efeito. Enquanto isso, os muitos acusados de crimes de corrupção seguem impunes.

Todos esses episódios levam a constatação de que atual governo, além de oferecer o maior espetáculo de corrupção de toda nossa história, é também o que melhor utilizou a farsa, a mentira, a simulação, a propaganda enganosa para se manter no poder. E se mantém por meio da fé inabalável de muitos no mito Lula e no estado de corrupção a que se chegou nos Poderes constituídos. São esses os únicos fatores que podem explicar a conivência com as ocorrências que já teriam derrubado quaisquer outros presidentes da República.

No mais, entre Quixotes e Sanchos Panças termino citando Jean-François Revel em seu prefácio à obra magistral de Carlos Rangel, "Do bom selvagem ao bom revolucionário": "A história da América Latina prolonga a contradição que lhe deu origem. Oscila entre

as falsas revoluções e a ditaduras anárquicas, a corrupção e a miséria, a ineficácia e o nacionalismo exacerbado".

Maria Lucia Victor Barbosa é socióloga.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Alvaro Dias, o requerimento será encaminhado ao Presidente do Senado e a solicitação de registro nos Anais será atendida na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero encaminhar a V. Ex^a um requerimento, de acordo com os termos do Regimento Interno, de apresentação de voto de lembrança da figura do Presidente Kubitschek que faria, no dia de hoje, 103 anos.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Mesa aguarda o recebimento do requerimento para leitura.

Concedo a palavra, pela inscrição...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr^a Presidenta, encaminho à Mesa um pronunciamento para ser publicado nos Anais da Casa, no qual explico porque a viagem do Presidente se resume à corneteação e “firinfim”, além de fugir dos escopos fundamentais do Brasil, que são a apuração das responsabilidades do seu Governo nessa crise de corrupção que nos enlameia a todos.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Sr. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Mil e uma noites”, do ex-Ministro Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 11 de setembro do corrente.

O ex-Ministro mostra, em seu artigo, que o desempenho da economia é a principal base de sustentação do atual governo. Mostra, também, que são três as razões principais desse desempenho: “Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não menos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, como segundo assunto, eu gostaria de dizer que o Brasil é sempre apontado como maior do que o chamado fundo do poço. É impressionante a capacidade que o País vem demonstrando desde o início de 2003, ao resistir aos desatinos e desencontros de uma triste presença no Governo da República: a presença do PT, com seu hoje desmoralizado e já irrecuperável Governo.

O Brasil parece ser verdadeiro, chegou muito perto desse imaginário fundo do povo. E só chegou perto, porque foi empurrado pelas ações e tentativas de um grupo que em tudo se assemelha a uma quadrilha que vinha jogando tudo pelo poder. O poder pelo poder. Um plano sinistro desses que só se via em filmes do gênero Alcapone. A sorte é que todos eles, do grupo do Poder, foram pilhados em flagrante e aí está a Nação às voltas com a bandeira enlameada de corrupção.

Deu no que deu. O fundo do poço se ampliou e quem nele caiu foram o PT e a autoridade do Presidente que mais parece representar apenas um partido e não representa o País, que eles dizem ser de todos. E fazem de tudo contra o povo.

Quando um Presidente perde o respeito da Nação, o seu fim, o fim dele, Presidente, pode até não ocorrer antes do prazo, mas sua presença assume feição puramente de fachada.

Mesmo nos períodos mais duros deste País, como os tempos da ditadura militar, nunca, nunca mesmo, um Presidente se mostrou tão irresponsável e leviano.

Houve um Presidente que disse preferir o cheiro de cavalo a cheiro de povo. Nem mesmo com essa estranha opção ele perdeu o respeito dos brasileiros.

Antes, há mais de meio século, um outro chegou ao poder como ditador, foi, após, aclamado e ainda hoje, mesmo inscrito na galeria da ditadura, é lembrado com certa reverência. Manteve sua autoridade.

Depois, já na atual era, consolidada por um Governo sério, de dois mandatos, chegou um que o seu partido, o PT, apontava como o salvador da Pátria.

Com essas bandeiras, improvisadas, sem base, sem planejamento, ele passou a entoar loas, dizendo que acabaria com a fome, adjetivada de fome zero. E logo descobrimos que tal programinha Zero de combate à fome permaneceu mesmo como substantivo, só que abstrato.

Abstrato só não foi o gozo do Poder, para ele e os que o Planalto, dos tempos da Dirceu, espalhava pela máquina pública, de olho no dízimo que cada um destinava ao caixa 1000 do partido. Caixa 1000 com som de milhões.

Para ele, o Presidente Salvador da Pátria, nada abstrato. Tudo muito concreto, a começar pelo avião Aerolula de alto luxo, comprado por uma fortuninha, um dinheirão de fazer falta. E que, ademais, não serve de exemplo para a Nação cheia de problemas.

Sem grandeza e, à la Goebels, ele exagerou no marketing. Era só o que importava, até pela inexistência de qualquer programa efetivo de Governo. Desapareceram as obras, mas a propaganda se agigantou.

Em nome dessa propaganda de elevado preço, ele riscou o dístico brasileiro da Ordem e Progresso, jogou a própria bandeira no lixo e fez imperar em tudo, até nos impressos oficiais, a nazista frase Um país de todos. E aí ficamos sabendo que este não é o País, é um País. Pelo gosto petista, um país qualquer.

As loas do desacreditado Presidente seguem em marcha batida, como se tudo estivesse róseo. E fazem lembrar o tempo em que nos teatros português e espanhol dos sécs. XVI e XVII, havia uma introdução ou prólogo para a encenação de dramas e comédias. O objetivo era captar a simpatia e maior participação dos espectadores.

Hoje, esse prólogo são os discursos laudatórios, de auto elogio, em que ele faz a apologia de si mesmo e de seu malogrado Governo, para justificar, defender ou louvar o que pensa que faz, como Presidente, mas que, na verdade, não faz.

Na verdade, para falar sem meias palavras e lembrando Lima Barreto, estamos chegando ao triste fim desse policarpo quaresma petista.

Nos dois ou três últimos dias da semana passada, o Governo Lula mostrou que a maior riqueza e o proclamado talento do petismo continuam sendo as trapalhadas que começam do lado de lá da rua e terminam no bolso do povo brasileiro.

O quase desvanecido PT é uma grande orquestra, afinadíssima em trapalhadas, embustes e desconexão. E o maestro de tudo isso, infelizmente, é o Presidente que temos e que está fadado a entrar para a História como o Governo do Quatriénio Perdido.

O povo, desconsolado e aturdido, presenciou mais um blefe, o da falsa promessa de fazer a alíquota máxima do Imposto de Renda retornar aos 25 por cento. Um aviso elecioeiro e apressado, logo desnudado para se transformar na trapalhada da semana.

Não durou nem meio dia e logo correram os petistas, tentando reparar a trapalhada. Na frente de tudo, o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

Quê boa trapalhada essa, em que se embrenhou o Ministro Paulo Bernardo!.. Não honrou o Estado de que procede e que deu ao Brasil eminentes figuras, como o saudoso Senador Aciolly Filho e o físico César Lates.

Sr. Presidente, só não digo que não dá para entender o que se passa porque o normal de tudo quanto diga respeito a PT é mesmo não se entender nada.

O Governo que aí está, cambaleante, inerte e quase fictício, vai entrando para o anedotário brasileiro, comprovando que sua autoridade realmente foi para o espaço.

Ainda ontem, convenci-me de que a melhor palavra para definir o Governo petista do Presidente Lula em tudo reflete a desilusão popular.

É uma palavra inventada pelo povo e, embora não acolhida nem pelo Aurélio nem pelo Houaiss, existe. Ao menos na etimologia popular: Firinfinfim.

O povo sabe das coisas.

A palavra é firinfinfim deve ter sido inventada com algum efeito onomatopéico, do mesmo jeito que forró, que teria criada na Cidade do Natal do Senador Agripino e baseada no inglês *for all*. Do mesmo jeito que as palavras *reco-reco* e *tique-taque*.

Firinfinfim existe, pois, e é usada para baticuns e corneteação. Muito barulho para nenhum resultado, a não ser em proveito próprio. Como no meio petista.

Corneteiar é o que o Presidente vai fazer, a pretexto de vender etanol, na viagem do dia, hoje à Guatemala.

A fama do Presidente já ultrapassou as fronteiras do Brasil, segundo leio no **Estadão**:

A viagem de Lula não desperta o interesse da imprensa guatemalteca. Os principais diários da capital acompanham com mais atenção os preparativos da visita do presidente de Taiwan, Chen Shui-Bian, que deverá estar no país nos dias 22 e 23 deste mês. Os países da América Central querem fechar acordos comerciais com os asiáticos. A integração da América Latina é de interesse secundário no Caribe.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

Segunda-feira, 12 de Setembro de 2005

Lula quer vender etanol para América Central Viagens deixam longe os problemas domésticos Na viagem de dois dias a Guatemala, presidente lança programa para incentivar investimentos brasileiros na região e participa de um fórum de combate à pobreza

Leonencio Nossa

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca na tarde de hoje na Guatemala para encontros com empresários e chefes de Estado de oito países

da América Central e Caribe. Na visita de dois dias, ele apresenta o Programa de Incentivo a Investimentos Brasileiros na região (Pibac), participa de um fórum de combate à pobreza promovido pelas Nações Unidas e propõe um acordo de produção de etanol.

A viagem de Lula não desperta o interesse da imprensa guatemalteca. Os principais diários da capital acompanham com mais atenção os preparativos da visita do presidente de Taiwan, Chen Shui-Bian, que deverá estar no país nos dias 22 e 23 deste mês. Os países da América Central querem fechar acordos comerciais com os asiáticos. A integração da América Latina é de interesse secundário no Caribe.

O "Gigante Sul-Americano", como o Brasil é lembrado, só desperta mesmo a atenção no futebol. Os jornais de ontem na Guatemala estampam fotos da derrota do Real Madrid no campeonato espanhol. Os brasileiros Ronaldo e Robinho participaram de um "baile", segundo os diários. Já Lula recebe uma pequena citação em matéria sobre a visita de Shui-Bian no Prensa Libre, por exemplo.

Com uma população de 12 milhões de habitantes, a Guatemala não apresenta índices sociais e econômicos diferentes da maioria dos países latino-americanos. De dez guatemaltecos, quatro estão abaixo da linha de pobreza, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, divulgado no início deste ano.

Cerca de 40% das pessoas sobrevivem com US\$ 2 por dia, em média. A maioria dos pobres é descendente de índios. A miséria atinge quase 80% da população indígena.

Neste fim de semana, militantes de movimentos sociais levaram para o centro da capital, onde ocorre o encontro sobre pobreza, cartazes e faixas de protesto contra o presidente da Guatemala, Oscar Berger, anfitrião de Lula.

ALCA

O diretor do Departamento de Comércio do Itamaraty, Mário Vilalva, disse em entrevista, na última quinta-feira, que o objetivo do Pibac – o programa de incentivo a investimentos de empresas brasileiras na América Central e no Caribe – é compensar as inexpressivas cifras de importação de produtos desta região.

No ano passado, o Brasil exportou cerca de US\$ 1,45 bilhão e importou apenas US\$ 100 milhões. De janeiro a junho deste ano, a exportação brasileira para a área cresceu 36% em relação ao mesmo período do ano passado.

O governo brasileiro avalia, ainda, que a construção de fábricas brasileiras em países como Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras,

Nicarágua, Panamá e República Dominicana pode abrir uma ponte para o mercado norte-americano. As negociações para a formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas) sofreram um refluxo nos últimos anos. "Temos de buscar alternativas já que essa negociação está difícil", afirmou Vilalva.

O governo cita a fabricante de cerveja Ambev, que investe na Guatemala, como exemplo de empresa que já exporta da América Central para os Estados Unidos.

LUVA: Prevista há meses, a viagem dele à Guatemala e aos EUA caiu como luva, na avaliação de assessores do Palácio do Planalto. Ao se reunir com o presidente guatemalteco, Óscar Berger, e visitar a sede das Nações Unidas, Lula não precisará de malabarismos para demonstrar neutralidade quando o presidente da Câmara e aliado, Severino Cavalcanti (PP-PE), tenta se manter no cargo. Também terá mais facilidade de se esquivar da denúncia de uso do fundo partidário do PT em passagens aéreas de parentes entre 2002 e 2003.

Por coincidência, Lula estava no Caribe em fevereiro, na Guiana, quando o candidato do governo Luiz Greenhalgh (PT-SP) foi derrotado por Severino. Recebeu críticas internas no PT e na base aliada por estar fora.

8-9-2005 – 14h51

Governo corrige texto e mantém alíquota máxima de IR em 27,5%.

PUBLICIDADE

Ana Paula Ribeiro
da **Folha Online**, em Brasília

Um erro de redação levou a idéia de que a alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física seria reduzida de 27,5% para 25%, segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Planejamento.

Na mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional no dia 31 --dia em que o Orçamento de 2006 foi entregue--, o texto cita de forma bem clara que a alíquota voltará para 25% --a porcentagem era essa até 1997.

"Acrescente-se a essa medidas [de desoneração fiscal], a decisão do governo de não prorrogar a vigência da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda incidente sobre a maior faixa de rendimentos, que voltará a ser de 25%."

Ainda hoje, os Ministérios do Planejamento e da Fazenda e a Secretaria da Receita Federal do Brasil deverão divulgar uma nota conjunta assumindo o erro.

A alíquota de 27,5% é a maior da tabela e incide sobre quem tem rendimentos superiores a R\$ 2.619 -- já descontado a contribuição previdenciária. A lei que definiu a vigência desta alíquota vence no dia 31 de dezembro. Caso volte para os 25%, a perda para os cofres públicos será de R\$ 2,8 bilhões.

Na semana passada, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que haverá uma nova correção da tabela do IR a partir de janeiro de 2006. Neste ano, a tabela sofreu um reajuste de 10%.

**Kátia Brasil
da Agência Folha, em Puerto Maldonado**

Uma claqué de cerca de 600 pessoas, formada em sua maioria por militantes do PT, viajou 11 horas e 500 km de ônibus de Rio Branco, no Acre, até Puerto Maldonado, no sul do Peru, para aplaudir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no lançamento das obras de pavimentação da rodovia Interoceânica, que permitirá a ligação do Norte do Brasil ao oceano Pacífico.

Alguns manifestantes disseram ter sido mobilizados por prefeituras petistas no Acre, como as de Brasiléia e Xapuri, que deram ponto facultativo aos funcionários públicos que fizeram a viagem.

Os organizadores da viagem cujo pior trecho é a estrada de terra cheia de atoleiros, no Peru divergiram em relação a seu financiamento e custo. O governador do Acre, Jorge Viana (PT), que foi ao Peru no carro oficial, afirmou que sua administração não pagou a alimentação nem os 14 veículos, incluindo seis ônibus, contratados para a viagem. "Quem pagou os ônibus foram várias pessoas do Acre, empresários, entidades, associações que se juntaram e pagaram", disse.

Petistas ouvidos pela **Folha** disseram que foram convidados pelo governo do Acre a fazer a viagem, com todas as despesas pagas. A maioria saiu de Rio Branco por volta das 23h de ontem e chegou em Puerto Maldonado às 9h (11h em Brasília).

Eles só viram o presidente Lula duas horas mais tarde, depois que ele e os presidentes do Peru, Alejandro Toledo, e o presidente da Bolívia, Eduardo Rodríguez, se deslocaram em carro aberto pelas ruas da cidade, sob os aplausos de transeuntes e estudantes da rede pública de ensino, para chegar no km 13 da rodovia Interoceânica.

O lugar era um descampado no meio da floresta, cercado por palmeiras amazônicas, no qual o governo peruano montou um palanque central para os presidentes falarem.

A claqué brasileira ficou aproximadamente 400 metros distante do palanque, cercada com fita de isolamento e por policiais e militares do Exército peruano. Entre as 5.000 pessoas presentes (segundo a Polícia

Nacional do Peru), os brasileiros gritavam o nome de Lula e palavras de ordem como "o Lula é meu amigo, mexeu com ele, mexeu comigo".

Havia apenas uma bandeira do PT com os manifestantes. Outra bandeira vista entre a claqué era de militantes do PC do B. "Trouxemos apenas 60 pessoas, com despesas pagas pelo partido", disse a deputada federal do PC do B Perpetua Almeida (AC).

Ana Carvalho de Oliveira, militante do PT em Brasiléia, afirmou que veio em um dos ônibus a convite de Viana. "Foi o governador [Jorge Viana] que nos convidou e apoiou a viagem. É um momento muito importante para nós para prestigiarmos o presidente Lula. Quem pagou [a viagem] foi o governo", disse.

O petista Francisco Lima disse que viajou no ônibus com mais 42 pessoas. "No ônibus havia vários funcionários públicos. Teve ponto facultativo por causa do Sete de Setembro e nós fomos convidados para participar do início das obras pelo governo do Estado do Acre. Ele [Jorge Viana] falou da importância da integração dos países. Nós não pagamos nada, tomamos até café da manhã", afirmou.

Um dos coordenadores da viagem, o petista Carlos Alberto de Araújo, disse que a administração de Viana pagou as 400 camisetas e cem bandeiras nas cores vermelha, amarela e verde, mas não a viagem. As bandeiras não tinham referência ao PT e ostentavam a mensagem: "Lula: integração Brasil-Peru. O Acre agradece".

A **Folha** apurou que o custo de uma viagem como a dos petistas não sairia por menos de R\$ 80 por uma pessoa, sem incluir o gasto com alimentação. Araújo disse que a viagem foi organizada pela Associação Commercial de Rio Branco, mas o presidente da instituição, Rubem Guerra, também negou. "Nós trouxemos apenas um ônibus com empresários", disse Guerra.

**José Eduardo Rondon
da Agência Folha**

Um grupo de homens encapuzados destruiu na madrugada de ontem parte das instalações do prédio onde estão localizados o jornal **Diário de Marília** e duas rádios da cidade, 444 km a noroeste de São Paulo. Os veículos de comunicação integram a Central Marília Notícias. Um vigia da empresa chegou a ser agredido e mantido refém pelos criminosos.

Conforme o editor assistente do "Diário de Marília", Rogério Martinez, por volta das 2h30 uma mulher chegou à portaria do prédio pedindo ao vigia informações sobre a programação de uma das rádios da empresa.

Ao atender a mulher, o segurança Sérgio Araújo, único funcionário que estava no local na hora do

crime, foi rendido por três homens armados e encauzados.

Após ser dominado, Araújo foi amarrado e agredido com coronhadas de revólver por um dos integrantes do trio.

Enquanto o vigia permanecia refém, o grupo ateou fogo no estúdio das rádios Diário FM e Dirceu AM e em salas do setor administrativo da empresa. Parte do jornal também foi atingida pelas chamas.

“O segurança conseguiu, mesmo amarrado, fugir do prédio e chamar a polícia”, disse Martinez, que informou ainda que quatro galões com gasolina foram encontrados no interior do prédio. Um dos galões estava localizado ao lado da máquina rotativa do jornal, que não chegou a ser incendiada. O fogo foi controlado por volta das 4h.

CÂMERA

No prédio onde estão localizados o jornal e as rádios, de dois andares, há uma câmera de vídeo na portaria que pode ajudar a polícia a identificar os autores do suposto atentado. A fita com o conteúdo das filmagens foi requisitada pela polícia ontem.

Com uma tiragem diária em torno de 11 mil exemplares, o **Diário de Marília**, que pertence ao empresário Carlos Francisco Cardoso, tem 76 anos de existência e nunca havia sofrido um ataque semelhante em sua história.

Até o final da tarde de ontem, funcionários da empresa faziam um levantamento dos equipamentos que foram destruídos no incêndio criminoso. Martinez afirmou que “seria leviano apontar um nome ou nomes” de pessoas que possam ter mandado realizar o ato criminoso, mas disse que a ação foi em razão da “linha editorial crítica” do jornal.

O delegado-assistente da Delegacia Seccional de Marília, Fábio Pinha Alonso, afirmou que a polícia não havia identificado suspeitos do aparente atentado. “A única testemunha é o vigia e estamos trabalhando para levantar todos as informações sobre o caso”, afirmou Alonso.

ANJ

O presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), Nelson Sirotsky, condenou ontem, por meio de nota, o ataque à Central Marília Notícias.

“Revulta e preocupa que empresas de comunicação sejam atingidas pela violência e intolerância. Esse tipo de atentado se reveste de conotações terroristas que nos remetem aos piores momentos da nossa história, que todos acreditávamos superados”, informou a nota.

Sirotsky pede no documento que “sejam logo identificados os culpados, para posterior e exemplar punição”. “A liberdade de informar e ser informado é um bem maior da sociedade brasileira e não será cerceada por iniciativas criminosas e obscurantistas”, afirmou o presidente da ANJ.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 988, DE 2005

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja registrado nos Anais do Senado Federal um voto de lembrança ao ex-Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, na passagem desta data em que se completam 103 anos de seu nascimento, ao tempo em que solicito sejam comunicados seus familiares.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.

The image shows several handwritten signatures in cursive ink. At the top left is a signature that appears to be 'Serys Slhessarenko'. Below it is a signature that looks like 'Tiaz Vaz'. To the right of that is another signature that might be 'Jair Bolsonaro'. Further down and to the right is a signature that looks like 'Renan Calheiros'. At the bottom right is a signature that appears to be 'Sergio Mazzoni'.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Em votação o requerimento.

As Srs e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 989, DE 2005

Requer voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização do Passeio Ciclístico destinado a esclarecer a população acerca do referendo de outubro deste ano.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso ao Comitê Pró-Desarmamento do Guará, DF, pela realização, ontem, dia 11 de setembro de 2005, de passeio ciclístico a esclarecer a população daquela cidade-satélite acerca do referendo sobre o comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

Requeiro, também, que, deste voto de aplauso, seja cientificado o Comitê Pró-Desarmamento e, por intermédio de seu coordenador, Alírio Neto, a todos os que participaram do passeio ciclístico.

Justificação

A idéia de levar à população esclarecimentos acerca do significado do referendo sobre o desarmamento, foi muito bem lembrada na cidade satélite do Guará, no Distrito Federal. Com esse objetivo, ali se realizou um passeio ciclístico, que prestou relevante apoio à idéia da proibição do comércio de armas de fogo no Brasil.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 990, DE 2005

Requer voto de aplauso à jovem tenista brasiliense Thalita Rodrigues, que venceu dificuldades físicas e se tornou campeã de tênis.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso a uma esforçada atleta de apenas 11 anos, a brasiliense Thalita Rodrigues, que tem, na sua vida e no esporte, uma história de superação de deficiência física e de talento, tornando-se a 20ª colocada no **ranking** nacional de tênis, na categoria de 12 anos, e a terceira na Federação Brasiliense de Tênis.

Requeiro, também, que, deste voto de aplauso, seja científica a homenageada e a Federação Brasiliense de Tênis.

Justificação

Este requerimento pede um voto de aplauso a uma atleta juvenil de Brasília, muito mais do que pela sua posição de 20ª no **ranking** nacional de tênis e em terceiro na Federação Brasiliense de Tênis, pela sua história, profundamente humana, de superação e de talento. E a história da pequena Thalita Rodrigues, que nasceu sem o antebraço e a mão esquerda e desenvolveu método pessoal para jogar tênis, adaptando essa modalidade de esporte a suas dificuldades físicas. Sem ter a mão esquerda, ela e seu pai, que é

treinador de tênis, fizeram pequenas mas fundamentais adaptações para a prática do esporte. Hoje, com o braço direito, Thalita dá os golpes de esquerda com tal força que chega a impressionar o pai. Aos nove anos, ela disputou a primeira competição, sagrando-se campeã do **Banana Bowl**. Numa temporada que se seguiu a essa disputa, venceu o Torneio Interfederadas, foi vice-campeã brasileira e Campeã da Copa Fino, criada pelo medalhista olímpico Fernando Meligeni, de simples e duplas. Em 2005, ela já viajou muito, conquistando vitórias em Recife, no Master da Rota do Sul, como terceira colocada, semifinalista em Maceió e vice-campeã em Aracaju. Até o final do ano, deverá participar de provas em Goiânia, em Londrina e em São Paulo. Thalita é estudante da 4ª série do Ensino Fundamental e continua treinando na Associação dos Servidores do Banco Central, em Brasília. A emocionante história dessa jovem de Brasília, além de exemplo para outras pessoas, demonstra que, acima de tudo, vale muito mais a força de vontade humana. Thalita é duplamente vitoriosa; primeiro, venceu sua dificuldade física, para, tornar-se, como sempre sonhava, uma autêntica tenista, já detentora de vários títulos e que muito promete.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Tião Viana, por 15 minutos, sendo dez minutos mais cinco de prorrogação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Srª Presidente, é mesmo o Senador Tião Viana?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT.) – Desculpe-me, Senador Tião Viana, eu já havia anunciado o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, era minha intenção fazer este discurso no dia 16 de setembro, quando da homenagem ao grande Lupicínio Rodrigues, lembrando os 91 anos de seu falecimento, mas como, no dia 16, Senadora, estarei na Bahia, participando de uma audiência pública sobre a questão racial, a convite do Senador Rodolfo Tourinho, faço hoje a homenagem ao grande Lupicínio Rodrigues, lembrando o seu nascimento que foi em 16 de setembro de 1914.

Como estarei na Bahia, debatendo o Estatuto da Igualdade Social, junto com o Relator, Senador

Rodolpho Tourinho, tenho certeza de que Lupicínio Rodrigues, que também tinha origem negra, apoiaria, se estivesse vivo, esse evento.

Aqui lembro, Sr^a Presidente, que Lupicínio Rodrigues é uma jóia inesquecível e inigualável do nosso samba. Nascido no Rio Grande do Sul, quarto filho de uma família de 21 irmãos, ele dizia sempre, em suas canções, que era fruto da felicidade, do amor de seus pais.

Lamentavelmente, Lupicínio morreu jovem, aos 60 anos. Digo jovem porque, no meu entendimento, a vida começa aos 50 anos.

Lupicínio já dava ares de boêmio aos 14 anos, quando compôs sua primeira música, "Carnaval", e seu pai, preocupado com isso, resolveu retirá-lo da boemia e inscrevê-lo no Exército.

Não adiantou. Ele insistiu com o samba, e veio o grande sucesso com "Se Acaso Você Chegasse". E lembra, quando chega no *chateau* e encontra a mulher que amou nos braços de um outro. Faço um resumo porque não vou cantar toda a musica – a Senadora Ideli Salvatti é que faria isso muito bem –, eu apenas estou resumindo a história dele. Mas trago para este momento.

Quando cito essa história do abandono, do sentimento, da troca da amizade, trago um pouco para este momento. É um momento meio de frustração, de abandono, um pouco de chateação, como o momento político que estamos passando.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em seguida, Senador Arthur Virgílio.

Volto a Lupicínio Rodrigues, e deixo a análise política do momento para um outro dia. E gostaria de citar mais alguns fatos antes de conceder os apartes.

Quando perguntado, em entrevista ao **Pasquim**, sobre o fato de ser o maior compositor popular brasileiro e sempre ter vivido no Rio Grande do Sul, ele responde: "Graças a meu bom Deus, sempre vivi no Rio Grande do Sul. Foram os marinheiros que visitavam a minha terra, à época, que aprendiam as minhas músicas e a divulgavam pelo País, pelo nosso Brasil."

O criador da dor-de-cotovelo, como era conhecido nosso grande Lupicínio, disse não saber por que o chamavam dessa forma. Sabia apenas que existia, conforme ele, dois tipos de dor-de-cotovelo: a estadual, que é a da noite em que se encontra um grande amor e depois fica a saudade; e a federal, dizia ele, é aquela que não se esquece nunca. É aquela que se guarda para o resto da vida.

Senador Arthur Virgílio, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, como poucos, consegue sair do formalismo frio da atividade parlamentar, para entrar nos detalhes da vida de seu povo. Eu tenho, desde a Câmara, acompanhado a sua preocupação com o negro. Alguém poderia dizer: "Ah, o Senador Paulo Paim se sente negro." Mas V. Ex^a se preocupa com a mulher; preocupa-se com as minorias. Em outras palavras, faz uma atuação que é bastante moderna e próxima do pulsar das ruas. A respeito de Lupicínio, gostaria apenas de lembrar também uma música que foi repopularizada pelo Deputado Roberto Jefferson, nosso colega congressista da outra Casa, que é "Nervos de Aço".

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu a cito aqui.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Cita?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Vou citá-la.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, nobre Senadora Ideli Salvatti.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, não vou cantar. Já tive a oportunidade de cantar inclusive um trecho do querido "Lipi", quando fiz uma homenagem ao Dia Nacional do Samba. Fiz referência aos sotaques regionais dessa grande manifestação cultural do povo brasileiro, que é o samba, e que veio e se firmou como uma das principais contribuições da cultura africana em nosso País. E relembro que, quando cantei o trecho do Lupicínio, eu disse que, por incrível que pudesse parecer, vinha exatamente do sotaque regional gaúcho um dos trechos de samba menos machista que eu conheço, como quando ele coloca: "Se acaso você chegasse, no meu *chateau* encontrasse..." Ou seja, vir exatamente de um compositor gaúcho a manifestação de deixar de lado, porque o sentimento é algo que aflora, é algo que vem, não pede licença quando chega. Parabéns por trazer à tribuna do Senado Federal – talvez os tempos de crise me tenham deixado menos suscetível a fazer isso –, a cultura brasileira, as manifestações artísticas de nosso povo, trazer nossos cantores, nossos compositores, todos os que representam a alma do povo brasileiro, que é sempre tão importante quanto trazer qualquer outro assunto. Gostaria de parabenizá-lo por estar homenageando a grande figura do cantor popular brasileiro: nosso querido Lipi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. Presenciei V. Ex^a cantando as músicas de Lupicínio e me senti contemplado com a forma como V. Ex^a descreveu, aqui, a caminhada do

grande Lupicínio, mas cantando. Estou apenas lendo aqui um pouco da história dele. Mas eu mesmo trago para o viés político esse debate.

Quando ele fala em estadual, falando do amor estadual, eu trago para o Rio Grande, e digo que estou muito sensibilizado pela forma carinhosa com que meu Estado tem nos tratado neste momento de crise política por que passa o País. Quando ele fala em federal, também nos preocupa muito a situação nacional. Está doendo muito, com certeza, em todo o povo brasileiro, a crise política por que passa o País.

Lembro aqui, Senador Arthur Virgílio, a música "Nervos de Aço". Aliás, é preciso, efetivamente, no meio dessa crise, ter nervos de aço. Ela foi inspirada na mulata Iná, sua primeira namorada, que o deixou por pressão familiar, porque ele era boêmio. Ele quase morreu de dor de cotovelo quando a viu de braços dados com o marido. Eu diria que é um pouco esse o nosso sentimento ao ver hoje bandeiras históricas por nós sempre embaladas nos braços de outros.

Podemos citar músicas como "Vingança", que conta a história, até hoje mal contada, de um bilhete que ele recebeu e que sua amada, uma moça chamada Carioca, teria escrito para outro. Depois, ela tentou em vão reconquistar Lupicínio. Mas a traição não ficou provada, e, por isso – trago de novo o viés político –, tenho preocupação com prejuízos, hoje e sempre.

Outro sucesso de Lapi foi "Maria Rosa":

Vocês estão vendo aquela mulher de cabelos brancos,

Vestindo farrapos, calçando tamancos, pedindo nas portas pedaços de pão?

A conheci quando moça, era um anjo de formosa, Seu nome é Maria Rosa.

Essa é uma composição feita por Lupicínio que fala da pobreza da nossa gente, mas também de um dos grandes amores da sua vida.

Eu, que falo tanto dos excluídos, não poderia deixar de lembrar de Maria Rosa, simbolizando a situação do nosso povo tão sofrido.

E ainda há aquela outra música, Senador Tião Viana, "Esses Moços", uma belíssima composição:

Esse moços, pobres moços,

Ah se soubessem o que eu sei.

Não amavam, não passavam aquilo que eu já passei

Por meus olhos, por meu sangue, tudo enfim,

É que eu peço a esses moços que acreditem em mim.

Se eles julgam que há um lindo futuro, só o amor nesta vida conduz.

Eu a achei tão bonita e, por isso, eu a li. Aqui Lapi falava aos moços, e tomo a liberdade de falar aos estudantes, aos jovens: peço que acreditem que é possível ser otimista, apesar do pessimismo que existe hoje.

As músicas de Lupicínio estão imortalizadas por intérpretes de diferentes gerações: Jamelão, que foi grande intérprete das músicas de Lupicínio e que levou ao Rio de Janeiro o samba gaúcho; Elza Soares; Caetano Veloso; Paulinho da Viola; Maria Bethânia; Adriana Calcanhotto; Arnaldo Antunes. Por aí segue a lista de grandes estrelas que emprestaram suas vozes às composições da estrela maior.

Um amante da boemia, um amante do amor, um gênio da música, uma estrela ímpar, esse foi Lupicínio Rodrigues. Será sempre ele o mestre das composições!

Entendo que Lupicínio Rodrigues conseguiu com a frase com que vou terminar o meu pronunciamento falar da igualdade, da liberdade e da justiça, no sentido de desmontar as desigualdades de classe. Enfim, ele diz que todos nós somos seres humanos e devemos ter o amor em primeiro lugar:

Em todo lugar que eu chego eu sou o mesmo Lupicínio.

Todo mundo fala comigo, todo mundo bebe, canta comigo, todo mundo convive comigo.

Gente de toda a classe, de todas as categorias.

Para mim, o mundo tem o mesmo tamanho e todos os homens têm o mesmo valor.

Lupicínio, fiz essa homenagem pelo seu aniversário, pois para mim você é eterno. Se possível, quero ainda cantar "Parabéns a você" daqui a nove anos, quando você completaria 100 anos.

Lupicínio Rodrigues é Brasil, ontem, hoje e sempre, orgulho nacional!

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Tião Viana, por sete minutos.

Em seguida, concederei a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, trago ao conhecimento do Plenário do Senado uma informação que julgo de grande importância: a expansão do ensino universitário brasileiro no Governo do Presidente Lula.

Todos somos testemunhas da agonia em que vive a universidade brasileira nesses últimos quinze anos. Desde os anos 90, a universidade passa por um sofrimento marcante, envolvendo todas as correntes de pensamento no acompanhamento do ensino superior

público no Brasil. O Governo do Presidente Lula tomou a decisão de recuperar a capacidade de expansão da universidade pública brasileira, associando tais medidas a ações cobertas de êxito, como, por exemplo, o ProUni, pelo qual mais de quatrocentas mil vagas estão sendo incorporadas ao ensino superior para jovens que não teriam condições de custear seus estudos em uma universidade particular.

Ao mesmo tempo, o foco de gestão está voltado também para a universidade pública, seja na atividade de recuperação de custeio, seja na atividade de investimento para a própria universidade pública. Em dois anos e meio de Governo, estão confirmadas nove universidades federais para o Brasil, sendo seis completamente novas e três consorciadas em atividades já preexistentes, como transformação de um modelo de ensino agregado em uma universidade própria.

Ressaltamos a Universidade do ABC, totalmente nova, e a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, um modelo de transformação e adaptação, que teve, em 1954, o primeiro curso de Medicina voltado para o interior do Brasil, criado por Juscelino Kubitschek, numa demonstração de visão de governo a longo prazo.

Agora, nove universidades se consolidam como universidades federais. Isso representa muito para um País que, desde o início dos anos 90, não conseguia firmar universidades, por causa das dificuldades de suporte orçamentário, das dificuldades de custeio e das dificuldades de expansão dos seus cursos. Vale ressaltar que, em pouco mais de dois anos e meio, o nosso Governo conseguiu a recuperação de custeio da ordem de 80%. Isso é muito, numa fase de dificuldade orçamentária, de ajuste da política macroeconômica, de estabilidade da moeda, de controle inflacionário.

Vale ressaltar também a sensibilidade que tiveram os Ministros da Educação deste Governo em consolidar 36 novos **campi** universitários, entre os quais está a Universidade da Floresta, um marco inovador no conceito de universidade para a Amazônia, situada no extremo oeste do Brasil, em plena Amazônia ocidental, no Município de Cruzeiro do Sul, no meu Estado do Acre, que congrega Municípios dos Estados do Acre e do Amazonas, como Guájará, Humaitá e outros. Já no próximo ano, com a conclusão da primeira etapa, haverá a incorporação de 1,6 mil novos jovens universitários e vagas para 30 professores.

A Universidade do ABC paulista será consolidada como universidade federal, em uma área densamente povoada. Quando for instalada, 20 mil estudantes começarão a ocupar os seus espaços, 2,5 mil professores farão cursos de pós-graduação em nível de mestrado e mil farão curso de pós-graduação em nível de douto-

rado. Haverá também a consolidação de 600 vagas de docentes para a Universidade Federal do ABC.

Esses são motivos que nos trazem alegria efetiva e o reconhecimento ao esforço do Ministério da Educação.

Quando esse debate é feito de maneira mais crítica, pode-se dizer: "Mas há um esquecimento, há um distanciamento lamentável do ensino básico brasileiro". Para isso, temos resposta também: o Ministro da Educação reafirma, com toda a clareza, o envio do Projeto do Fundeb, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que está na Câmara dos Deputados, numa demonstração de que estamos fazendo um esforço gigantesco para recuperar a universidade federal, o ensino superior, o terceiro grau, e, ao mesmo tempo, estamos voltados, sim, para os desafios de recuperação da educação no que diz respeito ao ensino básico. Isso não é fácil.

Vale ressaltar a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, com o componente socioambiental efetivo, por meio do qual sete Municípios serão contemplados com um **campus** dividido, que será ocupado progressivamente, para atender à perspectiva daquela região do Nordeste brasileiro, no Estado da Bahia. É um braço efetivo da Universidade Federal da Bahia, vinculada à Universidade de Ciências Agrárias.

Com isso, o Governo está dando uma resposta à sociedade, ao salientar a responsabilidade e a importância da universidade federal neste País, como farol da sociedade na formação de jovens que se tornem dirigentes no futuro. Estamos falando de milhares de vagas para jovens universitários.

É evidente que as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães, pronunciadas na semana passada, têm de ser lembradas, sim, e de forma aberta. Um projeto de reforma universitária não pode ser feito entre quatro paredes, no gabinete de alguém. Ele tem de chegar ao Congresso Nacional, passar pelas instâncias do grande debate, ir às audiências públicas e enfrentar todo o processo de aperfeiçoamento crítico que a Oposição tem o direito de fazer, pelo seu enfoque natural, de acordo com a sua concepção de ensino universitário.

Que estejamos desprendidos para esse debate e para o aperfeiçoamento. O que importa é que, em relação à reforma do ensino fundamental, o Fundeb já chegou à Câmara dos Deputados; e o projeto de lei referente à reforma universitária já saiu do MEC, está na Casa Civil e chegará ao Congresso Nacional.

Falo, com muita alegria, que estamos trabalhando com muita responsabilidade no que diz respeito ao ensino superior.

Eu não poderia deixar de comentar, com muita satisfação, o que significa a implantação desse **campus** no extremo oeste do Brasil, lá na Amazônia Ocidental. São trinta vagas para professores e mil e seiscentas para jovens que não tinham perspectivas de consolidar o seu futuro, e agora terão, com a implantação da chamada Universidade da Floresta.

Quero, também, fazer uma justa homenagem ao Deputado Federal Henrique Afonso, do Partido dos Trabalhadores do Acre. S. Ex^a foi um verdadeiro missionário, empunhando a bandeira da sua juventude, da população do Vale do Juruá, no meu Estado, tentando fazer com que a ampliação dos horizontes

dos jovens universitários fosse concretizada naquela região do Estado.

Com este registro, faço um reconhecimento público ao Ministério da Educação, ao Ministro Haddad e aos Ministros que o antecederam, Tarso Genro e Cristovam Buarque, pela expansão e recuperação do ensino universitário.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Presidente da República Federativa do Brasil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação
Tarso Genro

Secretário Executivo
Fernando Haddad

Secretário de Educação Superior
Nelson Maculan



O sistema educacional brasileiro deve ser um dos mais importantes instrumentos da promoção do desenvolvimento com igualdade em nosso País.

A expansão das instituições federais de educação superior (Ifes) constitui uma das principais metas do Ministério da Educação. Reconhecendo o papel estratégico das universidades – em especial as do setor público – para o desenvolvimento econômico e social, o governo federal adotou uma série de medidas com o objetivo de retomar o crescimento do ensino superior público.

Desde 2003 têm sido feitos investimentos sistemáticos, com aumento de recursos para custeio das instituições federais, recomposição do quadro de professores e implantação de quadro de carreira para servidores técnico-administrativos.

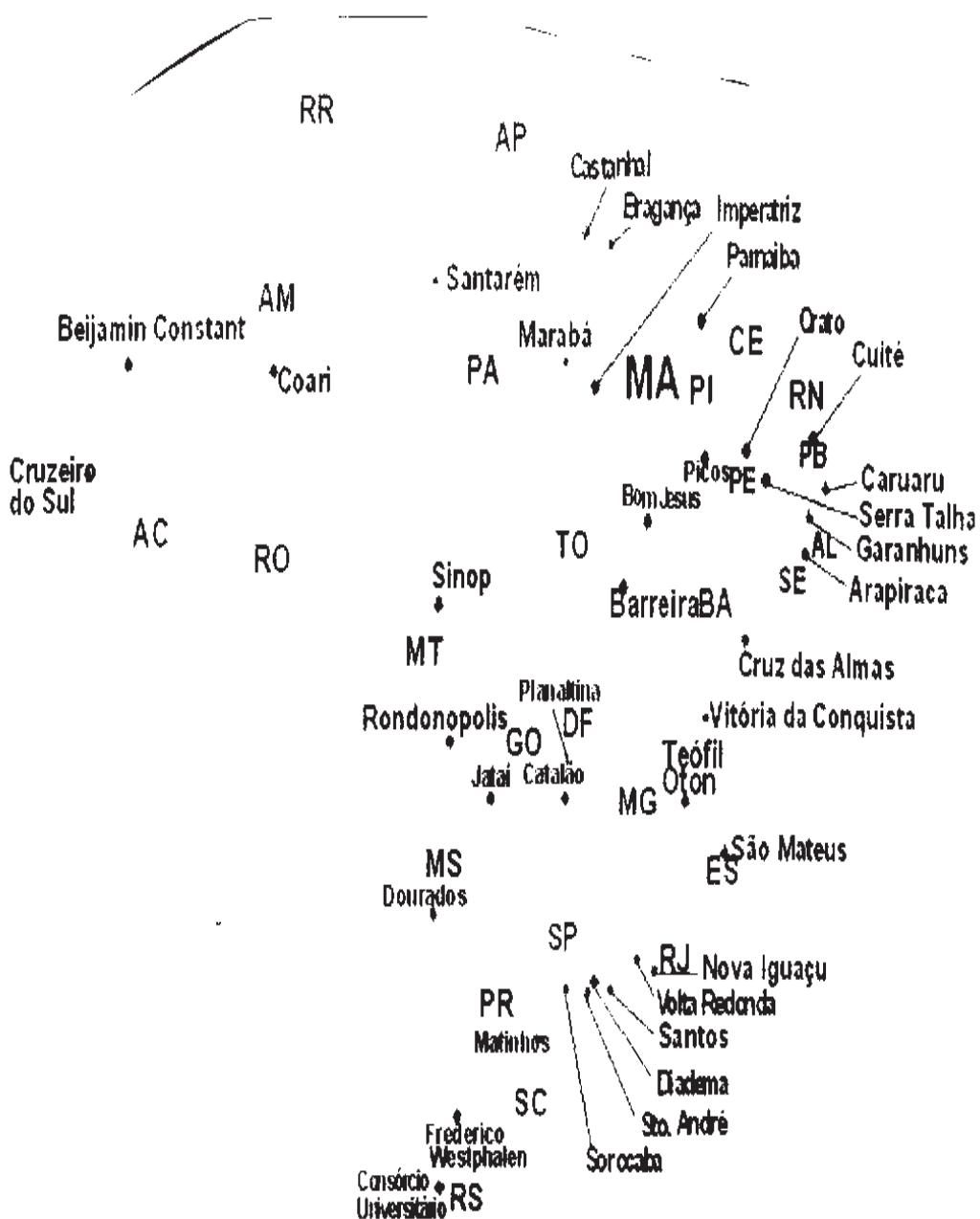
Além de melhorar as condições das Ifes existentes, estão sendo investidos recursos para criação de novas instituições, na expectativa de estender o manto de influência das universidades federais a todo o País. A interiorização tem sido uma das principais diretrizes norteadoras do mapa da expansão, ao lado das necessidades e vocações econômica da região. Novas universidades e novos campi estão sendo criados para alavancar a produção do conhecimento e a qualidade de vida nas diversas regiões.

Dentro dessa proposta de expansão da educação superior pública, estão sendo criadas nove universidades federais – algumas totalmente novas,

Excelência na Expansão

como a UFABC, outras por desmembramento de duas instituições e outras ainda por transformação de faculdades isoladas em universidades.

Além das novas universidades, o Ministério da Educação está criando ou consolidando 36 campi, possibilitando o acesso à educação superior pública a um número muito maior de brasileiros e ampliando a influência benéfica da universidade em todos os estados.



Novas Universidades

UM SALTO

Estão em diferentes fases de implantação nove universidades federais.

A Universidade Federal do ABC vem atender a antiga reivindicação de amplos setores da região. Trata-se de uma zona densamente povoada que, no entanto, possui reduzida presença de instituições públicas de ensino superior.

As universidades federais da Grande Dourados e do Recôncavo Baiano nascem de desmembramentos. A primeira tem sua origem a partir do campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, a segunda, a partir da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia.

Seis novas universidades estão sendo criadas a partir da transformação de faculdades isoladas ou integradas. Três delas já tiveram seus projetos de lei aprovados pelo Senado, após aprovação pela Câmara dos Deputados. São elas: Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Universidade Federal do Semi-Árido e Universidade Federal de Alfenas.

A criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri será votada pelo Senado e o projeto de lei que cria a Universidade Federal Tecnológica do Paraná está tramitando na Câmara dos Deputados. A criação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre está agendada para o próximo ano.

JALITATIVO

Também foram destinados recursos a duas outras universidades federais: a do Vale do São Francisco e a do Tocantins, permitindo sua implantação efetiva.

A Universidade Federal do ABC (UFABC) é uma das primeiras universidades federais do Brasil a ser inaugurada no século XXI. Dessa forma, nasce com forte potencial para a inovação e a diversificação, sem os vícios e as mazelas das máquinas burocráticas. Assim, propõe uma estrutura que conjuga flexibilidade acadêmica e curricular com altos padrões de qualidade.

Além de atividades de ensino, a nova universidade terá por objetivo desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

A universidade nasce com a missão de formar profissionais de elevada qualificação em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional: ciências naturais, matemática e computação e tecnologia – esta, englobando sete engenharias. Serão oferecidos cursos de formação de professores para o ensino médio nas áreas de física, química, biologia, matemática e ciências da computação.

Cerca de mil alunos deverão ser atendidos no primeiro ano de funcionamento. Quando a instituição estiver plenamente instalada, atenderá 20 mil estudantes de graduação, 2.500 de mestrado e 1.000 em programas de doutorado. Seu quadro docente será formado por 600 professores e contará, ainda, com mil monitores bolsistas.

**UFABC • Universidade Federal do
ABC - Preparando o Pa
para uma nova era**

O campus será instalado em Santo André, em um terreno de 70 mil metros quadrados.

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) chega para beneficiar uma área em acentuada expansão econômica, na segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul. A região da Grande Dourados caracteriza-se pelo elevado índice de produção agropecuária direcionada à exportação, o que decorre de seus solos férteis e clima propício.

A UFGD tem como uma de suas principais diretrizes a responsabilidade social, procurando contribuir para a busca de soluções de desenvolvimento sustentável, com forte ênfase no ensino e pesquisa voltados para a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Serão criados 26 novos cursos de graduação, um de especialização, três de mestrado e três doutorados, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar o hospital universitário. Os cursos de graduação e pós-graduação a serem implantados de imediato na universidade são engenharia de alimentos, odontologia, psicologia, recursos florestais e engenharia florestal, zootecnia, ciências sociais, educação física, matemática, geografia, letras, pedagogia, biologia e história.

O quadro de pessoal previsto para a universidade, quando de sua completa implantação, compõe-se de 480 docentes, 96 médicos, 281 funcionários administrativos

UFGD • Universidade Federal da Grande Dourados - Exp

são econômica

de nível superior, 534 funcionários administrativos de nível médio e 220 funcionários de nível de apoio.

A criação da UFRB atenderá à demanda de uma região que se configurou com economia e cultura próprias. A instituição está sendo criada a partir do desmembramento da Escola de Agronomia de Cruz das Almas da Universidade Federal da Bahia. A universidade oferecerá cursos de graduação na área de agronomia, zootecnia e engenharia florestal e contará também com programa de pós graduação em desenvolvimento rural sustentável.

O modelo desenhado para a nova universidade visa explorar o potencial socioambiental do Recôncavo. Sua implantação será feita de forma modular nos municípios de Cruz das Almas (sede), Amargosa, Cachoeira, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus e Valença.

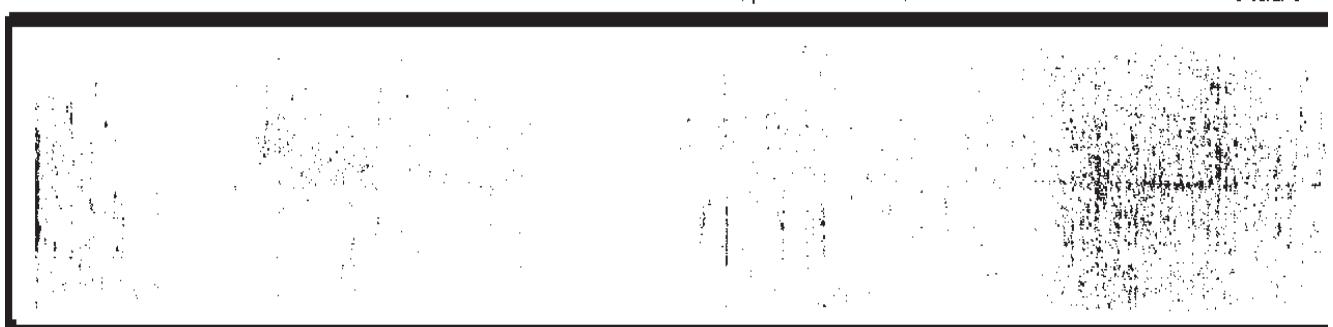
**UFRB • Universidade Federal do
Recôncavo Baiano - O
potencial sócio-ambiental**

Em 27 de abril de 1953, sob inspiração do então governador Juscelino Kubitscheck, foi fundada a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro por um grupo composto por 16 médicos, um professor e um advogado. O sonho de criar a instituição era mais forte que as divergências políticas, visto que o grupo era formado por lideranças de vários partidos.

Essa sociedade recebeu do governo do estado um título de dívida pública e o prédio da penitenciária de Uberaba para tornar-se a sede da faculdade, que inicialmente era privada. No dia 28 de abril de 1954, o governador JK ministrou a aula inaugural da instituição. Estava criado, assim, o 21º curso de medicina do País.

Pouco antes da conclusão da primeira turma, alunos e professores queriam mudar a aparência do local para as solenidades de formatura e puseram a mão na massa: reformaram, eles mesmos, como pedreiros, a fachada do prédio. A primeira turma formou-se em janeiro de 1960. Em dezembro desse mesmo ano, JK, então na Presidência da República, assinou a federalização da faculdade. Foi a realização do primeiro sonho da comunidade. O segundo se realiza agora, mais de 45 anos depois: a transformação da Faculdade de Medicina em Universidade.

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro terá cursos, prioritariamente, na área de saúde. Além dos atuais



medicina, enfermagem e biomedicina, serão implantados cursos de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, educação física e nutrição. Oferecerá ainda um curso na área de humanidades (psicologia) e um na área de letras.

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná irá se tornar Universidade Tecnológica, a primeira do País e a segunda federal do estado. Entre as vantagens da transformação, estão o aumento da autonomia, a facilidade para abrir cursos e maior acesso a órgãos de apoio à pesquisa.

Criada em 1909 como Escolas de Aprendizes Artífices, a instituição oferece atualmente cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cerca de 12.500 alunos regulares, 1.300 docentes e 560 técnicos-administrativos estão distribuídos em unidades



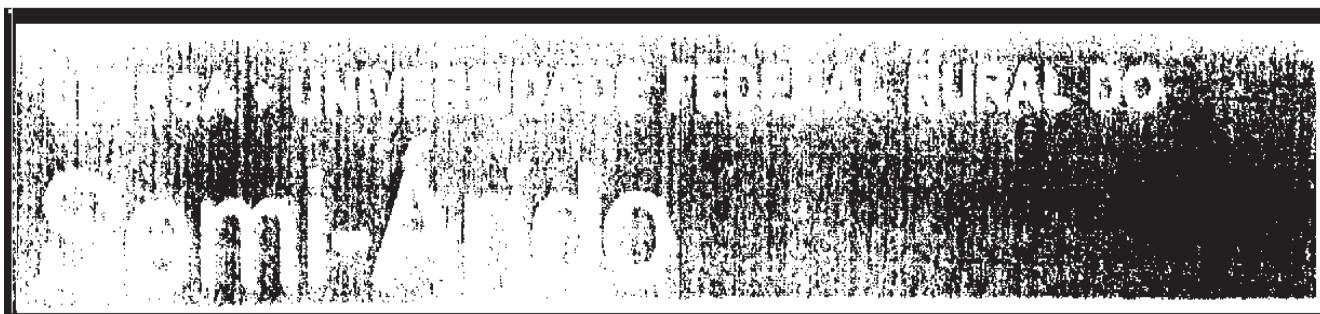
localizadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco/Dois Vizinhos e Cornélio Procópio. A universidade desenvolve atividade de ensino, pesquisa e extensão.

A Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA) será criada a partir da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, no Rio Grande do Norte, entre a capital do estado, Natal, e a capital do Ceará, Fortaleza. A Universidade funcionará em um terreno de 1500 hectares com 72 mil metros quadrados de área construída.

Primeira instituição dirigida à região do semi-árido nordestino, a Ufersa será totalmente voltada para a área de ciências agrárias. A economia local está baseada no agronegócio, com destaque para a fruticultura, inclusive de exportação. Além de alavancar toda a economia da região, a criação da Ufersa constituirá um grande vetor da inclusão social, na medida em que ampliará as oportunidades de formação para os alunos do interior.

A instituição oferecerá cursos de graduação e pós-graduação em agronegócios, engenharia agrícola, licenciatura plena em ciências agrárias e doutorado em agronomia; mestrado em ciências veterinárias com áreas de concentração em produção animal e sanidade animal; mestrado em irrigação e especialização em carcinicultura.

A Escola Superior de Agricultura de Mossoró já oferece os cursos de zootecnia, engenharia agrícola, agronomia e medicina veterinária, com concentração



em produção animal e sanidade animal. A Ufersa iniciará suas atividades no 1º semestre de 2006, com os cursos de administração em agronegócios e engenharia de pesca, além de pós-graduação nos cursos de engenharia agrícola e ciências e mestrado e doutorado em agronomia com concentração em fitotecnia.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri será criada a partir da transformação das Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid).

Os municípios dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, no norte de Minas Gerais, caracterizam-se por um baixo índice de desenvolvimento humano. Ocupando cerca de 33% do território mineiro, essa região caracteriza-se por reduzida presença de instituições públicas de ensino superior.

Atualmente, a Fafeid possui cerca de 1.400 alunos divididos entre seus dois departamentos: o de Ciências Agrárias, que oferece os cursos de agronomia, engenharia florestal e zootecnia; e o de Ciências da Saúde, com os cursos de Enfermagem, Farmácia Bioquímica, Fisioterapia, Nutrição e Odontologia. O programa de pós-graduação inclui especialização e mestrado nas áreas de análises clínicas e análises industriais.

Com a transformação da instituição em universidade, serão criados novos cursos e haverá acréscimo de 390 vagas anuais. Inicialmente serão implantados cursos de licenciatura em física, química, ciências biológicas e educação física e de bacharelado em engenharia hídrica, sistemas da informação e turismo. Todos os cursos a serem criados foram escolhidos com



base nas necessidades da região e respeitando as vocações locais.

A UFVJM deverá oferecer, ainda, cursos de pós-graduação em odontologia, meio ambiente e saúde.

A transformação da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas - Centro Universitário Federal (Efoa/Ceufe) na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) representa a concretização de um projeto elaborado por toda a comunidade acadêmica da Instituição.

A Efoa foi criada em 1914, com os cursos de Farmácia e Odontologia, tendo sido federalizada em 1960. Hoje, conta com seis cursos de graduação, onze de especialização e um de mestrado.

Com longa tradição no ensino, tem sido responsável pela formação de várias gerações de profissionais e reconhecida nacionalmente pela qualidade do ensino ministrado. A mesma qualidade se manifesta

também na pesquisa e na extensão.

O processo de transformação em Universidade Federal de Alfenas representa uma conquista grandiosa para Alfenas e para todo o estado. A expansão dos cursos de graduação e de pós-graduação ampliará a oferta de vagas para os estudantes, implicará em novas contratações de docentes e técnico-administrativos.

A Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre será transformada em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Atualmente, a instituição é uma escola médica isolada, de alto nível técnico-científico, que oferece três cursos de graduação – medicina, biomedicina e nutrição – com ingresso anual de 140 estudantes e, no momento, com 583 alunos. Oferece ainda três cursos de mestrado e um de doutorado, além de 15 cursos de especialização e 24 programas de residência médica, com cerca de 200 residentes. A instituição conta com 15 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Com a transformação da instituição em universidade, além da ampliação de sua autonomia, serão criados novos cursos de graduação, inicialmente em enfermagem, fisioterapia e fonoaudiologia.

Este projeto está em fase de elaboração no MEC e, após sua conclusão, seguirá para o Ministério do Planejamento, que analisa sua viabilidade orçamentária e, sendo aprovado, o projeto segue para a Casa Civil, que o encaminha para o Congresso Nacional.

A criação desta universidade é um dos itens da segunda fase do plano de expansão da educação superior pública. Assim, será efetivado apenas em 2006.

Embora a Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco tenha sido criada em 27 de junho de 2002, somente no atual governo teve início sua implantação efetiva.

A Univasf tem duas sedes, uma de cada lado do São Francisco: uma em Petrolina, em Pernambuco, outra em Juazeiro, na Bahia. Tem, ainda, um campus universitário na cidade de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Atualmente, a instituição oferece 11 cursos de graduação: administração, enfermagem, medicina, psicologia e zootecnia em Petrolina e engenharia agrícola e ambiental, engenharia civil, engenharia elétrica, engenharia mecânica e engenharia de produção em Juazeiro.

Em São Raimundo Nonato está em funcionamento o curso de arqueologia e preservação patrimonial.

Foram autorizadas as contratações de 97 professores universitários e de servidores técnico-administrativos.

A Universidade Federal de Tocantins (UFT) foi criada em 23 de outubro de 2000, efetivando suas atividades em maio de 2003, com posse a posse de 258 professores efetivos. A UFT nasceu com a missão de se tornar um diferencial na educação e no desenvolvimento de pesquisas e projetos inseridos no contexto socioeconômico e cultural do Estado.

Com mais de 8 mil alunos, a UFT oferece 25 cursos de graduação e um curso de mestrado, oferecidos em sete campi, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino público superior. Levando-se em conta a vocação de desenvolvimento do Tocantins, a UFT oferece oportunidade de formação nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Educação, Agrárias e Ciências Biológicas.

O Tocantins se caracteriza por ser um Estado multicultural. O caráter heterogêneo de sua população coloca para a UFT o desafio de promover práticas educativas que elevem o nível de vida de sua gente. A educação na UFT é desenvolvida, prioritariamente, por meio de seus cursos de graduação e licenciaturas, que habilitam profissionais com sólida formação teórica e compromisso social. Outras atividades como extensão e a pesquisa também promovem a educação, produzindo e disseminando conhecimentos que contribuirão para a transformação do Estado do Tocantins num espaço para todos.

Outra linha de atuação no projeto de expansão da educação superior pública e de qualidade tem sido a criação e a consolidação de campi universitários no interior do País, ampliando o acesso à educação superior para imensa parcela de estudantes.

Essa ação foi dividida em duas fases e, neste momento, o MEC está concluindo a implantação dos campi da primeira fase e iniciando estudos de viabilidade para os demais. Todo o plano de expansão já foi aprovado pelo presidente Lula e deverá ser completamente implantado até o final do ano que vem.

Na primeira fase, foram criados 14 campi. São eles os campi da Floresta (em Cruzeiro do Sul, no Acre); de Marabá, Bragança, Castanhal e Santarém (no Pará); de Caruaru e de Garanhuns (no Pernambuco), de Vitória da Conquista (na Bahia), de Planaltina (no Distrito Federal), de Volta Redonda e de Nova Iguaçu (no Rio de Janeiro) da Baixada Santista e de Sorocaba (o primeiro em Santos, ambos em São Paulo) e do Litoral do Paraná (em Matinhos, no Paraná).

Na segunda fase do plano de expansão estão sendo criados ou consolidados os seguintes campi: em Manaus (AM), Chapadinha (MA), Arapiraca (AL), Bom Jesus do Gurguéia (PI), Itabaiana (SE), Barreiras (BA), Crato (CE), Curimataú (RN), Diadema (SP), Teófilo Otoni

CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CAMPI

(MG), Alegre (ES) e Frederico Westphalen (RS). Será criado também o Consórcio Universitário Metade Sul, no Rio Grande do Sul.

Serão consolidados os campi de Coari (AM), de Benjamin Constant (AM), de Imperatriz (MA), de Serra Talhada (PE), de Picos (PI), de Parnaíba (PI), de Catalão (GO), de Jataí (GO), de Rondonópolis (MT), de Sinop (MT), de São Mateus (ES).

Acre – Universidade Federal do Acre – Campus da Floresta – Cruzeiro do Sul

No Campus da Floresta da Universidade Federal do Acre, em Cruzeiro do Sul, serão oferecidos três novos cursos de graduação: enfermagem, ciências biológicas e engenharia florestal, resultando em um aumento de 120 vagas. Quando de sua completa instalação, o campus atenderá 1.600 alunos e contará com 97 professores. Em 2004, foi autorizada a contratação de 30 docentes.

Amazonas – Universidade Federal do Amazonas – Campus de Coari

O Ministério da Educação irá consolidar, em 2006, o campus de Coari da Universidade Federal do Amazonas, fundado em 30 de outubro de 1973. Para isso, serão destinados recursos adicionais para ampliação das instalações físicas, aquisição de equipamentos e criação de novos cursos e de vagas para a contratação de docentes e servidores técnico-administrativos. Com esse suporte será possível a criação de novos cursos bem como o desenvolvimento de atividades de pesquisa e de extensão.

Amazonas – Universidade Federal do Amazonas – Campus de Benjamin Constant

O fortalecimento do campus de Benjamin Constant com a criação de novos cursos, provimento de recursos

Região Norte - Aliando

humanos para a docência e as atividades administrativas e a ampliação das instalações físicas, permitirá atender a demanda reprimida de egressos do ensino médio.

Localizado na fronteira com a Colômbia e o Peru, a 1.628 km de Manaus (por via fluvial), o município concentra uma população de 25.542 habitantes. Com a criação

de diversas reservas na região, 85% de seu território passou a se localizar dentro de terras indígenas.

Amazonas -- Centro de Estudos de Antropologia e da Biodiversidade – Manaus

A riqueza cultural da Amazônia, objeto de estudo de antropólogos de todo o mundo, justifica a implantação de um centro de excelência em antropologia. Outra riqueza amazônica, a biodiversidade, também será contemplada nesse centro, que estimulará a pesquisa e ensino de pós-graduação, apoiado na capacidade instalada nas instituições universitárias do estado.

Pará – Universidade Federal do Pará – Campi de Marabá, Castanhal, Bragança e Santarém

No Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), foram criados os cursos de sistemas de informação, engenharia de minas e meio ambiente, engenharia de materiais, geologia e agronomia.

No Campus de Castanhal, foram criados os cursos de educação física e medicina veterinária. No Campus de Bragança foi criado um curso de engenharia de pesca. No Campus de Santarém foram criados um curso de física ambiental e de engenharia de alimentos. Quando de sua completa instalação, os novos cursos atenderão 1.080 alunos.

tura e natureza

Alagoas – Universidade Federal de Alagoas – Campus de Arapiraca

O município de Arapiraca, localizado no centro do estado, a 136 km de Maceió, é o mais importante município do interior alagoano, com 186.466 habitantes e tem 81,7% de sua população na zona urbana. Entre os anos de 1999 e 2002, as matrículas de segundo grau nessa região cresceram 45%, criando forte demanda por educação superior na região.

A implantação do campus de Arapiraca permitirá ampliar o acesso à educação superior de setores tradicionalmente marginalizados da população, formando quadros apropriados às demandas locais e contribuindo para a sua fixação no interior.

Bahia – Universidade Federal da Bahia – Campus de Vitória da Conquista

O Campus Avançado Anísio Teixeira, extensão da UFBA que está sendo implantado em Vitória da Conquista, oferecerá cursos de graduação em farmácia, nutrição, enfermagem, saúde coletiva, odontologia e psicologia. Foi autorizada a contratação de 84 professores e de 160 servidores técnico-administrativos. Vitória da Conquista recebeu também um curso de engenharia elétrica no CEFET local.

Região Nordeste - Form

Bahia – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Campus de Barreiras

Com uma população de 130.512 habitantes, Barreiras é a principal cidade do oeste baiano. Destaca-se em sua economia a produção de soja e a pecuária. A região de Barreiras agrupa seis muni-

cipios, que se estendem por uma área de 56.236,00 km² e concentram uma população de 199.066 habitantes. A implantação de um campus da Univasf em Barreiras permitirá atender a demanda reprimida da região.

Ceará -- Universidade Federal do Ceará - Campus de Crato

Localizado no sul do Ceará, a 571 km de Fortaleza, o município de Crato possui população de 108.998 habitantes. Sua economia é baseada no extrativismo, na silvicultura e na pecuária. Sua região abrange oito cidades e concentra uma população de 444.760 habitantes. A criação de um campus da UFC em Crato constitui-se num importante instrumento de desenvolvimento regional, ampliando o acesso à educação superior, formando quadros apropriados às demandas locais e contribuindo para sua fixação no interior. Esse campus terá, sobretudo, cursos voltados às ciências da saúde.

Maranhão -- Universidade Federal do Maranhão – Campus de Imperatriz

Com uma população de 231.950 habitantes, Imperatriz, a 696 quilômetros de São Luís, é maior cidade do sul do Maranhão. Sua região concentra 16 mu-

ão de recursos humanos

nícipios e população de 491.405 habitantes. A consolidação do campus de Imperatriz, com a criação dos cursos de engenharia de alimentos, enfermagem, educação física e comunicação social, permitirá ampliar e diversificar a oferta de vagas, contribuindo para a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social da região.

Maranhão – Universidade Federal do Maranhão – Campus de Chapadinha

Importante pólo agrícola, com enorme potencial turístico, Chapadinha conta com um campus que a UFMA mantém, onde são desenvolvidas apenas atividades de extensão. A criação de um curso de agronomia contribuirá de forma significativa para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Paraíba – Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Curimataú

A região serrana do Agreste Paraibano, onde se localiza o município de Cuité, se caracteriza por nível baixo de escolaridade superior e de desenvolvimento humano e econômico. A idéia é induzir um processo de desenvolvimento nestas regiões a partir de uma perspectiva de formação universitária sistêmica que articule, por um lado, cursos de licenciatura nas ciências básicas com o objetivo de melhorar o ensino médio e, por outro, cursos voltados às vocações produtivas locais.

Pernambuco - Universidade Federal de Pernambuco – Campus de Caruaru

O Campus do Agreste, extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Caruaru ofe-

Região Nordeste - Educação

recerá os seguintes cursos de graduação: economia, administração, design, pedagogia, e engenharia civil, além de pós-graduação em educação. Quando de sua implantação plena, prevista para 2007, o campus abrigará 120 professores efetivos, 2.400 alunos em seus cursos de graduação e 30 alunos em programas de pós-graduação.

*Pernambuco – Universidade Federal de
Pernambuco – Campus de Vitória de Santo Antão*

Fundada em 1811, Vitória de Santo Antão, localizada a 51 quilômetros de Recife, com população de mais de 115 mil habitantes, sediará um campus universitário da Universidade Federal de Pernambuco. Serão oferecidos os cursos de enfermagem, educação física e fisioterapia.

*Pernambuco – Universidade Federal Rural de
Pernambuco – Campus de Garanhuns*

O Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFPE) em Garanhuns será composto de duas unidades acadêmicas: o Centro de Educação e o Centro de Ciências Agrárias. Serão oferecidos cursos de graduação em zootecnia, agronomia e medicina veterinária, com um total de 240 vagas anuais. Quando concluída a sua instalação, em 2008, o campus atenderá cerca de 2000 estudantes, em cursos diurnos e noturnos.

*Pernambuco – Universidade Federal Rural de
Pernambuco – Campus de Serra Talhada*

Serra Talhada, localizada no sertão do Alto Pajeú, fica a 420 km de Recife, concentra uma população de

ão e qualidade de vida

mais de 70 mil habitantes e tem na agropecuária sua atividade econômica predominante. A implantação no município de um campus da UFRPE, com os cursos de bacharelado em ciências domésticas, economia rural, engenharia agrícola, engenharia de pesca, zootecnia e licenciatura em computação, contribuirá em larga medida para o seu desenvolvimento econômico e social.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos

A consolidação do campus da UFPI em Picos contribuirá para a inclusão social, promovendo o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida na região.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Parnaíba

A consolidação do campus de Parnaíba da UFPI significará a abertura de novas oportunidades de formação superior para a população da região. O município está localizado na região do litoral piauiense, a 354 km de Teresina.

Piauí – Universidade Federal do Piauí – Campus de Bom Jesus do Gurguéia

O Vale do Gurguéia ocupa uma área de mais de 156.000 km, abrangendo 94 municípios e uma população de quase 700.000 habitantes. Possui cerca de 5.000.000 de hectares agricultáveis e um dos mais ricos lençóis freáticos do mundo. A ampliação do campus da UFPI promoverá o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão que contribuirão para o aproveitamento de suas riquezas hídricas e minerais e para a preservação do meio ambiente.

Região Nordeste

Sergipe – Universidade Federal do Sergipe – Campus de Itabaiana

O campus de Itabaiana oferecerá cursos de bacharelado em administração, ciências contábeis e serviço social, além de licenciatura em computação, matemática, física, educação física, pedagogia, letras-inglês e artes visuais.

Distrito Federal – Universidade de Brasília – Campus de Planaltina

O campus da UNB em Planaltina abrange quatro regiões administrativas do Distrito Federal e seis municípios do estado de Goiás. Quando de sua completa instalação, serão oferecidos cursos de graduação em administração, agronomia, enfermagem e pedagogia. Os cursos de extensão ofertarão, ainda no primeiro ano, 300 vagas. O terreno já foi doado à UNB e a primeira edificação já foi concluída.

Goiás – Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão

Apenas uma pequena parte dos professores que atuam no campus de Catalão faz parte do quadro efetivo da UFG, o que acarreta graves prejuízos para a comunidade estudantil. O Campus de Catalão da UFG oferece atualmente sete cursos de graduação e quatro cursos de pós-graduação lato sensu, com um total de 1.295 alunos. O incremento ao campus será feito com a contratação de professores e aquisição de equipamentos para a biblioteca e o auditório.

Goiás – Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí

A região sudoeste de Goiás, onde se localiza o

Região Centro-Oeste

município de Jataí, abrange 18 municípios e concentra uma população de 330.490 habitantes.

O campus avançado da UFG em Jataí oferece, atualmente, os cursos de agronomia, ciências biológicas (licenciatura e bacharelado), geografia, letras, pedagogia, veterinária, matemática, educação física, português e inglês.

Mato Grosso - Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Rondonópolis

A expansão das ações do campus de Rondonópolis, com a ampliação do número de vagas e a consolidação dos programas de pesquisa, contribuirá para a democratização do acesso ao ensino superior e para o desenvolvimento sócio-econômico da região.

Mato Grosso – Universidade Federal de Mato Grosso – Campus de Sinop

Localizado a 551 km de Cuiabá, o município de Sinop é o principal polo econômico do norte do Mato Grosso. Possui população estimada em *mais de 95 mil* habitantes. Devido à sua proximidade com os biomas de Cerrado e Floresta Amazônica, o campus da UFMT, instalado em Sinop em 1993, desenvolve atividades de pesquisa em diversas áreas ligadas ao meio ambiente (como a climatologia, a geomorfologia e as ciências biológicas).

Sua consolidação, ampliando a produção de conhecimentos e a formação de recursos humanos adequados à realidade da região, é essencial na busca de desenvolvimento sustentável, com a preservação da biodiversidade e das culturas locais.

Região Centro-Oeste

São Paulo – Universidade Federal de São Carlos – Campus de Sorocaba

O Campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Sorocaba oferecerá, anualmente, 180 vagas de graduação os cursos de bacharelado e licenciatura em ciências biológicas, turismo, engenharia florestal e engenharia de produção, além de cursos de especialização e de extensão. Quando de sua total implantação, a instituição terá, em seu quadro, 120 professores.

Espírito Santo – Universidade Federal do Espírito Santo – Campus de São Mateus

Localizado na região norte do Estado do Espírito Santo, a 219 km de Vitória, São Mateus possui população de mais de 100 mil habitantes. Com economia concentrada na agropecuária, o município conta com várias empresas florestais e alcooleiras, sendo expressiva a produção de madeira (eucalipto) para celulose. O petróleo também possui, desde 1967, grande destaque para a economia local.

A consolidação do campus que a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mantém no município, com a ampliação da oferta de ensino superior, é fundamental para atender à demanda reprimida da região, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

Região Sudeste

Rio de Janeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campus de Nova Iguaçu

O Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu oferecerá cinco cursos de graduação nas áreas de Administração, Economia e licenciaturas. Quando plenamente instalado, atenderá 1600 alunos e contará com 90 professores.

Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense – Campus de Volta Redonda

O campus da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Volta Redonda, terá duas Unidades Acadêmicas: a Unidade de Engenharia e Ciências Básicas (ECB) e a Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas (HCS). Ao ECB se agregarão os cursos oferecidos na Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda e, ao HCS, o curso já criado e em andamento desde agosto de 2004, oferecido pela UFRRJ, de administração de empresas.

O campus contará com 80 professores e atenderá a 1500 novos alunos.

São Paulo – Universidade Federal de São Paulo – Campus de Santos

A Unidade Acadêmica de Santos da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) oferecerá os cursos de graduação em fisioterapia, terapia ocupacional, nutrição, psicologia e educação física, com um total de 250 vagas.

A instituição será instalada na Vila Mathias, na Ilha de São Vicente, região central da cidade. Estão sendo realizados convênios para realização das obras de adequação de instalações.

Região Sudeste - Porta

Espírito Santo – Universidade Federal do Espírito Santo – Campus de Alegre

Localizado no sul do estado, a 196 km de Vitória, o município de Alegre, que já foi o mais importante centro comercial da região, vem perdendo dinamismo econômico. O fortalecimento do campus de Alegre, com a criação de novos cursos e aumento de número de va-

gas, é essencial para atender a demanda reprimida de egressos do ensino médio.

São Paulo – Universidade Federal de São Paulo – Campus de Diadema

A implantação de um campus da UNIFESP, que possui larga tradição na área de saúde, em Diadema, representará uma alternativa de ensino superior público no ABCD paulista (necessidade premente da região), oferecendo à população local melhores possibilidades de formação próximas de sua moradia. Diadema ocupa uma área de 30,7 km² e concentra uma população estimada em 384 mil habitantes. Atualmente, a metalurgia e as indústrias de cosméticos e de plásticos são os principais pólos econômicos da cidade. Na última década houve uma mudança no panorama econômico do município, com crescimento nos setores de serviços e comércio e uma diminuição progressiva dos empregos ocupados na indústria.

Minas Gerais – Universidade Federal de Minas Gerais – Campus de Teófilo Otoni

A criação de um campus da UFMG em Teófilo Otoni constituir-se-á num instrumento importante de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior, contribuindo para superar os desequilíbrios regionais.

bertas à Educação

Paraná - Universidade Federal do Paraná - Campus do Litoral

O Campus do Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com sede no município de Matinhos, oferecerá três cursos de graduação: gestão e empreendedorismo, fisioterapia e gestão ambiental, além de quatro cursos técnicos: enfermagem, agroecologia, transações imobiliárias e hotelaria.

Rio Grande do Sul – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus de Frederico Westphalen

O município de Frederico Westphalen, com um população de 27.695 habitantes, está localizado numa das áreas de mais baixo desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Distante 448 km de Porto Alegre e 318 km de Santa Maria, tem como base de sua economia a produção de soja e milho. A implantação de um campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Frederico Westphalen poderá facilitar o acesso ao ensino superior de milhares de estudantes.

Região Sul - Flexibilidade

Rio Grande do Sul – Universidade Federal da Região dos Pampas – Consórcio Metade Sul

A Universidade Federal da Região dos Pampas será formada por pólos sediados em municípios da região e oferecerá, inicialmente, treze cursos de graduação integrados às necessidades da base produtiva local. Os cursos serão estruturados em dois ciclos: o ciclo básico, que será oferecido em cada um dos municípios que abrigarão pólos universitários; e o ciclo profissional, que será oferecido apenas em alguns pólos. Inicialmente, a instituição será estruturada em um consórcio: o Consórcio Universitário Metade Sul.

Uma das principais características da Universidade será a flexibilidade curricular, que permite reduzir a necessidade de grandes deslocamentos para cursar o ensino superior. Os estudantes iniciarão seus cursos nos seus municípios de origem e poderão concluir-los em um município vizinho, sem ter que emigrar até o polo central. Além disso, os pólos universitários contarão com uma infra-estrutura que permitirá o desenvolvimento de atividades não apenas nas salas de aula, mas também através do uso de bibliotecas e da internet.

O Consórcio Universitário Metade Sul iniciará suas atividades em 2006, atendendo a 2000 alunos. Quando de sua completa implantação, prevista para 2008, contará com 400 professores e 10.000 alunos. A inova-

curricular

ção institucional representada pela instituição se enquadra no âmbito da reforma universitária e deverá ser estendida a outras regiões do País.

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Esplanada dos Ministérios • Bloco L • Ed. Sede • 3º andar
70.047-900 • Brasília-DF
61 2104.9785
0800.616161
www.mec.gov.br

Ministério da
Educação



O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shlessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) Pela ordem. Sem revisão do orador) – Srª Presidente, encaminho para que conste dos Anais esta matéria, publicada na **Folha de S.Paulo** no dia 11/09/05, da competente jornalista Mônica Bergamo, intitulada “A Pequena Sereia”, que conta a história da Srª Jeany Mary Corner – aliás, ela diz que não é apelido; esse “Corner” é em inglês; não é de “esquina”.

No artigo, ela mostra sua agenda, diz que detesta camas – é estranho, não? – e chora quando é chamada de cafetina. Aqui está a agenda dela, que tem na

capa **The Little Mermaid**, aquela pequena sereia de Disney. Há um retrato de Nossa Senhora, e outro com o filho, o advogado e ela.

Ela conta uma história que é uma crônica desses dias que estamos vivendo, a Srª Jeany Mary Corner, e diz que vai ser Deputada. Quer dizer, não satisfeita em levar para lá, ela parece que quer trazer o negócio para cá.

Peço que este artigo conste dos Anais, Srª Presidente.

Obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

MÔNICA BERGAMO

A pequena sereia

Jeany Mary Corner, a mulher que abalou Brasília, mostra sua agenda, diz que detesta camas e chora quando é chamada de cafetina

Quer saber qual é a mulher que Jeany Mary Corner mais admira em Brasília? A senadora Heloísa Helena, do PSOL. Tanto que Jeany Mary quer se lançar candidata a deputada federal pelo partido de Helena. Se possível, já nas próximas eleições. “Eu quero ela. Quero no partido dela. Eu acho demais aquela mulher falando. Ela é igualzinha a mim.”

Jeany fala sério: quer ser deputada. Ela diz que até foi sondada há dias, por meio de um amigo, para posar nua numa revista masculina. Vai recusar — entre outras coisas, por causa da carreira política. “Você vai ver como vou fazer barulho naquele Congresso!!”.

Barulho, Jeany já fez sem distribuir um único santinho. Ela saltou do providencial anônimo para a fama depois que o senador Demóstenes Torres (PFL-GO) perguntou a uma depoente da CPI dos Correios se conhecia “a cafetina Jeany”. Jeany não perdoa. “Pode colocar: estou louquinha para encontrar ele”, diz. As lágrimas brotam quando Jeany protesta por ser definida como “cafeti-

na”. “Sou promotora de eventos.” As meninas das festas, jura, não são garotas de programa. E sim “recepcionistas”.

Desde que se viu envolvida no escândalo do “mensalão” —ela teria recebido dinheiro de Marcos Valério para organizar uma festança com garotas e políticos em Brasília — Jeany se instalou em SP. Foi inscrita no programa de proteção a testemunhas e passa os dias trancada num flat, quatro estrelas no Itaim. Divide o quarto com o filho, Bruno, 22, teria recebido dinheiro de Marcos Valério para organizar uma festança com garotas e políticos em Brasília — Jeany se instalou em SP. Foi inscrita no programa de proteção a testemunhas e passa os dias trancada num flat, quatro estrelas no Itaim. Divide o quarto com o filho, Bruno, 22, e com a melhor amiga, a manicure Zélia do Nascimento.

O quarto tem duas camas de solteiro. Jeany dorme no chão. “Detestô camas”, revela. Na cômoda, uma foto de santa Edwiges. Em sua casa, em Brasília, ela tem um altar com muitos santos. “Rezo todas as noites”.

Jeany só sai do flat para ir ao escritório de seu advogado, Ismar de Freitas Junior, ou para almoços e jantares em restaurantes como o Esplândida Grill, o Bolinha e o Pâsta & Vino, nos Jardins. Na quarta-feira, Jeany recebeu a coluna no escritório de Ismar. Usava jeans, blusa de gola rulê, bota e óculos Chanel. Entre um gole e outro de uísque Royal Salute, contou que os planos políticos foram adiados até a poeira baixar.

Semanas antes de ter o nome citado na CPI, chegou a conversar sobre a candidatura com Heloísa Helena. “Um amigão que trabalha no Senado me apresentou ‘pra’ ela no corredor [do parlamento]. Ela me abraçou, disse para eu passar no gabinete. Queria me dar um botton do PSOL.” A visita não foi feita porque era o dia do depoimento do deputado Roberto

Heloísa Helena. “Um amigão que trabalha no Senado me apresentou ‘pra’ ela no corredor [do parlamento]. Ela me abraçou, disse para eu passar no gabinete. Queria me dar um botton do PSOL.” A visita não foi feita porque era o dia do depoimento do deputado Roberto

Jefferson (PTB-RJ) na CPI dos Correios. "Também amo ele de paixão. Ele é muito homem, muito macho de fazer o que fez", diz.

E Jeany, faria igual? Contaria o que sabe sobre políticos, festas e recepcionistas numa CPI? Ela diz que sim. Mas tem feito o contrário. Sua boca está fechada. Ordem expressa dos advogados. "A Jeany conhece todo mundo em Brasília. Todo mundo", diz o advogado Ismar. "É, quase", diz. "Mas vai falar o quê? E para que? Ela não tem nada a contar. Tudo fofoca", diz Ismar. Jeany está em SP "para fugir das ameaças e pressões de Brasília", diz ele. Só volta à cidade depois de falar à polícia. "Ai ela chega lá, distribui o depoimento e diz: 'Tá aqui. Tudo o que eu tinha a dizer'."

Caso abrisse a boca, Jeany não conseguiria derrubar o governo. Mas, diz um amigo seu, certamente causaria "uns cem divórios". E sua poderosa agenda, com mais de mil nomes de políticos e empresários? Está mesmo num cofre? Foi enviada ao Canadá, como publicado? "É tudo mentira", afirma ela.

no. Mas, diz um amigo seu, certamente causaria "uns cem divórios". E sua poderosa agenda, com mais de mil nomes de políticos e empresários? Está mesmo num cofre? Foi enviada ao Canadá, como publicado? "É tudo mentira", afirma ela.

"Eu não sou delatora, nem f.d.p.", diz. "Não sou a Fernanda Karina Somaggio [a secretária de Marcos Valério que entregou a agenda do ex-chefe à polícia]."

Jeany acende um cigarro. Diz que tem sofrido com jornalistas. "A imprensa faz miséria com o ser humano." Já perguntaram a ela até se era bissexual. "Eu nem sabia o que era bissexual!" Ela acredita que é tudo. "inveja [das jornalistas] porque estou intera. Com 45 anos, sem silicone e meus peitos estão em pé." Jeany está tomando Frontal para dormir, Lexapro para depressão e Nexium para o estômago.

A TV do escritório está ligada. O presidente Lula aparece num asoleidade, tocando tambor. Jeany conhece Lula? Ela hesita. Olha para os advogados. Eles a olham fixamente. "Não", responde. "Detesto o PT." Como assim? "Eu nunca fui ao PT. O PT é que veio a mim. Aliás, eu nunca vou a ninguém. As pessoas vêm a mim."

Jeany repete o bordão mais tarde, no restaurante Pasta & Vino, onde jantou com os advogados. "Eu não procurei Brasília. Brasília é que me procurou." Jeany pede uma salada de rosbife e palmito. Conta como foi descoberta por Brasília. Cearne se do Crato, foi expulsa de casa por uma tia que a flagrou "lanchando antes do recreio". Em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica, babá, demonstradora de bebidas. Foi a vários eventos, conheceu dezenas de recepcionistas e pegou a manha do negócio. Virou "promotora". Ganhou fama. "Nunca tive cartão. Foi tudo no boca a boca", diz.

Depois da eleição de Fernando Collor, em 1989, foi convidada por Pedro Collor para organizar uma das festas da posse dele, em Brasília, na boate "A

Corte". "Quando viu o tamanho do enguiço, ela não quis mais voltar", diz o advogado Ismar. No governo Collor, a empresa bombou. O governo de FHC, que ela diz já ter encontrado

da por Pedro Collor para organizar uma das festas da posse dele, em Brasília, na boate "A Corte". "Quando viu o tamanho do enguiço, ela não quis mais voltar", diz o advogado Ismar. No governo Collor, a empresa bombou. O governo de FHC, que ela diz já ter encontrado "num coquetel chique de Brasília", era "mais light". Com o PT, os bons tempos voltaram.

Jeany deixa a mesa. Vai ao banheiro. Volta transtornada. "Um casal na porta do banheiro me falou: 'Ai, hein, comendo com o dinheiro do mensalão!'" Os advogados acalmam Jeany. O Jantar segue. São 200 as moças cadastradas em sua empresa. Que tipo de moças? "Hoje em dia exigem até com ensino superior, sabia?", diz ela. Jeany afirma que ganham até R\$ 150 por evento. Ela fica com 20%. O filho, Bruno, 22, completa: "Elas têm até uns 21, 22 anos". Ficam mais velhas, mudam de ramo.

Jeany disse, numa entrevista ao programa "Amaury Junior", que Bruno fazia o "test-drive" das moças. "Era tudo brincadeira. Ele nem namora com elas. Eu não deixo", diz. Jeany afirma que "cansou" de "mandar o Bruno buscar as meninas de carro e levar para a casa delas, depois que os eventos acabam". Diz isso para tentar mostrar que essa história de agenciadora de meninas de programas para festas "não existe". "O que as meninas fazem depois que o evento acaba é problema delas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido, em conformidade com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, por quinze minutos, já incluso o tempo da prorrogação.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, o motivo da minha presença na tribuna, nesta tarde, diz respeito a uma notícia que, para todos os sergipanos, é muito constrangedora e muito triste. Trata-se do falecimento, ocorrido no último dia 8, quinta-feira, do Padre Arnóbio Patrício de Melo.

Ele residia na cidade de Aracaju e era pároco da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro desde 1991.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a não gostaria que eu lesse, em primeiro lugar, o requerimento que está sobre a mesa e, então, V. Ex^a se pronunciaria?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sem dúvida, seria conveniente que V. Ex^a o fizesse.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 991, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do Padre Arnóbio Patrício de Melo, ocorrido no dia 8-9-2005.

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Antonio Carlos Valadares.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, para justificação em plenário.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, o Padre Arnóbio Patrício de Melo era uma figura conhecíssima e querida não apenas em Aracaju, mas em todo o Estado. Era um homem identificado com as aspirações da nossa sociedade, preocupadíssimo com os problemas sociais da nossa terra. Basta dizer que ele implantou, em parceria com o Instituto Luciano Barreto, em 2003, uma escola de

informática na igreja onde atuava para atender a mais de 300 jovens da comunidade, em que professava a religião católica como pároco de Orlando Dantas.

Ele sempre estava disponível e tinha uma visão muito ampla no sentido de levar educação, conhecimento e cidadania para os jovens. Sem dúvida alguma, a comunidade de Orlando Dantas, a comunidade de Sergipe vai continuar comprometida com o trabalho edificado por esse grande religioso, que deixou uma lacuna imprenchível no nosso Estado.

O Padre Arnóbio Patrício de Melo era natural de Camucim de São Feliz, em Pernambuco. Fez curso de Filosofia na Universidade Católica de Pernambuco. Em seguida, matriculou-se na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru, no curso de Licenciatura Plena em Letras – Francês. Tornou-se ainda bacharel em Teologia pelo Instituto Teológico Pio XI, da cidade de São Paulo.

Foi ordenado padre no dia 8 de dezembro de 1957, na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, em São Paulo. No ano seguinte, veio morar em Aracaju para desempenhar seu primeiro trabalho como padre, integrante da comunidade salesiana. Depois, morou em Recife e Salvador, voltando para Sergipe em 1966.

Na Prefeitura de Aracaju, ocupou o cargo de Secretário Municipal de Educação, na Administração do ex-Deputado Federal José Carlos Teixeira. Por dois anos, foi Secretário-Geral do Conselho de Cultura, no Governo Lourival Baptista. Foi Vereador durante doze anos na Câmara Municipal de Aracaju.

Teve também uma carreira bastante atuante como Professor, lecionando nos colégios de Aracaju: no Arquidiocesano, no Salesiano, no Colégio de Aplicação, no Atheneu, no Instituto de Educação Rui Barbosa, entre outros.

Sr^ss e Srs. Senadores, o jornalista e escritor Luís Antônio Barreto, um dos grandes estudiosos dos homens públicos de Sergipe disse, em síntese, num artigo que escreveu na imprensa sergipana sobre Arnóbio Patrício de Melo, quando ainda vivo:

Rotariano destacado, Arnóbio Patrício de Melo teve uma conferência, que pronunciou em Feira de Santana, na Bahia, publicada com o título de *As Religiões e a Paz* (Aracaju: Rotary Clube Aracaju Norte, 2003). É um texto de erudição, sem proselitismos, destinado a servir de base à reflexão sobre o fenômeno religioso, que acompanha a história humana. É, também, um texto de força didática, de leitura fácil e agradável, que não visa a converter, mas convencer com argumentos que dão à religião funções especiais, como a de prover a paz.

Quem conheceu o padre Arnóbio Patrício de Melo sabe da sua tolerância, da sua capacidade de argumentação, e das profundas bases de sua consciência moral, como homem de fé, como religioso, desdobra-

das nos seus trabalhos como professor, político, administrador, homem público. No Conselho Estadual de Educação, sua palavra ponderada, sua abertura para discussão do contraditório, deu oportunidades a que temas polêmicos fluíssem e tramitassem calmamente, sem vencedores e sem vencidos.

Seu livro é uma contribuição de excelência, franca e clara, que fortalece crenças e congrega crentes, de forma ecumênica, consistente, objetiva, afirmando que "a base mais consciente, o ponto de apoio mais sólido da Humanidade é a religião." Ainda que a afirmativa possa gerar divergências de opinião, é com ela que ele dá o fecho de sua fé, evocando os cristãos dos primeiros tempos do cristianismo, diante das perseguições e das dificuldades, cantando e repetindo: "Os homens se agitam, mas Deus os conduz".

Sr^a Presidente, esse foi Arnóbio Patrício de Melo, religioso, cidadão, querido e amado pelo povo de Sergipe e dos lugares por onde passou, deixando obras, trabalhos que tornaram sua passagem por este mundo um exemplo para todos os jovens de Sergipe e do Brasil.

A minha palavra, portanto, de homenagem a esse homem que congregou, em torno de si, todos os segmentos sociais e econômicos de Sergipe, que o admiravam, prestigiavam e respeitavam.

Casamentos, batizados, acontecimentos sociais sempre exigiam a presença e a palavra edificante, brilhante e corajosa, sempre alegre e oportuna, do Padre Arnóbio Patrício de Melo. A sua presença era uma verdadeira festa de alegria, que se traduzia em palavras que representavam, antes de tudo, a solidariedade humana, o jeito de conviver bem com o seu povo e o exemplo que dava aos jovens de como se portarem no dia-a-dia, na vida pública, no trabalho, no lar e na escola.

Por isso, Sr^a Presidente, quero deixar registrado este meu voto de pesar pelo falecimento de um homem tão ilustre e querido como foi o Padre Arnóbio Patrício de Melo, com quem convivi e de quem tive oportunidade de ser amigo.

Do seu enterro, na última sexta-feira, milhares e milhares de pessoas participaram. A Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi pequena devido à multidão que ali se concentrou para prestar a sua última homenagem ao Padre Arnóbio.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 992, DE 2005

Requeremos, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa,

as seguintes homenagens pelo falecimento do médico João Marcelo Vilas Boas ocorrido no dia 8-9-2005.

- a)** inserção em ata de voto de profundo pesar; e
- b)** apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.
– Senador **Antonio Carlos Valadares**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos lidos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 993, DE 2005

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro ao Senhor Ministro da Fazenda as seguintes informações:

- 1) Rol dos fundos de pensão mantidos por bancos estaduais liquidados ou privatizados que receberam recursos da União como parte das respectivas estratégias de saneamento, a exemplo do que ocorreu com o Banco de Estado de São Paulo (BANESPA), cujas obrigações para com os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975 foram securitizadas por meio de títulos públicos federais.
- 2) Memórias de cálculo dos montantes dos déficits atuariais assumidos pela União na forma do item anterior.
- 3) Discriminação de eventuais recálculos dos déficits atuariais assumidos pela União e as respectivas justificativas.
- 4) Desdobramentos no tempo, observados até este momento e estimados para datas futuras, dos déficits atuariais assumidos pela União.
- 5) Enumeração dos critérios que balizaram as escolhas das estratégias de saneamento adotadas.
- 6) Rol das instituições eventualmente encarregadas da custódia dos ativos empregados e os termos dos contratos de custódia.
- 7) Quantidade, por instituição, de funcionários cujos benefícios foram garantidos pela União. Quantos já se aposentaram? Quantos irão se aposentar? Quantas pensões já foram constituídas? Quantas pensões estima-se que serão constituídas?

8) Demonstrativo de como os ativos empregados e os déficits atuariais assumidos pela União compor-se-ão ao longo do tempo. Qual tratamento será dado aos eventuais saldos líquidos, positivo ou negativo, observados nos términos das operações?

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2005.

- **Alvaro Dias**, Presidência da República, Casa Civil
- Subchefia para Assuntos Jurídicos.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 50. Lei agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário.

Art. 51. Serão revistos pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a três mil hectares, realizadas no período de 10 de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987.

§ 1º No tocante às vendas, a revisão será feito com base exclusivamente no critério de legalidade da operação.

§ 2º No caso de concessões e doações, a revisão obedecerá aos critérios de legalidade e de conveniência do interesse público.

REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

SUBSEÇÃO II Dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, § 2º)

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na Hora do Expediente, serão despatchados à Mesa para decisão;

IV – se deferidos, serão solicitadas, à autoridade competente, as informações requeridas, ficando

interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. Se indeferido, irá ao arquivo, feita comunicação ao plenário;

V – as informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo.

§ 1º Ao fim de trinta dias, quando não hajam sido prestadas as informações, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição.

§ 2º Aplicam-se, no que couber, as disposições do parágrafo anterior ao caso de fornecimento de informações falsas.

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT.) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Srª Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PFL.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Intercalando com os oradores, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio, pela Liderança do PFL, por cinco minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srºs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Senador Arthur Virgílio o requerimento que foi consignado em mesa, prestando homenagens ao Presidente Juscelino.

Sobre esse assunto eu gostaria de tecer algumas considerações, até porque hoje é o dia de comemorarmos o nascimento do nosso saudoso e eterno Presidente Juscelino Kubitschek.

Nascido a 12 de setembro de 1902 na histórica cidade de Diamantina, em Minas Gerais, onde fez seus primeiros estudos, Juscelino Kubitschek de Oliveira era filho de uma família modesta: o pai, caixeiro viajante; a mãe, dedicada professora primária, que o criou desde a infância, após a morte prematura de seu pai.

Espírito inquieto e sonhador, Juscelino Kubitschek iniciou sua vida profissional como telegrafista, ocasião em que se formou, na Faculdade de Medicina de Minas Gerais, como médico, especializando-se em urologia na França logo em seguida. De volta ao Brasil, ingressou na Polícia Militar de Minas Gerais, onde alcançou o posto de Coronel-médico, participando, como defensor do Governo constituído, do combate à Revolução de 1932.

Em 1931, casa-se com D. Sarah Luiza Gomes de Lemos, idealizadora e patronesse das Pioneiras Sociais, trabalho social até hoje lembrado e reverenciado por todos. Imortalizou o fundador de Brasília ao construir-lhe um Memorial, ao lado do cruzeiro. Hoje, aliás, foi rezada lá missa em homenagem ao nascimento de JK, por sinal muito bonita.

Dotado de notável inteligência e de vasta cultura humanística, iniciou sua incomparável vida política em 1933, na Chefia de Gabinete do então Governador Benedito Valadares, em Minas Gerais.

Foi Deputado Federal em duas legislaturas, Senador, Prefeito de Belo Horizonte e Governador de Minas Gerais, época em que, com seu largo sentido de homem público, se afirma como administrador exemplar e político sagaz. O êxito de sua administração e a dinâmica repercutem em todos os recantos do País. Percebe-se, então, que havia chegado o momento de o menino humilde de Diamantina, conhecido por todos como Nono, lançar-se candidato à Suprema Magistratura do País para realizar seu acalentado sonho de transformar o Brasil numa respeitável Nação progressista.

Em reverência a essa história e à memória desse inigualável homem público, foi realizada, hoje, no cruzeiro onde foi celebrada a primeira missa de nossa cidade, uma homenagem em memória de JK. Foi celebrada pelo Arcebispo de Brasília, Dom João Brás Neves, com a presença da neta e presidente do Memorial JK, Anna Christina Kubitschek, do Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, e sua esposa Srª Weslian Roriz, além de Secretários de Estado, Administradores regionais e de muitos outros pioneiros, aos quais homenageio na pessoa do nosso querido Ernesto Silva, que o Senador Antonio Carlos Magalhães tão bem conhece, que está prestes a comemorar 91 anos de vida, prestando enormes serviços ao nosso País.

Durante a cerimônia, recheada de emoções, o coral da Catedral Metropolitana de Brasília, regido pelo maestro Daniel Távora, fez a sua estréia, e 400 crianças da cidade de Ceilândia representaram o futuro da Capital de todos os brasileiros.

Foi um sonhador e um realizador. Ousava fazer e sabia fazer. E também, como todos os gênios, tinha o dom da previsão. Não fora essa virtude, não teria aceito o desafio de construir Brasília, sua meta-síntese, nem a teria profetizado na sua primeira viagem ao ermo do Planalto, a 02 de outubro de 1956, numa explosão de entusiasmo.

Com a visão de estadista, que pensa nas futuras gerações, e a paciência do político mineiro, chegou ao fim do Governo consagrado pelo povo.

Fico feliz, Srª Presidente, que Brasília e o Brasil, mais uma vez, reverenciam a memória e a obra de JK, político exemplo, cuja vida pública foi marcada pela tenacidade e pelo trabalho em favor de todo o povo brasileiro. Sua esperança num Brasil melhor é que deve pautar as ações de todos nós que abraçamos a vida pública, pois JK, em sua inteligência e enorme capacidade de antever o futuro, já vislumbrava para Brasília um futuro diferente e especial, traduzidos nesta frase de sua fala durante a missa campal ocorrida exatamente em 3 de maio de 1957: "Que Brasília se molde na conformidade dos altos desígnios do Eterno, que a Providência faça dessa cidade terrestre um reflexo da cidade de Deus; que ela cresça sob o signo da Caridade, da Justiça e da Fé."

É o que todos nós desejamos no dia de hoje, ao comemorarmos os 103 anos de nascimento de JK, para Brasília e para o Brasil.

Que Deus abençoe esta cidade!

Que Deus abençoe o nosso País!

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, por 15 minutos, já inclusos os cinco minutos de prorrogação.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, subo hoje a esta tribuna para falar de um tema que me toca muito de perto. Refiro-me àquelas idéias que um dia alimentaram os sonhos de um geração que não se conformou com o advento da força, mas, antes, preferiu os caminhos da luta permanente para recompor as instituições e construir uma nova Nação.

Refiro-me às idéias e aos ideais que nos moveram na trajetória redemocratizante até que chegássemos ao estágio atual. Faço parte daquela geração que não entregou os pontos diante da supremacia dos que assumiram o poder pela via da violência. Antes, fomos os que estabeleceram a resistência e avançamos na tarefa de vencer etapas e tudo fazer para restaurar a normalidade democrática.

Despertei para a política nos anos 60, em plena ação do golpe militar em Goiás. Vivenciamos os dias e os minutos daquela intervenção, que usava a Força Aérea Brasileira para empreender vôos rasantes sobre a cabeça de cidadãos indefesos bem no centro de Goiânia. Era a prática explícita da intimidação. O povo, assustado, corria para a Praça Cívica, onde se situava a sede do Governo estadual a ser destituído – e lá estávamos juntos. Eu, que acabara de tirar o título de eleitor, me via, logo na estréia, diante de uma quebra

terrível do que imaginava ser um regime democrático e fiquei perplexa com tamanha agressividade.

Mas era preciso abrir os olhos. E já naquele momento histórico percebi a necessidade de agir para transformar uma realidade que se apresentava dura e cruel.

Mas o pior ainda estava por vir. Quando o Brasil se viu diante do período de cassações imposto pela ditadura militar, comprehendi mais do que nunca que a situação me obrigava a compartilhar com outras pessoas da indignação que nos unia. Abraçamos juntos aquela determinação de seguir em frente por um Brasil de liberdade e justiça.

Sr^a Presidente, esse ideal que uniu a tantos num período de exceção teve um destino comum, que foi a formação de um partido político com bandeiras e plataformas bem definidas. Porque, naquele momento, era um ideal único que juntava as pessoas. Havia uma meta, um objetivo, um sonho, uma esperança!

Essa mobilização reunia centenas de milhares e fui privilegiada por estar justamente na linha de frente. Todos tínhamos tão-somente um único objetivo: reconquistar o Estado de direito. Naquele tempo, os ideais se faziam mais fortes que os interesses pessoais. E o coletivo, Sr^ss e Srs. Senadores, Sr^a Presidente, prevalecia.

Queríamos todos recuperar o direito de falar, de opinar, de discursar, de ir e vir. Lutávamos juntos, lado a lado, pelo direito de votar e de ser votado, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de expressão.

E esse ideal foi tão forte no coração da Nação que a sociedade brasileira se mobilizou e as ruas ficaram lotadas de gente. De norte a sul, de leste a oeste, as praças foram, pouco a pouco, se enchendo de uma multidão numerosa. Essa multidão estava ali integrada em nome da confiança e da credibilidade que depositava nos líderes daquele movimento, daquele Partido, daquele ideal, daquele sonho.

Sr^ss e Srs. Senadores, as observações que fiz até o momento foram para situar e sublinhar a importância de uma reflexão muito importante para os dias atuais. Infelizmente, os Partidos no Brasil perderam o sentido do ideal, da pureza, da firmeza de propósitos. Gradativamente, aquelas bandeiras que nos conduziam no passado foram esquecidas nas avenidas da História.

É preciso, portanto, urgentemente, resgatar essa essência de Partido ideal. Naquele momento nem tão distante, havia uma bandeira de grandes dimensões que abrigava todas as pessoas. Havia, senhoras e senhores, um ideal nacional e essa meta foi buscada com ousadia, perseverança e coragem.

Eu perguntaria: uma bandeira tão abrangente como a luta por um Brasil de justiça continua existindo?

E digo que sim! Porque os brasileiros continuam determinados na busca desse objetivo. Mas, infelizmente, os segmentos partidários que tínhamos a obrigação de sustentar essa bandeira, pouco a pouco fomos nos distanciando. Fomos nos desvinculando dos ideais, numa prática corriqueira que acabou quase por se transformar em regra geral.

Mas a maioria do povo, Sr^a Presidente, continua nutrindo esses ideais nacionais que deveríamos ter, nós políticos, a obrigação de comandar.

Assim, estamos passando por um período que poderíamos qualificar como absurdo. Os segmentos políticos que deveriam ser os guardiões do processo institucional, acabam hoje por se tornar os próprios responsáveis pela ameaça a essas instituições!

Dessa forma, Sr^a Presidente, é preciso refletir e modificar o curso dos acontecimentos. E meu sentimento patriótico me leva a concluir com toda a veemência, com toda a esperança: ainda há tempo, sim!

Mas, em que sentido a existência de Partidos frágeis contribui para a instabilidade das instituições? Uma constatação é inevitável. Sem um sistema que privilegie a representação popular como critério para a legalização de siglas, continuaremos a ser vítimas desta realidade deformadora: a existência de um grande leque de micropartidos, muitos deles constituídos unicamente para servir a um balcão de negócios inaceitáveis! Ou seja, no Brasil formam-se Partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial histórico. O interesse é, quase sempre, o de servirem, durante os processos eleitorais, como siglas de aluguel para que determinados segmentos possam obter maior tempo na televisão para suas candidaturas majoritárias. Ou simplesmente essas legendas se comportam como abrigo para lideranças que se envolvem em confronto interno e ficam sem espaço político. Daí os tais mensalões e mensalinhos, sobre os quais já tive a oportunidade de escrever um artigo. Na época em que o escrevi, a palavra "mensalinho" ainda não havia sido usada pela imprensa, e o meu artigo já se referia a mensalões e mensalinhos.

O mais terrível é constatar que a salada partidária naturalmente não se caracteriza por possuir os fundamentos que deveriam nortear a formação de partidos: a unidade em torno de um conjunto de idéias e a defesa de uma ação programática clara para o Brasil, com o estabelecimento de uma análise profunda do que temos hoje, para que possa ser o projeto do futuro.

Assim, Sr^a Presidente, só um sistema partidário alicerçado em projetos, idéias e ideais, constituído a partir do critério da representação popular conferida nas urnas, proporcionará ao Brasil a consolidação de um regime democrático realmente forte e participativo.

Por tudo isso, quero deixar claro que minha presença no bloco autêntico do PMDB não é uma decisão de agora, mas uma opção que fiz lá atrás, no chão raso da luta contra a ditadura, quando todo o PMDB se desenhava assim: autêntico nos seus ideais pelas liberdades, autêntico na sua determinação de transformar o Brasil, autêntico nas suas grandiosas jornadas pela paz e pela mais ampla justiça social.

Mais do que nunca, hoje é necessário resgatar essa pureza original do PMDB.

Com o maior prazer, concedo um aparte ao Senador Valdir Raupp, um autêntico membro do PMDB.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a e já estava pensando lá na frente, porque o Senado fez a sua parte. Quero elogiar de público o Senador Jorge Bornhausen, que está no plenário, pelo trabalho que fez na CCJ, assim como o Senador José Jorge, o Senador Antonio Carlos Magalhães e muitos outros. Vi o PFL atuando firmemente nessa reforma eleitoral, nessa reforma política. É claro que o meu Partido, o PMDB, também deu a sua contribuição, assim como o PSDB e os demais Partidos. Vejo que o tempo está ficando muito curto e que a Câmara já começa a ter dificuldade de aprovar o projeto até o prazo final, que é o dia 1º de outubro. E virá outra eleição com os mesmos critérios das anteriores: sem fidelidade partidária, com gastos de campanha excessivos, com verticalização de partidos políticos, enfim, com os mesmos vícios, com as mesmas regras da lei anterior. Senadora Iris de Araújo, gostaria que houvesse tempo de a Câmara dos Deputados aprovar esse projeto já apreciado pelo Senado, para que pudéssemos evitar esse troca-troca de partido e manter a fidelidade partidária. Esta é a terceira ou quarta vez em que falo no Senado que parte do pagamento de recursos por líderes partidários e presidentes de siglas partidárias, o chamado mensalão, deu-se no troca-troca de partido. Não sei se nesta ou na Legislatura anterior, um parlamentar mudou de partido sete vezes, durante um único mandato. O Senador Arthur Virgílio está dizendo-me que isso ocorreu na Legislatura anterior. Isso é um absurdo! Um parlamentar que muda de partido sete vezes não tem amor a partido nenhum, tampouco aos eleitores que o elegeram. Isso tem de acabar. V. Ex^a está batendo numa tecla importantíssima. Parabéns pelo seu discurso!

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço a palavra do nobre Senador Valdir Raupp e integro-a como contribuição brilhante ao que pretendo demonstrar desta tribuna, neste momento. Concordo plenamente com V. Ex^a.

Eu ainda estava chegando ao Senado, e o trabalho do Senador Jorge Bornhausen, aqui presente,

estava indo para a Câmara dos Deputados. Tenho a mesma preocupação demonstrada por V. Ex^a, daí meu pronunciamento nesta segunda-feira.

Quando eu estava chegando de Goiânia, no meio do caminho...

(A Sra Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Sr^a Presidente, quanto tempo ainda tenho?

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a dispõe de um minuto, para concluir.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – A Presidente é rigorosa; vou obedecer a S. Ex^a.

Sr^a Presidente, gostaria de considerar lido este discurso. Se eu puder, neste minuto, gostaria de falar um pouco sobre as considerações do Senador Valdir Raupp.

Quando cheguei ao Senado e soube que o projeto já tinha ido para a Câmara, fiquei realmente preocupada. É importante que tenhamos a oportunidade de restabelecer determinados compromissos. A reforma eleitoral não é o que desejamos e precisamos, ou seja, a reforma política, mas pode, neste momento, criar condições para o trabalho de pessoas e políticos compromissados com as causas populares.

(Interrupção de som.)

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Peço-lhe só mais um minuto, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Já está concedido, Senadora Iris Araújo.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A minha sensibilidade, no momento em que as idéias foram colocadas, é justamente pela preocupação que tenho sentido. Percebo que o Brasil não agüenta mais!

Sr^s e Srs. Senadores, esta segunda-feira começou com uma invocação a Lúcio Viegas Ribeiro por parte do Senador Paulo Paim, seguido pela Senadora Ideli Salvatti. Eu estava presa ao rádio, ouvindo as considerações. Mas o Brasil precisa, urgentemente, que a reforma seja votada.

Quero terminar minhas palavras, fazendo um apelo, para que os Deputados, os Senadores, os políticos sintam essa aflição que permeia a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.
Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA IRIS DE ARAÚJO.

DA SENADORA IRIS DE ARAÚJO (PMDB-GO).

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Senadores.

Subo hoje nesta tribuna para falar de um tema que me toca muito de perto. **Refiro-me àquelas idéias que um dia alimentaram os sonhos de uma geração que não se conformou com o advento da força, mas, antes, preferiu os caminhos da luta permanente para recompor as instituições e construir uma nova Nação.**

Refiro-me **ÀS IDEIAS E AOS IDEIAIS** que nos moveram na trajetória redemocratizante até que chegássemos ao estágio atual. Faço parte daquela geração que não entregou os pontos diante da supremacia dos que assumiram o poder pela via da violência. Antes, fomos os que estabeleceram a resistência e avançamos na tarefa de vencer etapas e tudo fazer para restaurar a normalidade democrática.

Despertei para a política nos anos 60, em plena ação do golpe militar em Goiás. Vivenciamos os dias e os minutos daquela intervenção, que usava a Força Aérea Brasileira para empreender vôos rasantes sobre a cabeça de cidadãos indefesos bem no centro de Goiânia. Era a prática explícita da intimidação. O povo, assustado, corria para a Praça Cívica, onde situava-se a sede do governo estadual a ser destituído - e lá estávamos juntos. **Eu, que acabara de tirar o título de eleitor, me via, logo na estréia, diante de uma quebra terrível do que imaginava ser um regime democrático e fiquei perplexa com tamanha agressividade.**

Mas era preciso abrir os olhos. E já naquele momento histórico percebi a necessidade de agir para transformar uma realidade que se apresentava dura e cruel.

Mas o pior ainda estava por vir. Quando o Brasil se viu diante do período das cassações imposto pela ditadura militar, **compreendi mais do que nunca que a situação me obrigava a compartilhar com outras pessoas da indignação que nos unia. Abraçamos juntos aquela determinação de seguir em frente POR UM BRASIL DE LIBERDADE E JUSTIÇA.**

Senhor Presidente, este ideal que uniu a tantos num período de exceção teve um destino comum, que foi a formação de um partido político com bandeiras e plataformas bem definidas. PORQUE NAQUELE MOMENTO ERA UM IDEAL ÚNICO QUE JUNTAVA AS PESSOAS. Havia uma meta, um objetivo, um sonho, uma esperança!

Esta mobilização reunia centenas de milhares e fui privilegiada por estar justamente na linha de frente. Todos tínhamos tão somente um único objetivo: reconquistar o Estado de direito. Naquele tempo, os ideais se faziam mais fortes que os interesses pessoais. E o coletivo prevalecia.

Queríamos todos recuperar o direito de falar, de opinar, de discursar, de ir e vir. Lutávamos juntos, lado a lado, pelo direito de votar e de ser votado, pela liberdade de imprensa, pela liberdade de expressão.

E este ideal foi tão forte no coração da Nação que a sociedade brasileira se mobilizou e as ruas ficaram lotadas de gente. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, as praças foram, pouco a pouco, se enchendo por uma multidão numerosa. Esta multidão estava ali integrada em nome da confiança e da credibilidade que depositava nos líderes daquele movimento, daquele partido, daquele ideal, daquele sonho !

Senhoras e Senhores Senadores, as observações que fiz até o momento foram para situar e sublinhar a importância de uma reflexão muito importante para os dias atuais. Infelizmente, os partidos no Brasil perderam o sentido do ideal, da pureza, da firmeza de propósitos. Gradativamente, aquelas bandeiras que nos conduziam no passado foram esquecidas nas avenidas da História.

É preciso portanto, urgentemente, resgatar esta essência de partido ideal. Naquele momento, nem tão distante, havia uma bandeira de grande dimensão que abrigava todas as pessoas. Havia um ideal nacional. E esta meta foi buscada com ousadia, perservança e coragem.

Eu perguntaria, portanto, se uma bandeira tão abrangente como a luta por um Brasil de justiça continua

existindo? E DIGO QUE SIM! Porque os brasileiros continuam determinados na busca deste objetivo. Mas, infelizmente, os segmentos partidários que tínhamos a obrigação de sustentar esta bandeira, pouco a pouco fomos nos distanciando. Fomos nos desvinculando dos ideais, numa prática corriqueira que acabou quase por se transformar em regra geral.

Mas a maioria do povo continua nutrindo estes ideais nacionais que deveríamos ter a obrigação de comandar.

Assim, estamos passando por um período que poderíamos qualificar como absurdo. Os segmentos políticos que deveriam ser os guardiões do processo institucional, acabamos hoje por nos tornarmos os próprios responsáveis pela ameaça a estas instituições!

Desta forma, Senhor Presidente, é preciso refletir e modificar o curso dos acontecimentos. **E meu sentimento patriótico me leva a concluir com toda a veemência: AINDA HÁ TEMPO!!!!!!**

Mas, em que sentido a existência de partidos frágeis contribui para a instabilidade das instituições?

Uma constatação é inevitável. Sem um sistema que privilegie a representação popular enquanto critério para a legalização de siglas, continuaremos a ser vítimas desta realidade deformadora: **a existência de um grande leque de micropartidos, muitos deles constituídos unicamente para servir a um balcão de negócios inaceitável!**

Ou seja, no Brasil **formam-se partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial histórico.** O interesse é, quase sempre, durante os processos eleitorais, servirem como siglas de aluguel para que determinados segmentos possam obter maior tempo na TV para suas candidaturas majoritárias. Ou simplesmente estas legendas se comportam como abrigo para lideranças que se envolvem em confronto interno e ficam sem espaço político.

O mais terrível é constatar que esta salada partidária naturalmente não se caracteriza por possuir os fundamentos que deveriam nortear a formação de

partidos: a unidade em torno de um conjunto de idéias e a defesa de uma ação programática clara para o Brasil com o estabelecimento de um análise profunda do que temos hoje para que possa ser projeto o futuro.

Assim, Senhor Presidente, só um sistema partidário alicerçado em projetos, idéias e ideais, constituído a partir do critério da representação popular conferida nas urnas, proporcionará ao Brasil a consolidação de um regime democrático realmente forte e participativo.

Por tudo isso, quero deixar claro **que minha presença no bloco autêntico do PMDB não é uma decisão de agora, mas uma opção que fiz lá atrás, no chão raso da luta contra a ditadura, quando todo o PMDB se desenhava assim: autêntico nos seus ideais pelas liberdades, autêntico na sua determinação de transformar o Brasil, autêntico nas suas grandiosas jornadas pela paz e pela mais ampla justiça social.**

Mais do que nunca, hoje **É NECESSÁRIO RESGATAR ESTA PUREZA ORIGINAL DO PMDB,**

reforçando um perfil que julgo indispensável: manter a autenticidade sem o radicalismo de fachada, aquele tipo de comportamento político imediatista, que só visa as próximas eleições.

O PMDB deve ser radical no sentido de jamais se afastar de seus ideais por um Brasil livre da fome e da miséria. E deve se guiar sempre pela via do equilíbrio e da defesa das instituições democráticas, independente da cor dos partidos que ocasionalmente tenham assumido o comando do governo federal.

Somos privilegiados por possuirmos a representatividade delegada pela população. **Assim, torna-se urgente para os segmentos políticos repreender o nosso verdadeiro papel. É imprescindível retomar as nossas mais altas responsabilidades e lembrar a todo momento que somos o que somos porque assim o povo o permitiu.**

É imprescindível uma ação política que tenha fundamento na humildade e que afaste a empáfia que contamina a alma com a sujeira da corrupção. É preciso

dar um basta a este tipo de atitude e acentuar a compreensão de que esta cadeira no Parlamento não deve servir apenas ao conforto de nossos corpos, mas funcionem sim como poderosas armas para apontar saídas que levem nossa gente à satisfação de suas necessidades fundamentais.

Que nossas palavras não sejam meras figuras de retórica! Que nossas ações não signifiquem tão somente instrumentos do desejo de encontrar a luz dos holofotes.

Que a preocupação que nos rege esteja verdadeiramente – **eu disse verdadeiramente!** - voltada para promover a vida, para socorrer a infância desamparada, para amparar nossos idosos, para oferecer perspectivas e esperanças para nossa juventude, para garantir o crescimento econômico que gera emprego e renda que sustentam o nosso trabalhador.

A população do Brasil já ultrapassa os 180 milhões de habitantes. Uma nação emergente, um gigante que não está mais adormecido.

Dar pão a quem tem fome, dar trabalho ao desempregado, plantar uma semente de vida nova no coração do Brasil a partir da cooperação e da perseverança de todos! **É disso que o nosso povo realmente precisa para voltar a sonhar e a ter uma vida digna!**

Se trata, portanto, de dar início a uma nova empreitada de reestruturação das bases sociais deste País, fazendo com que os resultados do crescimento econômico não sirvam apenas para alimentar um processo produtivo injusto e concentrador, mas que realmente promovam a urgente e inadiável democratização das riquezas, restabelecendo a dignidade para todos.

Portanto, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, a reforma política que este País ainda haverá de fazer deve se guiar por um conceito maior, que delimita um sistema partidário autêntico, forte, responsável, equilibrado, justo e - por que não dizer? -, explicitamente contemporâneo e moderno.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shiessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, como oradora inscrita, à Senadora Ideli Salvatti.

Concederei quinze minutos, já inclusos os cinco de prorrogação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shiessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Encaminho à Mesa, Srª Presidente, para transcrição nos Anais, artigo publicado em **O Estado de S. Paulo**, de ontem, domingo, intitulado “Mil e Uma Noites”, assinado pelo ex-Ministro Pedro Malan, que apresenta uma informação muito interessante: a de que, neste quadro de caos experimentado pelo Governo Lula, precisamente o que o sustenta é a política econômica que ele herdou do Governo anterior.

Obrigado a V. Exª.

O ESTADO DE S. PAULO

Mil e Uma Noites

Pedro S. Malan

“Nós estávamos errados.” Assim mesmo, “we was wrong” no original inglês, foi a chamada de uma matéria da revista *The Economist* de algum tempo atrás. A matéria e seu título refletiam três coisas. O velho sentido de humor britânico, tanto mais simpatético quanto mais voltado para si próprio. O reconhecimento explícito, e uma boa explicação dão porquê, dos “erros” de avaliação anteriormente cometidos. E mais importante, ao misturar singulares e plurais em brincadeira, a revista deixava claro a seus leitores que assumia coletivamente as previsões que haviam sido feitas: “Nós erramos e não fomos errados.” Não sei por que este exemplo mence da infundável controvérsia sobre o tema de responsabilidades individuais e coletivas me vem à mente neste sombrio setembro de 2005, em que o governo Lula completará suas Mil e Uma Noites.

Talvez porque a altitude de alguns participantes e coadjuvantes das espantosas histórias que vêm sendo dadas a público nos últimos meses me lembram a ob-

nai, citado por Montaigne em seus *Ensaios*). Mas se esta postura, tal como criticada pelo estóico inoportuno, é velha como a metade do tempo, há exemplos recentes de outras formas de enfrentar penosas realidades.

Na semana passada, por exemplo, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, afirmou publicamente que assumia responsabilidade pessoal pelos desastres e ilícitos identificados em devastador relatório produzido por Paul Volcker sobre o programa Petróleo por Alimentos, administrado pela ONU. Disse Annan: “O relatório criticamente pessoalmente e eu aceito as críticas. As conclusões são profundamente embaraçosas para todos nós; a comissão de inquérito rasgou as cortinas e dirigiu uma dura luz sobre os mais reconditos escaninhos de nossa organização.” Volcker foi curto e direto: “Nosso mandato era o de verificar se houve incompetência na administração do programa, bem como procurar evidências da corrupção. Infelizmente, ambos foram encontrados.”

Os mais céticos dirão: não há nenhuma de novo sob o sol. Afinal, a observação de Juvenal tem cerca de 1.900 anos. Para ficar no período mais recente, o excelente livro de H. James sobre História da Europa (1914-2000) contém uma curta, mas rica seção sobre casos recentes de corrupção nos principais países europeus, que vale a pena ler. Na Europa, como nos EUA, como em

PARADOXALMENTE, É A ECONOMIA A PRINCIPAL BASE DE SUSTENTAÇÃO DO ATUAL GOVERNO

servação de um velho romano: “Ninguém acha que delinqüiu mais do que é permitido” (Juve-

qualquer país do mundo, existem tentações a que muitos não resistem (afinal, como diz o nosso moralista maior, o ser humano não falha). Mas o que diferencia os países é o grau de (in)tolerância de seus cidadãos para com ilícitos desta natureza, a efetividade com que suas instituições são capazes de assegurar a não-impunidade e a clareza com que se expressam a respeito, não apenas nos discursos como nas práticas (públicas e privadas), os representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Estamos num destes momentos-chave no Brasil, em termos de definição de responsabilidades, individuais e coletivas, pelas lamentáveis histórias que estão vindo a lhevar nos últimos meses. Há que confirmar no imortifício do aprendizado coletivo envolvido no processo e suas consequências, em termos do aumento da maturidade política e institucional do País, forçadas por uma sociedade que se moderniza. Como vem acontecendo na economia, hoje, paradoxalmente, a principal base de sustentação do governo Lula.

Na minha modesta opinião, contudo, o discurso presidencial, hoje – à la James Carville –, principalmente voltado para a economia (e procurando evitar os temas que estão, no momento, no centro da crise política em que vivem seu partido e seu governo), ainda não demonstrou reconhecer, ao menos de público, as razões do desempenho econômico do País ao longo das primeiras Mil e Uma Noites de seu governo.

Resumindo ao extremo algo que venho dizendo há tempos, são três as razões principais deste desempenho. Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não me-

nos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores, como reconheceu o ministro Palocci em sua exemplar entrevista coletiva de agosto.

Olhar para o restante de 2005, para 2006 – e adiante – significa avaliar como podem evoluir esses três conjuntos de fatores. Sobre o primeiro o Brasil não tem controle, embora a natureza das respostas do País a eventos externos sempre será importante. Mas a melhor resposta está nos outros dois conjuntos de fatores. A consolidação destes processos é a melhor forma de alcançar o objetivo em torno do qual há total consenso:

assegurar um crescimento mais acelerado e de forma sustentada por um longo tempo à frente. Entretanto, como notou o economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, em artigo recente, "...é preciso apontar o cerne da restrição ao crescimento acelerado: o baixo nível histórico do investimento na economia brasileira, inclusive em capital humano no sentido amplo, incluindo não apenas educação formal, mas conhecimento técnico e operacional, saneamento, habitação e saúde. Os investimentos que não fizemos no passado (distante ou próximo) parecem impor uma triste e pesada obrigação no governo e à sociedade".

Estas questões ligadas à redução das barreiras ao investi-

mento privado e público têm, em parte, que ver com a política monetária econômica (que, no momento de hoje, é apenas um meio para que outros objetivos possam ser alcançados), porém muito mais com as agendas macroeconômica e regulatória e com infra-estruturas institucionais e a efetividade de seu funcionamento. E são estas questões que, espero, possam não estar ausentes das discussões ao longo dos próximos 12 meses, ao fim dos quais o governo Lula terá completado Meio Um Noites e Um Ano. Haja Sherazade.♦

Pedro S. Malan, economista, foi ministro da Fazenda no governo FHC. E-mail: malan@estadao.com.br

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, por quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidente.

Srs e Srs. Senadores, há um ditado popular que, nos últimos dias, ficou um pouco abalado: o de que prisão só serve para os três pés. Penso que V. Ex^as já devem ter ouvido isso. Só vão para a prisão três pés: pobre, preto e prostituta. As prisões brasileiras, infelizmente, são o retrato desse corte classista, racista e machista da sociedade brasileira.

Por isso, determinadas ações, como aquela a que assistimos neste final de semana, têm valor emblemático muito contundente, apesar de serem muito poucas ainda, frente à realidade gritante de que basta abrir qualquer prisão brasileira, para se verem os três pés lá dentro. Prender donos de grandes empresas e de grandes lojas por sonegação ou políticos notáveis por desvio de dinheiro público não é muito usual em nosso País, mas acontece.

Podemos até promover aqui o debate, do qual poderiam participar alguns indignados pela forma como determinadas prisões são feitas. Posso até concordar com relação a determinados aparatos ou ao excesso em relação a alguns tipos de procedimentos, mas também não vejo virem à tribuna com a mesma insistência quando se trata de falar das prisões abarrotadas, da violência e da arbitrariedade quando isso ocorre com

qualquer um dos integrantes dos três pés. Todavia, quando acontece com um expoente econômico ou político, isso ocorre. É claro que não devemos fazer nenhum tipo de diferenciação na arbitrariedade ou na violência, mas, indiscutivelmente, a reação para determinadas situações é muito forte.

Antes de dar continuidade ao que me traz à tribuna, faço novamente o registro, porque a nossa Polícia Federal, sob o comando do Ministro Márcio Thomaz Bastos, desde janeiro de 2003, início do Governo Lula, já realizou 99 operações especiais, das quais 58 de combate à corrupção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

Queria que a Mesa me informasse se Delúbio Soares, Marcos Valério, Silvinho e outros foram presos. Pediria à Mesa que me informasse isso e também se a Polícia Federal já tratou dessas figuras nocivas, que roubaram o País, inclusive as entidades públicas.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador, a Presidência não tem essa informação.

Continua com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Retomando, Senadora Serys, dessas operações resultaram a prisão de 1.793 pessoas, das quais 1.228 por crime de corrupção. Desse total de 1.228 pessoas presas, 505 são servidores públicos e 71 são policiais federais envolvidos.

A Polícia Federal tem inquérito apurando denúncias de que políticos e assessores teriam recebi-

do recursos ilegais de Marcos Valério. Isso está em andamento e, portanto, temos que, juntamente com as investigações que estão sendo desenvolvidas pelo Congresso Nacional, as CPIs e o Ministério Público, ter a convicção de que as apurações chegarão aos responsáveis, comprovadamente, e que serão, efetivamente, punidos.

Por isso que, nesse final de semana, quando assistimos – quem teve a oportunidade de assistir – à prisão do Sr. Maluf e do seu filho, apesar de todas as questões sobre algum ato arbitrário da Polícia Federal na forma como foi feita, vimos que essa prisão tem um caráter emblemático, indiscutivelmente. Até porque essa decisão, tomada e executada pela Polícia Federal, foi requerida pelo Procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto, e se deu exatamente por uma conveniência da instrução criminal, já que eles estariam agindo intensamente para ocultar provas ou intimidar testemunhas que podem incriminá-los na investigação sobre os US\$161 milhões que teriam enviado ilegalmente para os Estados Unidos.

A juíza acolheu integralmente a denúncia apresentada pela Procuradoria da República e abriu processo contra os Maluf e também contra o doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, e o ex-tesoureiro da empreiteira Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira.

A prisão dos Maluf foi requerida pelo Procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto, que vê razões de sobra para que o ex-prefeito e seu filho passem longa temporada atrás das grades.

E é muito importante também lembrar que esse pedido de prisão se deve a uma operação desencadeada pela Polícia Federal, denominada Operação Hércules, que, por meio de escuta telefônica, ocorrida entre os dias 14 de junho e 20 de julho, agora recente, revelou todas essa tentativas de impedir o depoimento do doleiro Vivaldo Alves, o Birigüi, ao Ministério Público Federal. Essas conversas ajudaram a embasar o pedido de prisão de Maluf e seu filho.

É bom lembrar que essas investigações que acabaram levando agora à prisão preventiva se reportam a fatos já bastante antigos: desvios de recursos nas obras na Avenida Águas Espraiadas, no Município de São Paulo, e no túnel Ayrton Senna, executadas durante a Administração do Sr. Maluf no período de 1993 a 1996.

A estimativa é de que o Sr. Maluf tenha recebido pelo menos US\$235 milhões (R\$540 milhões) em propinas nas duas obras. No total, as obras custaram US\$1,2 bilhão, o que, em valores de hoje, corresponde a R\$2,7 bilhões. A margem da propina teria sido de 37% (R\$1 bilhão), sendo que 20% teriam sido a margem do ex-prefeito, o que totaliza R\$540 milhões.

Nessas investigações, as acusações são de crime financeiro, evasão de divisas, formação de quadrilha, corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Trata-se, indiscutivelmente, do maior desvio de dinheiro público, comprovado, na história da República brasileira.

É muito importante, ainda, registrar que em todas essas investigações desse longo período, de 1993 a 1996, o Ministério Público adotou medidas, a partir de 2001 até agora, em 2005, juntamente com a Polícia Federal, extremamente relevantes para que pudesse haver, inclusive, a possibilidade de repatriação desses recursos, quer dizer, fazer com que voltem ao País. Muitas dessas ações tiveram a atuação da nossa Prefeita Marta Suplicy e, posteriormente, também, do atual Prefeito de São Paulo, José Serra.

Registro ainda que, durante a administração da nossa Prefeita Marta Suplicy, foi feita a contratação do advogado, Dr. Grobet, que garantiu a não prescrição dos crimes cometidos por Maluf na Suíça, que é condição *sine qua non* para que possamos repatriar o dinheiro. Com relação aos recursos localizados em Londres e no paraíso fiscal de Jersey, houve a contratação do advogado Andrew Witt. Tal processo começou na gestão de Marta Suplicy e a contratação foi efetuada agora durante o Governo José Serra. Essa contratação foi realizada por meio de convênio com o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, do Ministério da Justiça. Foi a primeira experiência de convênio de cooperação com esses objetivos. Tal convênio foi realizado agora pelo Governo Lula, tendo à frente o Ministro Márcio Thomaz Bastos.

Registro que, atualmente, a CPMI dos Correios, que está também fazendo investigações sobre os recursos evadidos, que foram encaminhados, desviados, mandados para o exterior, está fazendo um trabalho conjunto com a Drª Cláudia Chagas, que é da Secretaria Nacional de Justiça. A Drª Cláudia Chagas tem nos trazido informações pertinentes ao Departamento de Recuperação de Ativos, que foi de fundamental importância nesta investigação: o rastreamento das contas, os convênios e os acordos internacionais com vários paraísos fiscais, inclusive com o governo dos Estados Unidos, para podermos descobrir as remessas ilegais de recursos e fazer as sucessivas quebras de sigilo bancário nessas contas internacionais.

O que a Drª Cláudia nos coloca é a dificuldade dos procedimentos: são demorados, longos e exaustivos. Isso porque, da mesma forma como as investigações e os mecanismos de investigar vão-se aprimorando, também a forma de tentar iludir e tentar impedir que sejam descobertas as falcaturas também se aprimoram. Portanto, cada vez fica mais demorado desmontar toda

essa rede, todo esse esquema, mas é de fundamental importância esse aprimoramento do Governo Federal, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos determinou e foi consolidado nesses últimos dois anos e meio. E este Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional tem sido fundamental, mesmo que os tempos de investigação sejam muito diferentes dos congressuais. Os tempos da investigação política feita pela CPI têm uma dinâmica, um tempo de duração, e o tempo de investigação, quando estão envolvidos recursos ao exterior tem sido obviamente mais demorado até por conta dessas tratativas internacionais, inclusive com paraísos fiscais que têm resistência absoluta – do contrário, paraísos fiscais não seriam – em fazer as quebras de sigilo.

Mas é muito importante saber que foi exatamente por conta desse tipo de procedimento que se pôde passar a ter a perspectiva não só de punir, de prender, mas de poder resgatar os recursos. E isso vale para todos: não só os investigados anteriormente como os que atualmente estão sendo investigados, bem como, talvez, os que estejam tão preocupados, porque ainda não foram presos, em podermos ter uma participação ativa, republicana, como tem sido, levada a efeito pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Nacional de Justiça, comandada pela Drª Cláudia Maria de Freitas Chagas.

Agora, da mesma forma como houve uma série de procedimentos – e fiz aqui questão de registrar que foram adotadas pela nossa Prefeita Marta Suplicy, que teve continuidade inclusive com o atual Prefeito José Serra –, é muito importante também mostrar que houve vários outros procedimentos para tentar impedir o avanço dessas investigações e, inclusive, dificultar as investigações internacionais.

Na mesma escuta telefônica que acabou viabilizando a prisão preventiva do Sr. Paulo Maluf e do seu filho, foi pego também um funcionário da Justiça, que repassou documentos para os Malufs, que, divulgando os documentos, acabaram dificultando, tendo em vista que essas quebras de sigilos internacionais são muito suscetíveis e vários países, quando vêm a público documentos confidenciais dessas quebras de sigilo, tendem a se recolher e a parar de enviar documentos ou de fornecer provas. Portanto, também o próprio funcionário, que foi pego nesse grampo telefônico das investigações, está sob a mira da área de inteligência da Polícia Federal.

Ainda gostaria de deixar aqui registrado que, nesse rastreamento dos recursos no Exterior, para nós, que estamos agora na CPI dos Correios e estamos fazendo as investigações das remessas que o Sr. Marcos Valério pode ter feito pela Bônus-Banval, pela

Guaranhuns e a própria questão das contas internacionais do Sr. Duda Mendonça, é de fundamental importância que tenhamos a colaboração e a cooperação desse Departamento de Recuperação de Ativos e da Secretaria Nacional de Justiça.

Também quero deixar registrado que muitas vezes as CPIs até nem terminam, como aconteceu no caso da CPI do Banestado, que acabou não terminando, mas foram documentos obtidos por essa CPI que permitiram, inclusive, o rastreamento de contas que chegaram agora à comprovação das contas do Sr. Maluf, como foi o caso da conta Chanani – e a Senadora Serys Shessarenko é uma das testemunhas –, porque isso estava nas investigações que estávamos fazendo na CPI do Banestado, que, infelizmente, não pôde chegar até o seu finalmente nem ter o seu relatório final votado. Muitos dos documentos, inclusive, estão ainda trancafiados aqui no Senado. Além disso, várias das informações que permitiram as investigações feitas pelo Ministério Público de São Paulo e, depois, pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal têm origem na CPI dos Precatórios.

Então, vejam bem: CPI dos Precatórios, CPI do Banestado, ou seja, é uma seqüência de investigações longas, demoradas, que permitiram que tivéssemos algo que, volto a dizer, foi emblemático, sim, e todos nós que estamos participando ativamente das investigações, de forma republicana, punindo todos os que precisarem ser punidos. Seja que de partido for, seja de que governo for, seja de que época for para nós é muito importante que tenhamos a condição de trabalhar com a tranquilidade e a responsabilidade que o momento político exige de todos nós. Até porque, para que este País deixe de ter uma prisão de “Ps” e passe a ter uma prisão de todos aqueles que cometem crimes, principalmente dos grandes crimes...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir. E não somente aqueles pequenos crimes, como infelizmente as nossas prisões estão abarrotadas de pessoas que, muitas vezes, cometem crimes para poder sobreviver, para poder sustentar a sua família. Que as prisões brasileiras sejam efetivamente destinadas a todos aqueles que cometem crimes, principalmente contra o patrimônio público brasileiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Serys Shessarenko, Suplente de Secretária, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Mestrinho.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, junto com o Senador Antonio Carlos Magalhães, envio para inclusão nos Anais da Casa a entrevista de página inteira do jornalista Valdo Cruz e Eliane Cantanhêde, com o Vice-Presidente da República, José de Alencar,

que se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir a Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – V. Ex^a será atendido conforme o Regimento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

José Alencar afirma que não vê razão para impeachment, mas que mudaria política econômica se precisasse ocupar o cargo

Vice se diz fiel a Lula, mas pronto para assumir

VALDO CRUZ

DIRETOR EXECUTIVO DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

ELIANE CANTANHÊDE

COLUNISTA DA FOLHA

Apesar de declarar que é fiel ao presidente Lula, contra o impeachment dele e que não moverá “uma palha” para prejudicá-lo, o vice-presidente da República, José Alencar, não deixa dúvidas: ele se diz pronto para assumir a Presidência na hipótese de afastamento de Lula e, nesse caso, mudar a política econômica —especificamente, baixar os juros.

“Se acontecer [o impeachment], independentemente da minha vontade, eu não abro mão do cumprimento do meu dever e não abro mão também dos meus direitos”, disse Alencar à Folha, na última quinta-feira. “É mudo a política monetária”, acrescentou.

Então, ele está pronto para assumir a Presidência? Resposta rápida: “Claro, absolutamente”, disse, ironizando a visão de que é considerado um risco, por ser um defensor radical da queda dos juros. Nesse caso, diz considerar-se um “risco santo”.

Alencar se diz contrariado com a política e com o fato de não ser ouvido dentro do governo quando o assunto é economia. “Vice não manda nada, nunca me ouviram (...) Nem o presidente”.

» O vice-presidente endossou a tese de que o presidente não soubesse de nenhum dos escândalos

no qual o partido e o governo estão envolvidos. “É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, porque viaja muito, para saber que ele não teria espaço para estar cuidando da administração partidária”, disse ele.

Para Alencar, Lula foi “vítima” do PT, que ele considera “despreparado” para assumir o governo. O vice-presidente poupou, porém, o ex-ministro José Dirceu. “Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido”, afirmou.

Sem partido desde que deixou o PL, Alencar disse não estar pensando em se filiar a nenhum partido e que para ele é “indiferente” ter condições ou não de concorrer com o ex-ministro José Dirceu. “Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido”, afirmou.

Sem partido desde que deixou o PI, Alencar disse não estar pensando em se filiar a nenhum partido e que para ele é “indiferente” ter condições ou não de concorrer nas próximas eleições.

Aos 73 anos, mas com a saúde “boa como nunca” depois de uma angioplastia, ele falou à Folha na quinta-feira passada.

★

Folha - O sr. sonha em chegar à Presidência da República?

José Alencar - Seria desonesto de minha parte dizer que não. Todo homem público tem o ideal de

chegar à Presidência. Mas eu gostaria de fazer isso desde que disputasse [uma eleição] e não mexeria uma palha para prejudicar o presidente Lula. Sou vice-presidente da República graças à eleição dele, portanto a minha posição é de apoio a ele, de lealdade a ele, para que ele recupere o seu prestígio nacional e conclua o seu governo.

Folha - Há muita pressão, ou pelo menos muita conversa, para que o sr. apóie o impeachment ou a renúncia?

Alencar - Sim, é claro que há. Eu, como vice, obviamente sou alvo dessas perguntas. Muitas pessoas pensam que eu estou ansioso para que haja um impeachment do Lula. Sinceramente, não há isso. O que não significa que eu não queira ser presidente. Gostaria de ser, com legitimidade, não assim. É claro que é legítima a substituição do presidente pelo vice, mas não mexerei uma palha para prejudicar o Lula.

Folha - E se acontecer?

Alencar - Se acontecer, independentemente da minha vontade, eu não abro mão do cumprimento do meu dever e não abro mão também dos meus direitos.

Folha - O sr. está pronto para assumir a Presidência?

Alencar - Claro, completamente.

Folha - O sr. acha que, a partir de todas essas denúncias sobre o esquema Marcos Valério, há indícios

suficientes para abrir um processo de impeachment?

Alencar - Eu não sou especialista nisso. O que eu sei é que as CPIs, o Conselho de Ética, a Polícia Federal, todos estão investigando de forma rigorosa e cabal. Não posso fazer um prejuízamento, dizer que o que está aí já seja suficiente para justificar o impeachment do presidente.

Folha - Se chegar alguma prova ao presidente, o sr. é favorável ao impeachment?

Alencar - Não, veja bem, eu não preciso ser a favor nem contra. A rigor, sou contra o impeachment do Lula. Se for inevitável, é outra coisa, isso não é pelo fato de eu ser a favor ou contra.

Folha - Pelo que o sr. conversa com ele, o sr. acha que ele sabia de tudo o que acontecia?

Alencar - Eu penso que o Lula é vítima disso.

Folha - Vítima desse processo?

Alencar - Eu acho que é ele é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente o que acontecia:

Alencar - Eu penso que o Lula é vítima disso.

Folha - Vítima desse processo?

Alencar - Eu acho que é ele é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, porque viaja muito, para saber que ele não teria espaço para estar cuidando da administração partidária.

Folha - Na sua opinião, a coisa está restrita ao PT, à campanha, ao caixa dois? E o envolvimento do governo?

Alencar - Não tem. E pelo que eu conheço e que está posto aí pelas investigações das CPIs, o contato direto do Marcos Valério era o dr.

Delúbio, professor Delúbio, não era outra pessoa.

Folha - O que o sr. quis dizer com "despreparo do PT"?

Alencar - Realmente foi um despropósito tudo isso que aconteceu. Se uma empresa deseja contribuir para uma campanha eleitoral, essa contribuição deve ser rigorosamente correta, de acordo com a lei, mesmo porque não há proibição legal para que uma empresa participe de uma campanha eleitoral, não há razão para se fazer esta doação fora da lei, sem registro. Nem de parte da empresa nem de parte do partido. Então isso é um despreparo brutal, para não dizer uma irresponsabilidade de quem doou e de quem recebeu.

Folha - O sr. não acredita na versão dos empréstimos, então?

Alencar - Eu não quero entrar nesses detalhes, mas, pela experiência que eu tenho na área, eu não tenho dúvida de que esses empréstimos têm que ser vistos com desconfiança. Não sei como é que seriam, qual a razão desses empréstimos, como foram feitos, de onde veio esse dinheiro.

Folha - O sr. vinha dizendo que, pela experiência do sr...

Alencar - Pela minha experiência, é muito difícil que um banco faça empréstimos assim, sem garantia absoluta, é muito difícil.

Folha - O sr. conhecia Marcos Valério?

Alencar - Essa pergunta já me foi feita. Eu até fiz um esforço para ver se algum dia eu fui, pelo menos, apresentado a ele. Pode ser que que tenha sido, mas não me lembro.

Folha - O sr. nunca ouviu falar que ele era assim...

Alencar - Não, não. Mesmo porque eu não tenho nenhuma militância nessa área, minhas coisas são rigorosamente todas por dentro, por dentro da lei. Eu ouvi grandes homens públicos de Mi-

VÍTIMA

Eu acho que ele [Lula] é vítima de todo esse despreparo da administração do seu partido. É só conhecer a agenda do presidente, não só interna como externamente, (...) para saber que ele não teria espaço para (...) administração partidária. Acho que a maior vítima nacional desse quadro que está aí é o Lula.

...ele era assim...

Alencar - Não, não. Mesmo porque eu não tenho nenhuma militância nessa área, minhas coisas são rigorosamente todas por dentro, por dentro da lei. Eu ouvi grandes homens públicos de Minas dizerem no passado: "Fora da lei não há salvação".

Folha - E o papel do ministro José Dirceu, que recebia todas essas pessoas em seu gabinete no Planalto e acabou caindo?

Alencar - Pelo que a gente sabe, ele não está envolvido.

Folha - O sr. acredita que ele não esteja? O Roberto Jefferson denunciou e a CPI suspeita que ele era o chefe do esquema.

Alencar - Sim, mas isso aí é o seguinte: é uma alegação. Está escrito, me parece no Código de Processo Civil, que o ônus da prova é de quem alega, e não me cabe fazer julgamento de quem quer que seja, muito menos "a priori". O julgamento é eminentemente político, não é julgamento, vamos dizer, do Judiciário. Então os critérios são políticos.

Folha - O sr. arriscaria um palpite de quantos deputados serão cassados?

Alencar - Vai depender. Não posso pedir pena branca nem rigorosa, mas torço por uma pena justa. Cada caso é um caso. Todo mundo sabe que há diferença e saberão muito mais os que estão mais próximos do caso, tanto na CPI como no Conselho de Ética.

Folha - Há uso evidentemente político dessa crise por parte da oposição, do PSDB e do PFL principalmente?

Alencar - Se estiver havendo, isto não é novidade, considerando tratar-se de um critério eminentemente político. O grande problema disso é que acabou afetando, queiramos ou não, todo o campo político e todos nós que militamos na política. Essa foi uma das grandes razões pelas quais eu me desfiliei. A contrariedade, o desconforto com que eu fiquei é justamente porque nós todos fomos atingidos, nunca podíamos ima-

ginar que houvesse tanta coisa, é um absurdo.

Folha - O sr. está contrariado com a política em geral ou com o PL em particular?

Alencar - Eu estava muito contrariado com tudo. Não é apenas com o partido, não, é com o quadro. Tanto que eu não me filiei nem estou preocupado em filiação. Para mim é absolutamente indiferente ter condições ou não de disputar uma eleição no ano que vem.

Folha - Existe essa hipótese, de o sr. Tanto que eu não me filiei nem estou preocupado em filiação. Para mim é absolutamente indiferente ter condições ou não de disputar uma eleição no ano que vem.

Folha - Existe essa hipótese, de o sr. não concorrer?

Alencar - Essa hipótese era a única que existia no momento em que eu tomei a decisão de me afastar [do partido]. Estava sentindo desconforto total.

Folha - Qual o gru de responsabilidade do Lula e do PT nesse desídio na política?

Alencar - Eu acho que a maior vítima nacional desse quadro que tá aí é o Lula.

Folha - E o PT é o maior artífice?

Alencar - O PT é responsável por isso. Grande parte do PT é grandemente responsável por essa quadra que está aí, e não só o PT, só afetou vários partidos.

Folha - O seu PL...

Alencar - Foi afiado, claro. Não só o PL, outros partidos também foram afetados, todo mundo sabe isso.

Folha - Em tese, quais são as opções partidárias que o sr. tem?

Alencar - Muitos partidos já me procuraram e têm me procurado. O que posso dizer é que não estou pensando em filiação, isso não passou pela minha cabeça.

Folha - O sr. tem disposição para disputar a Presidência em 2006?

Alencar - Nesse mundo, ninguém sabe o que vai acontecer da-

ui para a frente. Tudo muda, mas a política não muda mais ainda. Tudo pode acontecer.

Folha - E a saúde, como está?

Alencar - Boa como nunca. Fizma angioplastia com aplicação de um "stent" [cola que impede a obstrução das artérias], e eles me disseram que estou zerado.

Folha - Falando em zerado, o sr. sabe para onde fizeram os R\$ 10 milhões que o PT deu para o PL por meio do Marcos Valério?

Alencar - Como? Do PT? Essa pergunta tem que ser feita ao partido, não a mim. Isso não passou em a mil quilômetros da minha casa. Quem me conhece sabe que não existem essas coisas na minha vida.

Folha - O PL está sob suspeita, erdeu a Vice-Presidência da República, seu presidente renunciou ao mandato de deputado federal. Que futuro o sr. vê para o PL?

Alencar - Eu me retirei porque me sentia desconfortável com o quadro criado. Essa crise política é brutal, afetou a todos nós que estamos na vida pública. Para ser exato, quando eu me desfiliei, não foi com o sentimento de optar por outro partido, mas de sair da vida pública mesmo. Mas tenho muitos amigos de vários partidos que falam que não posso fazer isso, que tenho que pensar neles também. Então, estou dividido.

Folha - O "risco Alencar" existe?

Alencar - Ironia do destino. Todo mundo fala que o Lula fez aliança comigo porque eu representava segurança e não risco, justamente para isso que se chama mercado. Hoje, dizem que eu sou o risco. Isso não é estranho?

Folha - O sr. é ou não um risco?

do mundo fala que o Lula fez aliança comigo porque eu representava segurança e não risco, justamente para isso que se chama mercado. Hoje, dizem que eu sou o risco. Isso não é estranho?

Folha - O sr. é ou não um risco?

Alencar - Devo ser, uai! Não dizem que a voz do povo é a voz de

Deus? Eu me orgulho muito de ser um risco pelo que me atribuem, porque esse é um risco santo. Não há ninguém que pugne mais pelo desenvolvimento do meu país do que eu. Eu não me conformo com a estagnação, senão eu continuaria como bom vendedor, bom comerciante, na melhor hipótese. Você não pode aceitar de maneira nenhuma que um país como o Brasil arque com uma taxa de juros dez vezes superior à média internacional. É um despróprio, um desperdício. Cada um dos 180 milhões de brasileiros está pagando essa conta. Ela está errada.

Folha - Na eventualidade de ter de assumir a Presidência, o sr. muda-nos a política econômica?

Alencar - Mudo essa política monetária, assessorando pelos economistas mais brilhantes e mais experientes do meu país. Imediatamente, os convidaria.

Folha - O Paulo Nogueira Batista, por exemplo?

Alencar - Ele é um deles. E aviso que sou um risco, sim, porque não vou permitir que um cidadão contrate uma obra nem por duas vezes o seu preço no mercado. E é a mesma coisa. Nós temos que denunciar isso.

Folha - Mas é o próprio governo que faz.

Alencar - Porque o vice não manda nada. Vice pede com empenho, com dedicação e com responsabilidade, e eu tenho pedido

todo o tempo do nosso governo. Nunca me ouviram.

Folha - Quem?

Alencar - Nem o próprio presidente. Ele está consciente de que essa política está correta, e é claro que discordo dele. Não posso concordar com uma coisa dessas, que é jogar dinheiro pela janela.

Folha - O sr. tem boas relações na área empresarial, na mídia, no Congresso e, agora, na área militar. Se assumir e imediatamente baixar os juros, há quem veja o "risco" de o sr. virar um candidato imbatível em 2006.

Alencar - Esse é mais um motivo para que ninguém me queira. Mas, voltando, eu sugeri para o presidente que reunisse economistas de um lado e de outro, durante o tempo necessário, até fazer um juízo. Tem alguma coisa

O nosso discurso de campanha [da coligação PT-PL] não assumiu o poder. Nós seguimos a política econômica que estava aí e que éramos contra, porque o país quase quebrou naqueles anos do Gustavo Franco [presidente do BC de 1997 a 1999] no Banco Central. Só não quebrou porque Deus é brasileiro.

Alencar - Esse é mais um motivo para que ninguém me queira. Mas, voltando, eu sugeri para o presidente que reunisse economistas de um lado e de outro, durante o tempo necessário, até fazer um juízo. Tem alguma coisa de errado nisso?

Folha - O que ele respondeu?

Alencar - Não me lembro. Provavelmente, nem respondeu.

Folha - O sr. foi a única pessoa do governo que manteve o discurso

feito pelo PT na campanha?

Alencar - O nosso discurso de campanha não assumiu o poder. Nós seguimos a política econômica que estava aí e que éramos contra, porque o país quase quebrou naqueles anos do Gustavo Franco no Banco Central. Só não quebrou porque Deus é brasileiro.

Folha - O presidente acha que o desempenho da economia será suficiente para reelegê-lo, mas a popularidade vem caindo. Quais são as chances de reeleição dele?

Alencar - As chances dele são muito grandes. A popularidade está caindo, mas, mesmo assim, é muito alta. Essas quedas são naturais em momentos mais difíceis, mas ele poderá sair vitorioso de tudo isso. Acredito, sinceramente. E não só acredito, como torço, porque o Lula é um homem de bem. Essas coisas todas não alcançam a autoridade moral do Lula perante a Nação. O Lula é correto. O Lula e a família. Dona Marisa é uma mãe de família exemplar. Estarei leal a eles até o fim.

Folha - O sr. também é ministro da Defesa. Como os militares acompanham tudo isso?

Alencar - Não temos conversado sobre esses assuntos, mas, como brasileiros, eles estão tão preocupados como qualquer pessoa de bem. Eles são homens de elevado interesse nacional e é claro que tudo isso preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tenho vários temas para tratar aqui, hoje, mas vou iniciar falando de uma questão que muito preocupa os nossos quase seis mil Municípios pelo Brasil afora.

Ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de agosto, no Estado do Rio de Janeiro, a “Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro” promovida pela Confederação Nacional dos Municípios, que reuniu todos os representantes de associações estaduais. Nessa importante conferência, dentre outras deliberações, ficou decidido que no dia 12 de setembro de 2005, portanto hoje, estariam reunidos, simultaneamente em todo o País, as associações dos Municípios de cada unidade federativa com a sua respectiva Bancada Federal.

Estive hoje pela manhã na Associação Mato-grossense dos Municípios de Cuiabá, às 9 horas, e me coloquei à disposição dos prefeitos para lutar pelas suas justas e antigas reivindicações e pela aprovação de projetos de interesse dos Municípios brasileiros no Congresso Nacional, especialmente aqueles que descentralizam recursos da União. Reuniões idênticas estão ocorrendo hoje em todas as associações dos Municípios de todos os Estados da Federação brasileira.

Quero aqui saudar o nosso presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, o Prefeito tão conhecido carinhosamente por Cidinho, que conseguiu realmente colocar, hoje, na Associação Mato-Grossense dos Municípios de Mato Grosso, a grande maioria dos prefeitos para discutir com a nossa Bancada Federal do Estado de Mato Grosso. Lá estivemos pela manhã e a discussão foi extremamente profícua. Por esse motivo, gostaria de registrar esse acontecimento desta tribuna.

Eu, que nos meses de julho, agosto e, agora, em setembro, já percorri quase 100 Municípios do meu Estado do Mato Grosso, pude constatar **in loco** a penúria desses entes da Federação. Os gastos com folha de pagamento de pessoal e dívidas contraídas por administrações anteriores impedem qualquer forma de investimento, colocando, paradoxalmente, como bom administrador aquele prefeito que consegue pagar em dia seu pessoal, fazer a varrição das ruas e vai ficando por aí.

Somos um País rico, mas com um modelo centralizador de recursos pela União que vem massacrandos cada vez mais os Municípios brasileiros. Deixar o di-

nheiro em Brasília é sacrificar o povo; arrochar ainda mais as prefeituras é diminuir diretamente a sua capacidade de investimento. Por isso, Srs e Srs. Senadores, uma das mais justas e necessárias reivindicações dos Municípios brasileiros trata do aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 22,5% para 23,5%, previsto no projeto da reforma tributária. A aprovação desse item poderá representar para os Municípios um incremento de receita cerca de R\$1,4 bilhão por ano, importante, pois afinal são eles que trabalham com o cotidiano do cidadão. As prefeituras não podem deixar de fornecer remédios, dar atenção básica à saúde, não podem deixar de fazer o transporte escolar, não podem deixar de recolher o lixo e de atender à creche. Injusto, portanto, que a União concentre em Brasília 61% de tudo que é arrecadado no País e os Municípios, que tinham 19% da arrecadação nacional, há dez anos, tenham caído para insuficientes 14%.

Daí, Srs e Srs. Senadores, o nosso empenho. Sabemos que já fizemos a nossa parte, que o Senado da República já fez a sua parte, votando parte da reforma tributária, que se encontra na Câmara Federal. E acreditamos que se faz necessária, o mais rápido possível, a votação, especialmente dessa parte da reforma tributária que aumenta em 1% o FPM.

Ainda sobre a questão dos Municípios – meu discurso é bastante grande; gostaria de pedir ao Presidente, Senador Gilberto Mestrinho, que seja registrado, na íntegra, nos Anais do Senado, pois tenho que falar de outros assuntos ainda –, além da reivindicação de 1% do FPM, os prefeitos estão discutindo também outros assuntos de interesse dos Municípios, como a criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento, o parcelamento de débitos junto ao INSS, o pagamento com precatórios, a isenção de IPI e ICMS na aquisição de equipamentos pelas prefeituras, a dívida ativa e a reavaliação da distribuição do ICMS por meio de leis aprovadas pelas Assembléias Legislativas. Os prefeitos aguardam com expectativa a aprovação da transferência desses recursos, que poderão auxiliar as administrações municipais no pagamento do 13º salário dos servidores. Espero que a Câmara Federal possa, com a agilidade necessária, contribuir com nossos Municípios brasileiros.

Para encerrar parte desta minha fala, Sr. Presidente, devo anunciar que, nos dias 27 e 28 deste mês, será realizada uma grande mobilização em Brasília, com a presença de todos os prefeitos do País. Os prefeitos vão informar as dificuldades vividas nos Municípios, visto que muitos não têm mais como oferecer serviços sem uma contrapartida maior, como, por exemplo, esse 1% no aumento do FPM.

Quero fazer agora um breve pronunciamento sobre um grande encontro que está ocorrendo na minha cidade de Cuiabá, no Estado de Mato Grosso. Os Auditores Fiscais do Trabalho estão reunidos em Cuiabá para o XXIII Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Enafit. Ontem, estive na abertura desse congresso, que realmente conta com uma representação extremamente significativa do Brasil como um todo e especialmente do nosso Estado de Mato Grosso.

O Enafit foi realizado pela primeira vez em 1982, em Belo Horizonte. Os auditores do trabalho são os profissionais responsáveis por fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, mediar conflitos nas relações de trabalho, combater o trabalho escravo e o trabalho infantil e todas as formas de discriminação no trabalho, proteger os trabalhadores com a fiscalização da segurança e saúde no ambiente de trabalho, além de fiscalizar o recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, uma importante fonte de recursos para o financiamento da habitação popular, infra-estrutura urbana e saneamento básico.

O Encontro, realizado pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – Sinait, e pela entidade estadual, este ano, a Associação Mato-Grossense de AFTs, acontece anualmente e trata de questões relacionadas ao mundo do trabalho de forma geral e da Inspeção do Trabalho em particular. Dos encontros saem propostas que orientam as lutas gerais e específicas dos Auditores Fiscais do Trabalho, por meio da entidade de classe.

Os Auditores Fiscais do Trabalho estão em luta pela melhoria de suas condições de trabalho que, defasadas em muitos casos, comprometem sua segurança e privacidade. Eles também reivindicam medidas de segurança para que não aconteçam mais casos como o assassinato ocorrido em janeiro de 2004, em Unaí, Minas Gerais, em que quatro servidores do Ministério do Trabalho e Emprego foram mortos em uma emboscada na zona rural.

E aqui deixo registrada a minha indignação pelo **habeas corpus** de soltura, nestes dias, do Sr. Norberto Mânicca, que é o mandante desse hediondo crime. O réu está solto; o mandante está solto, infelizmente.

A categoria dos fiscais realiza um trabalho fundamental nesta sociedade tão desigual, em que a correlação de forças nas relações de trabalho são ainda tão fortemente desvantajosas para os trabalhadores. A categoria merece ser mais valorizada pelo Estado e pela sociedade. O reconhecimento, muitas vezes, vem de fora, de organismos internacionais que acompanham o trabalho e desenvolvem programas em parceria. Neste nosso País de dimensões continentais e regiões quase inacessíveis, muitas vezes é o Auditor

Fiscal, braço do Estado, a única esperança do trabalhador. Com todas as dificuldades e carências, a nossa Inspeção do Trabalho ainda é uma das mais fortes do mundo, com resultados nunca alcançados em outros países. Esse é o caso do combate ao trabalho escravo, por meio dos Grupos Móveis de Fiscalização, que se embrenham em matas e florestas, enfrentam todo o tipo de adversidades e hostilidades de quem realiza essa prática na certeza da impunidade. A ação firme e determinada da Inspeção do Trabalho, inclusive se cercando de mecanismos que esta Casa, o Congresso Nacional, pode ajudar a consolidar é que tem dado a visibilidade a um problema que, em pleno Século XXI, não deveria mais existir, sob qualquer forma.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Serlys Slhessarenko?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Vinha ouvindo o belo discurso de V. Ex^a e agora estou vendo a própria figura, a beleza de Senadora que o Mato Grosso nos mandou. Sei que V. Ex^a tenta, com muita inteligência, garra e fibra, resolver os problemas do País. A bem da verdade, na mesma defesa, alio-me aos prefeitos – porque fui “prefeitinho” –, valorizo-os e sei da missão deles em governar os seus, a mulher, os filhos, a avó, os amigos, todo mundo. Isso diz respeito à Constituição, que está aqui, que Ulysses beijou e disse que desobedecer à Constituição é o mesmo que rasgar a bandeira e desonrar a Pátria. É claro que 54% do bolo seria para a União, no caso, o Presidente da República, Lula; 22,5% para os Estados; 21,5% para os Municípios; e 2% para os fundos constitucionais. Deu no que deu! Garfaram o dinheiro merecido que ia para os Municípios. Nós moramos nos Municípios, e não nos Estados nem no Alvorada.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O projeto que dispõe sobre o repasse de mais 1% para o FPM está na Câmara dos Deputados. Esperamos que aquela Casa acelere a votação.

Com relação à Inspeção do Trabalho, sobre o grande encontro de Auditores Fiscais do Trabalho que está ocorrendo na capital de Mato Grosso, digo que eles merecem todo o nosso respeito e a nossa determinação. Devemos buscar facilitar o trabalho dessa categoria tão importante.

Desejo sucesso a todos os senhores que estão reunidos no Estado de Mato Grosso. Que o encontro e as discussões tragam luz para seus próprios desafios e também sirvam para ajudar a construir um mundo melhor, com trabalho para todos e principalmente com igualdade no tratamento da questão. Infelizmen-

te, como diz o velho ditado, a corda geralmente rói do lado dos mais fracos.

Os auditores do trabalho no País estão fazendo um grande e corajoso trabalho e, por vezes, perdendo a própria vida. Foi o caso daqueles que foram, vil e covardemente, assassinados em Unaí. Aliás, já deixei registrado, aqui, o meu protesto e a minha indignação pela libertação do mandante do crime, o Mânicá.

No pouco tempo que me resta, gostaria de registrar também que, no último fim de semana, estive em vários Municípios do meu Estado, como Rio Branco, Porto Esperidião, Cáceres – inclusive, visitei o interior do Município de Cáceres. Estivemos reunidos com assentados dos assentamentos Nova Esperança, Jatobá e Rancho da Saudade, para acompanhar a reabertura das estradas – que estavam em péssimas condições e que, agora, estão com boa qualidade – e, principalmente, o lançamento da construção de alguns poços artesianos na região. Falo de um assentamento que foi feito há cinco anos em um lugar sem água. É muito difícil para o Governo Lula fazer reforma agrária daqui para a frente, pois tem de socorrer aqueles assentados que, infelizmente, no Governo passado, ficaram sem estradas, sem moradia, sem energia, sem água, sem regularização dos lotes. Foram, simplesmente, jogados na terra sem as mínimas condições.

E o nosso Governo está restabelecendo o mínimo de dignidade que deve ser dado a cada sem-terra, que, ao receber a terra, deve receber também moradia, energia, água, estrada e as mínimas condições para produzir com dignidade para si e para sua família.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Mestrinho. PMDB – AM) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio. S. Ex^a dispõe 15 minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR.
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO
DO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2005, QUE,
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO,
SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Gilberto Mestrinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Sobre a mesa, expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício GSCB nº 8-214/2005

Brasília, 7 de setembro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador Renan Calheiros

Assunto: Comunica desligamento do Partido dos Trabalhadores – PT.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a meu desligamento do Partido dos Trabalhadores – PT, a partir desta data.

Atenciosamente, – **Cristovam Buarque**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. PMDB – RO)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Bornhausen, por quinze minutos.

O SR. JORGE BORNHAUSEN (PFL – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não venho à tribuna para comentar a crise. Ouvi com muita atenção o Senador Antonio Carlos Magalhães, que resumiu de forma muito inteligente a situação que vivemos. A crise tem nome. A crise chama-se Lula. Venho trazer uma preocupação que diz respeito ao processo de tramitação da reforma política, em andamento na Câmara dos Deputados, e da reforma do sistema eleitoral.

O prazo para modificações termina no dia 30 de setembro e, evidentemente, olhando a pauta da Câmara dos Deputados e a crise em torno do seu Presidente, fica muito difícil a possibilidade de termos votada a proposta do Senado que modifica o sistema eleitoral, pois cerca de oito medidas provisórias, dois projetos com prioridade constitucional e, ainda, processos de cassação de mandatos poderão ser, nesta semana, também objeto de votação na Câmara dos Deputados.

Isso me fez, neste final de semana, meditar muito sobre o assunto. Vamos pedir aos nossos Líderes na Câmara dos Deputados para que efetivem, com modificações, com aprimoramentos, com tempo de retorno a esta Casa, para que possa haver a promulgação da lei, um grande esforço para essa alteração no sistema eleitoral, mas cada vez mais me convenço de que uma reforma política, embora pareça fácil, é sempre muito difícil.

Essa luta, que vem desde 1995, liderada pelo Senador Marco Maciel, à época Vice-Presidente da República, sem dúvida alguma, tem demonstrado que, de uma maneira ou de outra, existe uma barreira, especialmente posta por aqueles que desejam um balcão de negócios no sentido de não se fazer uma reforma política adequada. Penso que não a teremos.

As chances passarão a existir a partir de 2007, quando, depois da aplicação da Cláusula de Desempenho, tivermos um número de Partidos menor – quatro, cinco ou seis – e pudermos, então, numa roda de consciência entre os dirigentes partidários e as Bancadas, ter uma solução.

Vi, com satisfação, que o Tribunal Superior Eleitoral apresentou sugestões oportunas, as quais li neste final de semana, especialmente no que diz respeito às penas, possibilidade que temos de, certamente, alterar, ajustar e modernizar depois do dia 30 de setembro, já que não se trata de matéria eleitoral propriamente dita.

Partindo das declarações do eminentíssimo Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso, passei a meditar sobre a hipótese de podermos, com a contribuição daquele Tribunal, encontrar uma solução para a reforma eleitoral e política. Cheguei à conclusão de que a mesma solução, que poderia servir para que o Tribunal comandasse uma reforma – e, portanto, um órgão isento para tal –, serviria também para que o Supremo e os Tribunais Superiores estabelecessem normas legais que fizessem com que a tramitação dos processos judiciais não levasse o tempo que hoje leva, pois essa situação é realmente um suplício para os que precisam litigar. Além disso, essa lentidão traz grave prejuízo ao País, quer no seu risco político, quer, até mesmo, pela falta de segurança jurídica, na agilidade do Poder Judiciário, gerando até influências na formação da taxa de juros.

Analizando a Constituição neste final de semana, procurei encontrar um caminho que pudesse dar um curso àquilo que a sociedade brasileira deseja – a agilidade no Poder Judiciário – e àquilo que a classe política, na sua maioria, Partidos e componentes do Executivo e do Legislativo, pretende – a reforma política. E deparei-me com uma solução que pode vir a ser acolhida e que, no meu entender, dará condições de termos esses aprimoramentos desejados pela sociedade brasileira.

O art. 68 da Constituição Federal estabelece o sistema das leis delegadas e dá a prerrogativa dessas leis ao Presidente da República.

Evidentemente, se, por um instrumento de emenda constitucional, viermos a acrescentar ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais Superiores essa prerrogativa da lei delegada, teremos a facilidade de encontrar esses caminhos, fazendo com que essa delegação seja relativa ao Direito Processual, ao Direito Penal, ao Direito Eleitoral e Partidário, ao Direito Civil e ao Direito do Trabalho. Com isso, poderiam os Tribunais Superiores solicitar ao Congresso Nacional lei delegada para poder, mediante critérios de justiça de

que são sabedores e capazes, apresentar soluções para a reforma político-partidária e também para o emaranhado de leis que hoje dão oportunidades à protelação de todo o processo judiciário. O Judiciário – o Supremo, o STJ, o TSE – poderia solicitar ao Congresso Nacional uma lei delegada. Estudá-la, colocá-la de forma apropriada e remetê-la para o referendo do Congresso Nacional.

Se continuarmos a discutir a reforma política, cada um olhando para o seu caso pessoal, muito demoraremos para encontrar um caminho adequado e uma reforma mais profunda. Mas se, por meio de emenda constitucional, viermos a dar a oportunidade de uma Casa isenta, que tem responsabilidades ao apresentar uma lei para referendo no Congresso Nacional, certamente, teremos uma Justiça melhor e uma eleição mais limpa e transparente já em 2008.

Portanto, quero dizer a esta Casa que, chegando a essa conclusão e sentindo a necessidade não de abandonar aquilo que propus em termos de sistema eleitoral – que foge à nossa responsabilidade vê-lo aprovado a tempo – mas de dar essa nova solução, que venha definitivamente trazer condições para que haja uma justiça ágil, que beneficie o cidadão simples deste País e que haja também uma lei eleitoral e uma lei partidária adequadas à realidade brasileira.

Por isso, estou anunciando hoje essa Proposta de Emenda Constitucional ao art. 68 da atual Constituição brasileira. A partir de amanhã, irei procurar os eminentes Senadores e Senadoras para obter o apoio necessário de S. Ex^{as}s, um terço das assinaturas, para que seja iniciada a tramitação dessa emenda à Constituição que poderá vir a ser a solução para males que não temos a agilidade e a rapidez para enfrentar.

Não posso deixar de prestar uma homenagem ao Senador José Jorge, que conseguiu a reforma constitucional do Poder Judiciário. Mas a parte relativa às leis infraconstitucionais precisa ser agilizada. Ninguém melhor do que o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores para apresentarem a devida solução.

Com isso, anuncio aos meus Pares que, a partir de amanhã, na tarefa de melhorar a Constituição e permitir a agilidade da justiça e a reforma política definitiva, irei procurar cada uma das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores para assinatura da Proposta de Emenda à Constituição ao art. 68 da Constituição brasileira.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Jorge Bornhausen, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos.

O próximo orador inscrito é o Senador José Agripino. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Mão Santa e ao Senador Efraim Moraes, sob a Presidente do Senador Mão Santa.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento sobre a vida, gostaria de dizer ao povo de Rondônia, ao povo do Norte do Brasil, que finalmente conseguimos a licença ambiental tão esperada para a construção do gasoduto Urucu–Porto Velho. Foram mais de três anos de uma longa espera, mas, afinal, essa licença, com muito custo, foi emitida. Talvez, se há mais tempo, há três anos, tivesse sido liberada, o gasoduto estaria pronto, teria gerado emprego, renda, outras obras importantes teriam surgido e o pronunciamento que faço agora até perdesse um pouco o sentido, pois vou falar sobre as dificuldades do povo da nossa capital de Rondônia, Porto Velho.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, qual é a importância de uma vida? Que relevância possui uma simples vida individual diante da totalidade de existências pertencentes à espécie humana? Aos tiranos, a resposta é clara: uma vida, individualmente considerada, não possui nenhum valor, diante de imperativos coletivos superiores, como a Nação, o Estado, o Partido. Para as ideologias coletivistas, a perda de uma pessoa, ainda que dolorosa para aqueles que a cercam, sua família e seus amigos, nada representa diante de um projeto superior que, finalmente, beneficiaria o grupo como um todo.

As grandes tragédias históricas do século XX tiveram sua origem nessa crença. Se acreditamos que o indivíduo é dispensável, logo passaremos a ostentar o cinismo de acreditar que, como disse Stalin, “a morte de milhões é apenas uma estatística”. Daí a vislumbrar a supressão pura e simples de largos contingentes de seres humanos é apenas um passo.

Os valores democráticos, por outro lado, sempre acreditaram na importância e na preservação de cada vida individual. Cada pessoa tem o direito soberano de viver, de ter garantida sua existência em face de ameaças advindas da coletividade, do Poder Público ou do poder econômico.

Mesmo nas sociedades democráticas, no entanto, a vida individual tem sido fortemente desvalorizada. A prevalência do individualismo exacerbado leva à indiferença em face dos sofrimentos de nossos semelhantes. O consumismo irresponsável anestesia as consciências, limitando a existência à simples busca pelo prazer narcisista imediato.

Sr. Presidente, a precariedade dos dados sociais brasileiros é amplamente conhecida e lamentada. Nem sempre, no entanto, as pessoas que reclamam da violência, da fome e da miséria são capazes de vislumbrar que, debaixo dos números impressos, há pessoas reais; que cada algarismo representa a morte de uma pessoa única e, para seus próximos, insubstituível.

Para que o combate à nossa desigualdade social seja efetivo, não podemos nos esquecer disso. Nossa ação deve se guiar pela consciência de que o fim último a ser atingido são as pessoas e não uma idéia abstrata de bem-estar social.

Por essa razão, Srs. Senadores, é extremamente louvável a iniciativa do Projeto Amor e Vida, desenvolvida em Porto Velho.

Nas últimas décadas, a capital de meu Estado conheceu intensa expansão urbana, atingindo, em 2004, a população estimada de 400 mil habitantes. Esse crescimento ocorreu de forma explosiva e desordenada.

Muitas pessoas, na busca por uma vida melhor, terminaram por se instalar nos arredores das cidades, constituindo bolsões de pobreza extrema, destituídos de infra-estrutura e de condições sanitárias adequadas.

Dentro desse grupo desprivilegiado, há, ainda, parcelas em condição de extrema vulnerabilidade, que se encontram no ponto mais desesperador do espectro da exclusão social.

Particularmente as crianças originárias de famílias desestruturadas ou, ainda, resultantes da gravidez indesejada de mães sem situação financeira definida encontram-se em situação de risco de desnutrição, de doença e de morte.

É justamente esse o grupo atendido pelo Projeto Amor e Vida, desenvolvido pela Associação Madre Assunta Marchetti. Em sua sede própria, no bairro Igarapé, o Projeto oferece atendimento individual a crianças em risco iminente de morte, particularmente as desnutridas, as desidratadas, as portadoras do vírus HIV e as que apresentam moléstias bronco-pulmonares.

Senador Mão Santa, V. Ex^a sabe muito bem o que são milhares de crianças vivendo em condição de miséria.

Trata-se de uma intervenção direta, destinada a impedir o agravamento terminal da situação da criança, a reverter o quadro negativo e a gerar um impacto positivo permanente em suas condições de vida.

Para tanto, o projeto abrange um conjunto abrangente de ações: atendimento pediátrico, fornecimento de medicamentos e de complementação nutricional, educação sanitária e supervisão das condições sociais da família.

Durante o período de internação na Casa de Apoio, a criança recebe atenção integral, ao mesmo tempo em que sua família, ou responsável, é instruída nos cuidados essenciais para a sua criação.

O Projeto, em conjunto com as autoridades competentes, busca ainda a inserção da criança em nova família, nos casos de abandono. Também atua na capacitação de agentes comunitários no preparo de alimentos alternativos e na disseminação de técnicas de medicina caseira, como a utilização de chás e banhos medicinais, criando um círculo virtuoso de aprendizado social, de efeitos muito mais amplos que os de sua atuação direta.

Toda essa atividade foi mantida exclusivamente, até pouco tempo atrás, pelo trabalho e pelas doações de cerca de 25 voluntários, sem qualquer apoio do Governo ou de entidades privadas.

A despeito das dificuldades decorrentes da falta de recursos, os abnegados participantes lograram construir uma estrutura e um registro de serviços excelentes, atendendo uma porcentagem significativa de um público-alvo estimado em quatro mil crianças.

Recentemente, por meio do trabalho persistente do Dr. Paulo Roberto Lamego, Conselheiro Permanente da Associação e seu principal porta-voz, o Projeto Amor e Vida foi aprovado pela Unesco e passará a receber parcela dos recursos coletados pelo Programa Criança Esperança, promovido em parceria com a Rede Globo de Televisão.

Pela primeira vez, no Estado de Rondônia, uma instituição se capacitou a receber esses recursos, que certamente serão bem aplicados e a ajudarão a atingir suas metas de atendimento. Essas metas, longe de serem irrealistas, preenchem um papel social inestimável, por representarem um auxílio essencial à camada social mais vulnerável entre todas, a dos mais desprotegidos entre os desprotegidos.

Cumpre, assim, uma função emergencial decorrente da ausência de uma política pública para a infância, a que nem o Governo Estadual – talvez mais preocupado em cassar inimigos imaginários – nem o Governo Municipal – quiçá paralisado por suas atividades administrativas – têm oferecido apoio.

Sr. Presidente, o trabalho desses voluntários – além do Dr. Paulo Lamego, cito a Irmã Lorena Fanini, a Srª Terezinha Andrade, o Dr. Wilson Cardoso Paniáguia e a Desembargadora Zelite Carneiro – é um exemplo para toda a sociedade e, ao mesmo tempo, uma eloquente resposta para a pergunta que formulei no início do meu pronunciamento.

“Quanto vale uma vida?”, perguntei. O Projeto Amor e Vida responde: “Mais que tudo no mundo!” É como aquela frase, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senado-

res, da Madre Tereza de Calcutá. Um milionário americano, ao vê-la cuidando de leprosos, falou: “Irmã, eu não faria isso por dinheiro nenhum no mundo!”. Ela, então, respondeu: “Eu também não, meu filho!”. E continuou tratando dos leprosos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, por cinco minutos. Em seguida, falará o Senador Mão Santa.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Srªs e Srs Senadores, Senador Mão Santa, V. Ex^a, que já governou seu Estado e fala tanto nos “Prefeitinhos”, deve estar sentindo falta de algo, como eu também estou: daquela avalanche de Prefeitos que vêm, para nossa satisfação, visitar-nos no gabinete, trazer-nos reivindicações, apresentar-nos queixas, conversar sobre a nossa comunidade. V. Ex^a deve estar sentindo, como eu, Senador Mão Santa, falta daqueles Prefeitos que eram aqui uma freqüência natural, até bem pouco tempo. Eles sumiram, já não têm vindo mais a Brasília ou vêm aqui muito pouco.

Na semana passada, estive no interior do meu Estado e perguntei a muitos deles como iam os projetos e as liberações de recursos e por que não apareciam mais em Brasília. Eles me disseram que não têm o que fazer aqui, que o Governo parou.

Talvez seja este, Sr. Presidente, meu maior motivo de inquietação neste momento: o Governo está literalmente parado. Nada acontece. No Rio Grande do Norte, no Piauí, em São Paulo, em qualquer lugar, nada está acontecendo. O Governo, que já ia “devagar quase parando”, parou. Enquanto países como a Argentina, o Chile, a Rússia e a China continuam a se desenvolver, o nosso Brasil parou. Lamentavelmente, parou.

Anuncia-se que o PIB cresceu, que o crescimento da economia pode chegar a 3,5%. Comparado com o que o resto do mundo emergente está exibindo, esse índice parece uma piada. Temos de voltar-nos para a realidade interna, para o que está acontecendo no dia-a-dia, na sua São Paulo, Sr. Presidente, na minha Mossoró, na Parnaíba do Senador Mão Santa, na Florianópolis do Senador Jorge Bornhausen, na Itabuna do Senador Rodolpho Tourinho. O que acontece no Brasil real?

Presidente Romeu Tuma, a crise de credibilidade do Governo, a crise de honestidade, o pilar ético fraturado do Governo do PT fez o Governo literalmente estancar. E olha que trocaram Ministros! Trocaram o Ministro da Saúde, recentemente, da Educação, das Cidades, das Comunicações, das Minas e Energia, da Casa Civil, da Coordenação de Governo. E pergunto a V. Ex^a: o que aconteceu de novo, de fato ou de anúncio, no campo da educação? Até a demagogia da intervenção no Rio de Janeiro faleceu no campo da saúde, a demagogia que exibiu o Governo como o super-homem do Município do Rio de Janeiro. Hoje, é claríssimo para os cariocas que não passava de uma peça de propaganda, porque nenhum resultado positivo deixou.

O Brasil real está parado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, mas o Governo agora, com muito pouca cerimônia, quase sem cerimônia, vem exibir uma obra de governo: a prisão do ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf. Não tenho aqui nenhuma intenção de defendê-lo, não sou do partido dele, nunca votei nele; conheço-o, lamento pelo que fez e pelo que está acontecendo com ele, mas, se ele tem culpa no cartório, que preste contas; apenas não vamos permitir que se atire com pólvora alheia.

Aqui vi próceres do PT falarem na prisão do ex-governador como uma obra de governo, como se esse fosse um fato que tivesse iniciado ontem e terminado hoje, como se as investigações em torno do ex-prefeito e ex-governador não viessem já ocorrendo há muito tempo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Ouço, com muito prazer, o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu sei que V. Ex^a foi um extraordinário homem executivo, um extraordinário Governador do Nordeste. Mas, como tribuno, a expectativa e a esperança do Brasil são enormes. E V. Ex^a traz muito oportunamente um quadro, que vale por dez mil palavras. Eu vi a Líder do PT aqui, vibrando como obra de governo, a Polícia Federal. Atentai bem, focai em Romeu Tuma, símbolo da Polícia Federal. Trata-se de uma instituição antiga, respeitável e organizada, que trabalha ao longo de anos. O PT não a criou; o PT não criou nada. A Polícia Federal é uma instituição que foi criada pelos governos sérios do Brasil e que possui, como símbolo de uma luta histórica dos momentos mais difíceis, na prática, Romeu Tuma. Não tem nada a ver. Agora, V. Ex^a está dizendo que não acontece, mas acontece. Pode não ser bom, mas desgraça... Padre Antônio Vieira, Senador José Agripino, disse que o bem nunca vem

só, mas também o mal nunca vem. Todas as universidades federais do Brasil estão em greve. E é triste. Eu fui hoje – estou com uma bursite, por isso cheguei atrasado – a um médico amigo meu, da minha idade. O filho dele é médico especialista e ele mandou que eu fosse lá. Deus me ajuda e, por esse relacionamento, eu fui atendido. E dói uma bursite! Então, vi a população. Além da mocidade estudiosa, os pobres e humildes que dependem dos hospitais universitários. Essa é a lastima para onde o Governo Lula está nos levando.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço a intervenção do Senador Mão Santa, que mostra que, além de parado, o Governo está caminhando como caranguejo, está caminhando para trás, convivendo com greves sucessivas: no INSS, na Polícia Federal, nas universidades; greve em toda parte, por falta de cumprimento da palavra do Governo, que prometeu, que criou expectativas ultrafavoráveis aos funcionários públicos, que foram, em boa medida, em número expressivo, militantes do PT – não todos, mas muitos deles – e que se frustraram com a expectativa que criaram.

Senador Mão Santa, o que me preocupa é que o Brasil está parado. Naquilo que diz respeito à ação de governo, está parado. Parou total, não acontece nada de novo em educação, em saúde, nas comunicações, em minas e energia, não acontece nada no Ministério das Cidades. Os prefeitos sumiram, porque não têm o que fazer em Brasília. É a minha preocupação.

A Senadora que aqui falou sobre a prisão do ex-prefeito e do ex-governador teria a autoridade do mundo todo em fazê-lo se o PT tivesse, desde o primeiro momento, tido uma atitude colaborativa para que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios ou a CPI dos Bingos fossem instaladas com celeridade, para que, um ano e meio atrás, se tivesse instalado a CPI do Waldomiro, ou para que não ficássemos nós até a meia-noite mendigando assinaturas, que, ao final, tivemos, para que o Governo não boicotasse a ação daqueles que queriam a investigação sobre as denúncias feitas na fita gravada do Sr. Maurício Marinho, como se o Governo tivesse facilitado, o que não fez. Fez foi dificultar a ação para que a CPI existisse e todo esse processo de corrupção, que está sob investigação, estivesse sendo apreciado. Teria autoridade moral para falar sobre esse assunto, sobre a prisão, sobre a ação que é da iniciativa da Polícia Federal, movida por evidências constatadas pela Justiça, que vem atuando, investigando há muito tempo, desde o Governo passado, e as evidências se mostraram agora suficientemente robustas para que a Polícia Federal fizesse a intervenção que fez, truculenta ou não.

Não é nada deste Governo, é uma obrigação que se impõe. Ainda bem, porque estamos, também nesse assunto, passando o Brasil a limpo, mas que não me venha falar desse assunto como uma obra do governo, como se fosse o Governo das vestais, que estivesse agindo conforme o PT pregava no passado. Todos sabemos que o que pregava o PT no passado não é o comportamento do presente, que é o de evitador de CPIs, é o evitador profissional de CPIs, que está sendo ultrapassado, ele, Governo, por decisões do Supremo Tribunal Federal e pelas forças vivas dos partidos políticos, que, em nome da limpeza da vida pública do Brasil, conseguiram assinaturas e estão instalando um processo de investigação inédito para identificar corrupção inédita, em amplitude inédita, em volume inédito e que vai ser passado a limpo, sim, senhor. Agora, o que não pode é demorar. Aí a minha preocupação. O Brasil está parado e não pode demorar o processo de conclusões.

Por onde ando, Senador Mão Santa, sou cobrado disso: Senador, em que vai dar? Ouço a sua palavra, gosto da sua opinião, mas em que isso vai dar? Será que não vai haver a coibição do dolo, não vai haver ladrão na cadeia, não vai haver Deputado cassado? Tem que haver.

E a preocupação agora é com o Presidente da Câmara, o Deputado Severino. Presidente Romeu Tuma, tenho uma opinião. O Presidente da Câmara dos Deputados é um Deputado eleito para ser Presidente de uma instituição que tem uma missão importantíssima, qual seja, a de investigar. O Presidente da Câmara está sendo investigado, mas isso não tira da instituição Câmara dos Deputados o direito de investigar, de votar e de cassar, se for o caso. Mesmo presidida por um cidadão sob investigação, que tem que se sentir investigado também, a instituição tem o direito, sim, senhor, porque lá existem pessoas – lá como cá – que têm passado limpo e têm autoridade moral para denunciar e cobrar. Cobrar um processo que não pode parar, cobrar um processo que não pode sofrer velocidade nas investigações. E aí advogo que, na quarta-feira, o Deputado Roberto Jefferson já esteja sendo apreciado no plenário da Câmara.

O Deputado Romeu Tuma teve o seu voto aprovado pelo Conselho de Ética da Corregedoria, e esse voto vai ser submetido à Mesa da Câmara que, tenho certeza, vai aprovar-lo e remetê-lo ao Conselho de Ética da Câmara para que aqueles que forem identificados como comprometidos no mensalão pela CPMI dos Correios e pela CPMI da Compra de Votos sejam também objeto de processo de cassação a ser votado “sim” ou “não”, na Câmara dos Deputados. Que não seja interrompido o processo! Que não haja diminui-

ção na velocidade das investigações! Essa situação não pode ocorrer. O País está parado. O maior crime cometido por este Governo foi permitir que a corrupção imobilizasse o Governo que já vinha caminhando devagar, devagarzinho, e parou. Nós, que temos responsabilidades, devemos fazer a transição com racionalidade e temos a obrigação de apontar os caminhos. Perguntam-me muito: “Quem vai conduzir o processo?” Aqueles que têm autoridade moral para fazê-lo, com equilíbrio e com bom senso, sem entregar a quem quer que seja a condição de vítima, sem permitir que isso ocorra, agindo no tempo certo, nem devagar nem apressadamente, mas com determinação.

Estou sendo claro, Sr. Presidente. Não há interesse algum em que se abra um processo de cassação sem provas, mas também não será a falta de provas que vai inibir o processo de investigação, porque as provas aparecerão. Não será a falta de evidências que nos vai inibir de falar sobre um processo de *impeachment* de alguém que demonstra evidências claríssimas de conivência com a corrupção. Porém, tudo será feito ao seu tempo. Tudo vai chegar pelas mãos daqueles que, com racionalidade e com equilíbrio, têm a obrigação de concluir esse processo de investigação.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – Senador José Agripino, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL – RN) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Agripino, concederei mais dois minutos a V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – Senador José Agripino, a sua preocupação quanto à morosidade do desfecho de toda essa crise que estamos enfrentando politicamente se agrava ainda mais quando V. Ex^a fala que o Brasil está parado. O Brasil agrícola está parado! O Brasil do interior, aquele Brasil que produz, aquelas indústrias ligadas ao agronegócio, todo o sistema de exportação, as *commodities*, lamentavelmente, estão cada vez com a rentabilidade menor em função das altas taxas de juros que este País cobra de todo o sistema produtivo, de todas as indústrias, de todo o agronegócio. E isso poderá comprometer ainda mais toda a cadeia produtiva do próximo ano. Vejo que o setor agrícola brasileiro, o setor ligado à mecanização – as fábricas de implementos agrícolas, as fábricas de tratores, de colheitadeiras e de implementos –, enfim, este Brasil rural realmente parou no País. E os reflexos disso virão muito gravemente no próximo ano. Então, preocupa-nos o que poderá acontecer com a economia brasileira a partir do próximo ano, porque a importância do PIB agrícola, do agronegócio, é muito grande no País: são 34% que ficam comprometidos seriamente.

E não só esta crise política está parando o País, mas principalmente os altos juros e a falta de um dólar compatível com as exportações brasileiras.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço o lúcido aparte, Senador Gilberto Goellner, meu diletíssimo companheiro de Bancada, e digo a V. Ex^a o seguinte: o que está paralisando o País são as incertezas. No campo dos investimentos, como no setor rural, juros, conjuntura internacional, visão caolha da situação internacional por parte do atual Governo, mas principalmente as incertezas que estão provocando desaquecimento no volume de investimentos estão levando o setor privado, que poderia estar crescendo, a diminuir o índice de crescimento para entrar em uma faixa de paradeiro. Os investimentos públicos estão parados. Estão apenas anunciados da boca para fora. A transposição do São Francisco, a refinaria de petróleo do Nordeste, tudo isso é conversa fiada da boca para fora.

O Presidente Lula foi ao meu Estado e, ao invés de falar sobre a refinaria de petróleo do Nordeste, que o Rio Grande do Norte deseja, foi entregar diplomas de alfabetização de adultos, coisa que qualquer prefeito ou administrador municipal poderia fazer tranquilamente, porque essa é uma obra importante, sim...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – (...) mas não justifica um Presidente da República deslocar-se com todo o seu séquito ao interior do Rio Grande do Norte para entregar pessoalmente alguns diplomas de alfabetização.

As obras deste Governo são, não se falando nos discursos feitos pelo Presidente, para gerar algum tipo de repercussão na mídia.

Sr. Presidente, já vou encerrar.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Agripino, concede-me um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Tourinho, com muito prazer.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Serei breve, Sr. Presidente, mas não posso deixar de ressaltar a propriedade do discurso de V. Ex^a nos dois aspectos que podíamos resumir. Primeiro, o País parado. Onde V. Ex^a colocou várias obras paradas ou intenções, gostaria de acrescentar o Gasene, tão importante para nós, Senador José Agripino, para todo o Nordeste. O grande problema do Nordeste será a energia. E não há alternativa nenhuma a não ser o gás. O gás que chegar de outra forma que não seja por meio do gasoduto custará muito caro. Outro dia, perguntei ao Diretor da Petrobras quem pagará por uma eventual outra solução. Creio que a Petrobras não pode pagar.

Quem acabará pagando será o povo nordestino, o que é muito ruim. Não podemos aceitar esse tipo de coisa. Outro ponto que gostaria de colocar é em relação à lista dos culpados por toda essa crise. Na Bahia, da mesma forma que na terra de V. Ex^a, todos nos cobram o que vai acontecer e em quanto tempo irá ocorrer. Todos querem ver algum tipo de consequência. Não pode haver o caixa dois do PT simplesmente, a corrupção e não haver solução para isso. Dessa forma, ressalto a importância do discurso de V. Ex^a. Essa também é a preocupação de todos na minha terra, a Bahia.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senador Rodolpho Tourinho, as preocupações que V. Ex^a enxerga nos baianos são as mesmas que enxergo nos potiguares e nos brasileiros. Em que vai dar? Em quanto tempo vai dar? E até quando o Governo continuará parado...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – (...) governando zero? Até quando esse estado de coisas vai existir?

Daí minha preocupação de que o *affair* Severino não interrompa o processo que já vinha andando. Aqui está o Senador Efraim Moraes. Nas denúncias feitas pelo Sr. Buratti, ele disse: “Faça a quebra do sigilo bancário, que vocês chegarão aonde vocês precisam chegar”. Não se pode perder de vista a obrigação que temos de chegar a esse ponto. Não podemos perder de vista o que o doleiro, Toninho da Barcelona, tem a informar sobre o que Duda Mendonça aqui falou, abrindo sua caixa de ferramentas. Não podemos perder de vista as investigações que se impõem em torno dos fundos de pensão.

Agora é Severino, porque Severino é o Presidente da Câmara.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Que continue, se for o caso, como Presidente da Câmara, mas a Câmara é uma instituição que tem a obrigação e o direito de investigar e que precisará, na quarta-feira, levar à apreciação o caso do Deputado Roberto Jefferson; que precisa, em tempo hábil, pelo seu Conselho de Ética, apreciar aquilo que a CPI dos Correios e do Mensalão já aprovaram: um relatório condenando 18 Deputados Federais.

Temos que cumprir a nossa parte. Que não venham com essa história de boicotar Severino, evitando que as reuniões da Câmara tenham **quorum**. É tudo o que o Governo poderia querer e não terá, porque vamos cumprir com o nosso dever.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Mão Santa.

Quando o Senador José Agripino fala, o tempo passa e a gente nem percebe. É como o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, símbolo da Polícia Federal, que não nasceu agora, não. Quem não conhece a história de Romeu Tuma, o “Xerife do Brasil”? A Liderança do PT erra quando toma para si a Polícia Federal como obra de PT. Sr’s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, Senador José Agripino, Cícero, o grande Senador, talvez o maior orador da história, dá um ensinamento: “Nunca fale depois de um grande orador.” Eu vou ter de falar depois desse extraordinário orador que é o Senador José Agripino.

Senador Romeu Tuma, é nossa obrigação, é nosso dever, Senador Gilberto Goellner, ensinar, ensinar, ensinar. A raridade é que agora é nosso dever e obrigação ensinar ao Presidente da República. O Senado Federal nasceu para isso. É essa a sua missão histórica.

Senador Efraim Morais, Moisés, ungido, escolhido por Deus, quis fraquejar em sua missão. Pegou as leis. O povo ia atrás do bezerro de ouro. Quis desistir, e ele ouviu a voz de Deus, em sonho – tinha esse privilégio. Está na Sagrada Escritura: “Procure os mais velhos, os mais experientes e os sábios, e eles o ajudarão a carregar o fardo do povo.” Nasceu a idéia de Senado aí, melhorado na Grécia, na Itália do Renascimento, da Roma de Cícero, na França, na Inglaterra e no Brasil, com Rui Barbosa e conosco.

Senador José Agripino, V.Exª é um extraordinário orador. Orador tem que ter conteúdo na mensagem. Infelizmente, Lula não é bom orador. Quantidade não significa mensagem. Bom orador foi Cristo, Lula! Em um minuto, 56 palavras, Ele fez o Pai-Nosso. Que beleza de mensagem! Lula pensa que falar, falar, falar significa ser bom orador. Lula é mau orador. E aqui quero adverti-lo, porque é nossa obrigação, é a obrigação do Senado. Esta Casa deve ser a dos pais da Pátria. É um Poder Moderador. Lula, atentai bem: Pedro II, culto, que governou este País por 49 anos, quando chegava ao Senado, tirava a coroa e o cetro, porque via os pais da Pátria.

Gostaria apenas de sintetizar Cícero para o Lula meditar e dar um freio na verborragia, na obra que ele está fazendo em seu Governo. O que o maior orador que a História reconhece e diz – sei que outros dizem que é Demóstenes, que é Siciliano, talvez seja até o nosso Pedro Simon, melhor do que todos eles, que é um

Senador do nosso Congresso – é o seguinte: “A força romana está nos costumes...” – atentai bem, Senador Francisco Escócio, não distraia nosso Presidente!

Atentai bem, Senador Gilberto Goellner, Cícero nasceu 106 anos antes de Cristo. O que diz o escritor de **Cícero** sobre a sua oratória: “Com efeito o binômio sabedoria-eloquência está como fundamento de todo o pensamento e de toda a atividade de Cícero.” Se não tem sabedoria, não é orador. E faz questão de dizer que ele era encantado, não pela retórica ou pelas palavras, mas pela mensagem de sabedoria. E diz mais ainda, Senador Romeu Tuma – e não tem ninguém do PT para aprender – é difícil esse PT! –: “A ignorância é audaciosa e ausente nas coisas do saber.”

Atentai ao que diz Cícero: “Freqüentemente raciocinei comigo mesmo: se mais bem ou mais mal tenham trazido aos Estados a faculdade do dizer e o perfeito estudo da eloquência...”. Ele que falou tanto, na Roma, diante dos Césares, Senador Rodolfo Tourinho.

Ô Lula, liga essa televisão que o Senado é para isso! A única novidade é que temos que ensinar e educar o Presidente da República:

Freqüentemente, raciocinei comigo mesmo se mais bem ou mais mal tenham trazido aos Estados a faculdade do dizer e o perfeito estudo da eloquência... E, depois de um longo raciocinar, a mesma lógica me conduz a esta conclusão: que a sabedoria sem a eloquência pouco adianta [o sujeito saber e não se manifestar, não ensinar, não ter ação] aos Estados; ao passo que a eloquência sem a sabedoria geralmente prejudica muitíssimo, nunca é útil.

Não adianta, Lula, falar sem sabedoria. Está lá no próprio Livro de Deus: o rei escolhido por Ele é seguido porque pediu a Deus a sabedoria. E assim lemos a Bíblia em busca da inspiração da sabedoria de Salomão para governar.

Então, o grande orador disse:

Ao passo que a eloquência sem a sabedoria geralmente prejudica muitíssimo, nunca é útil. Pelo que, se alguém, deixados de lado os estudos, verdadeiramente justos [atentai bem, Senador José Agripino. Atentai ao que Cícero diz] verdadeiramente justos e honestos da razão e do dever, consuma toda sua atividade no exercício do falar, este será inútil para si e cidadão pernicioso à pátria.

É, Lula, é Cícero! Não é Mão Santa. Estou buscando para lhe informar, para que devolva o que nós lhe demos: a Presidência, o nosso trabalho e o nosso voto.

Repto:

Este será inútil para si e cidadão pernicioso à pátria; ao invés quem se arma da eloquência de maneira que possa não já contrastar mas sim defender o bem

da pátria, este, segundo o meu parecer, será homem e cidadão respectivamente utilíssimo e amantíssimo de seus interesses e dos interesses públicos.

Se, sobretudo, tiver sabedoria. É o que os gregos chamam Filosofia. Então, essa é a situação do Brasil. Somos do tempo, Senadores Romeu Tuma e Rodolfo Tourinho, em que estudávamos latim. Os professores diziam e nós aprendíamos. E aquele Senador bravo, defendendo a República de Roma, no Senado Romano, o Cônsul Cícero? Fomos obrigados, Senador Romeu Tuma, a decorar muitas vezes “**Quousque tandem abutere, Catilina, patientia nostra? Quam diu etiam furor iste tuus nos eludet?**”. Mas o latim passou, é língua morta. “Até quando, Catilina, abusarás de nossa paciência? Por quanto tempo ainda este teu louco furor zombar-se-á de nós?”

A história se repete. Catilina, Cícero não quis matá-lo, não quis prendê-lo, porque achou que ele ficaria em Roma e favoreceu a que ele fugisse, para que seus comparsas, seus bandoleiros, seus seguidores fossem de Roma com ele. E a história se repete: há agora o Zé Maligno Catilina, que continua aí tumultuando.

Quem bom seria se o Zé Catilina do Brasil voltasse a Cuba, às suas raízes, à sua formação totalitária! Nós é que libertamos este País, foi o Senado que o fez, Senador Romeu Tuma, e o Senado tem de continuar assim. **O tempora, o mores!**

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senado nasceu para ser vigilante. Nós ficamos em vigília nas férias, no recesso. E aí, auscultando o povo, já oferecemos a julgamento dezoito daqueles trezentos pica-retas de que o Lula falava. E virão mais bandejas que vamos oferecer.

Este é um Poder vigilante, mas moderado e, ao longo desse 181 anos, simbolizado pelo amor à lei e à Justiça, pelo pluralista Rui Barbosa, que disse: “Só há um caminho e uma salvação, a lei e a Justiça”. E vamos cumprir a lei.

Oh, Lula, Vossa Excelência já leu a Constituição? Sabe Vossa Excelência qual é a lei? Esta aqui é uma casa de artistas, de pais da Pátria, onde o mais bobo sou eu.

São 181 anos! Pelo menos o País é consciente de que evitamos guerra interna. Não houve guerra, porque aqui se resolveu. Já se fez tudo aqui. Enfrentou-se uma ditadura civil – porque Getúlio Vargas era um homem honrado e honesto –, uns militares. Repudiamos o sonho do Zé Catilina Maligno, um sonho de poder, não de governo para o povo brasileiro. Seriam oito anos de Lula, com sua popularidade; então, viria

o Zé Maligno Catilina, com a popularidade de Lula e o dinheiro do mundo inteiro roubado. Seriam oito anos, e, depois, viria o outro. Seria uma ditadura.

O povo brasileiro diz até que essa campanha do desarmamento era para que não houvesse reação, mas Deus e o Senado reagiram. Essa é a verdade.

Então, quero dizer ao Presidente da República o seguinte: que veja a realidade. Primeiro, um mal nunca vem só, conforme dizia Padre Antônio Vieira.

(*Interrupção do som.*)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, quantos minutos ainda tenho? Dois minutos? Mas V. Ex^a descontou daquele tempo que botei a DNA na Polícia Federal, e V. Ex^a é um dos pais da Polícia Federal, que não tem nada a ver com o PT.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Estou descontando a importância de Cícero.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a é justo.

Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só, mas um mal também nunca vem só. Entraram em greve todas as universidades do Brasil, até a minha lá do Piauí. E, como Deus escreve certo por linhas tortas, quis o destino que, hoje, estando com uma bursite, eu telefonasse para um médico do Piauí que é professor. Ele não estava, mas o filho disse que eu fosse ao Hospital da Universidade, e ele me deu uma injeção. Pelo privilégio da amizade, fui atendido.

Vi, **in loco**, o Hospital da Universidade de Brasília em greve. Fiquei até constrangido, porque consegui ser atendido, porque sou amigo de turma do pai do médico. Além de a mocidade estudiosa, Senador Rodolfo Tourinho, estar parada em busca do saber no Brasil todo, todos os hospitais universitários estão em greve.

Estive lá e vi fila, choro, lamento. Isso é o que Vossa Excelência deve ouvir, Presidente Lula!

Retiraram o Ministro da Educação para se queimar na fogueira da corrupção do PT. E aí?

Atendendo à bondade do Presidente, eu diria o seguinte: Lula...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, permita-me um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois, não, Senador Arthur Virgílio, concedo-lhe um aparte, com a certeza de que o povo brasileiro vai lhe dar os aplausos.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Mão Santa. Eu ouvia o seu pronunciamento e queria lembrar algo que talvez não tenha sido mencionado nesta sessão. Foi no meio de toda essa confusão agressiva à ética, no meio de tudo isso, que

não discutimos ainda algo gravíssimo que se passou: o Governo anunciou, num dia, que iria rebaixar a alíquota do Imposto de Renda de Pessoa Física de 27,5% para 25%, conforme é a aspiração da classe média deste País, mas, no dia seguinte, disse que não ia mais fazer isso, porque tinha cometido um grande erro. Então, no mínimo, é um Governo atrapalhado mesmo, e incompetente ao cometer um erro desse, ou perverso, porque acena com algo que depois não vai cumprir. Minha mulher chegou a dizer para mim em casa: "Será que estão fazendo isso para que depois o Lula decida?" E eu disse "Só se forem muito estúpidos". Seria tão flagrantemente ridículo procederem dessa forma, inclusive contrariando a belíssima matéria que a revista **Veja** faz, mostrando como neste País, cada vez menos, um Presidente pode atrapalhar...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Vou conceder só mais um minuto para V. Ex^a terminar.

O Sr. Arthur Virgilio (PSDB – AM) – Cada vez menos, um Presidente pode atrapalhar o rumo da economia neste País. Eu queria ressaltar que, no meio dessa confusão toda, eles prometeram reduzir a alíquota para 25% do Imposto de Renda Pessoa Física e depois disseram que era brincadeirinha. E nem sei se isso não é uma brincadeira de mau gosto para que o Presidente Lula, do jeito mais populista, apareça como o salvador da Pátria. E acho que nem é isso que vai acontecer mesmo, porque teria Sua Excelência que, a partir daí, demitir a sua equipe econômica por incompetência. Eu acho que não fará isso. Quero só registrar que também teve esse gesto de incompetência e de perversidade contra a sociedade brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, agradecemos a V. Ex^a. Como só me resta um minuto, acho que vou ter de rezar o Pai-Nosso, porque este Governo está precisando mesmo é de reza, e o Brasil também.

Mas isso foi até melhor para sintetizar. Eu dispunha de vários números, mas um quadro vale por dez mil palavras.

Está aqui uma entrevista de Plínio de Arruda Sampaio Júnior, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, São Paulo. Em homenagem a São Paulo, vou ler parte do que disse o economista da Unicamp, na entrevista publicada na revista **Mundo Jovem**, de setembro de 2005. Ele diz: "O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo".

Lula, se manca! Esse negócio de mentira, mentira, mentira... Está aqui: "O Brasil tem a segunda pior

distribuição de renda do mundo". O rico ficou mais rico no Governo do Lula, e o pobre, mais pobre. Só vou resumir. O professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, em setembro de 2005, na revista **Mundo Jovem**, diz: "O Brasil tem a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África". Acho que o Lula foi à África para nós tirarmos logo o primeiro lugar, de trás para frente, nos quesitos injustiça social e renda. Ele quis ganhar esse troféu, porque estamos atrás de todos. Só Serra Leoa está pior em distribuição de renda. Estou vendo aqui o professor, que é simpático, parece o Crivella! Estou acreditando no estudo dele.

Já estou terminando. Professor, São Paulo, nem tudo está perdido. De acordo com a pesquisa dele, 1% dos brasileiros mais ricos, 1,7 milhão de pessoas, detém uma renda equivalente à parcela formada pelos 50% mais pobres. Ou seja, 1,7 milhão ou 1% equivale a 86,5 milhões de pessoas.

Esta é a verdade: os ricos ficaram mais ricos, os banqueiros. Não é mais PT. O Partido do Lula é PB: o partido dos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Senador Efraim Morais, tem V. Ex^a a palavra por 15 minutos. Em seguida, Senador Rodolfo Tourinho, como último inscrito.

A sessão termina às 18h30. Então, vamos tentar encerrá-la no tempo certo.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, temos uma agenda cheia nesta semana nas CPIs. Há fatos que, de uma forma ou de outra, mudam o foco da imprensa em relação ao caso do Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Severino Cavalcanti. Há a prisão do ex-Governador de São Paulo, Paulo Maluf. E, para que V. Ex^a observe, o ex-Prefeito de São Paulo e o seu filho foram presos para evitar a coação de testemunhas no processo que respondem pelos crimes – atente bem, Senador Mão Santa – de evasão de divisas, corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Isso significa dizer que o Ministério Público tem muito o que fazer nesses dias, junto à nossa Justiça, porque já passaram por essas três CPIs muitos que já estiveram envolvidos em crimes de evasão de divisas, corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

Quando fazemos uma avaliação dessas CPIs – tenho a missão de presidir a CPI dos Bingos – devo dizer que a CPI que presido vem cumprindo a sua missão, principalmente quando o nosso Relator, que mostra,

sem dúvida, o caminho a ser seguido na Comissão, o nosso estimado Senador Garibaldi Alves Filho, faz um trabalho, eu diria, silencioso, mas competente.

Em entrevista, S. Ex^a disse que o Ministério Público já poderá receber sugestão da CPI para indiciamento de alguns nomes, entre eles o do Waldomiro Diniz, do Cachoeira, do Buratti e de tantos outros que passaram pela CPI dos Bingos.

O Brasil inteiro estava esquecido de Waldomiro. Ele já foi indiciado. Estava esquecido de Carlos Cachoeira, que também já foi indiciado. Ninguém se lembrava mais do Sr. Rogério Buratti, amigo e ex-Secretário do então Prefeito Palocci, que era a cara nova que vinha negociando entre GTech e Caixa Econômica e foi preso.

O Governo não tinha nenhum interesse em que essas figuras voltassem às páginas dos jornais, mas é preciso que se diga que talvez esse seja um benefício, Senador Romeu Tuma, Presidente desta sessão. O Governo, muitas vezes, dizia: "Não podemos tomar nenhuma decisão porque o Maluf está solto". E agora? O que vão dizer sobre o Marcos Valério? O que vão dizer sobre o Delúbio? O que vão dizer sobre o Buratti, sobre o Waldomiro Diniz e sobre tantos outros que estão enquadrados em um desses crimes?

Será que o Governo entende que, desviando a rota para a Câmara dos Deputados, estará fazendo com que isso aqui não aconteça? Engana-se o Governo, enganam-se aqueles que estão acostumados a abafar CPIs e querem abafar o resultado da CPI.

Na CPI dos Bingos, eu posso deixar claro: não existe a palavra "acordo", tampouco "pizza". Vamos apurar os fatos, vamos convocar quem for necessário para prestar esclarecimentos à sociedade brasileira.

Sr. Presidente, eu queria apenas chamar a atenção para esse fato.

O meu discurso hoje tem outra rota, ela sai um pouco da questão das CPIs.

Sr. Presidente, na última semana, estive no meu Estado, a Paraíba, e lá recebi convite dos docentes da Universidade Federal da Paraíba e participei de um encontro e que os docentes, os funcionários e estudantes convocavam a classe política para que nos uníssemos em defesa da Universidade da Paraíba e da valorização do magistério superior.

Peço permissão, Sr. Presidente, para deixar registrado nos Anais desta Casa a carta que foi escrita para a sociedade paraibana, que passo a ler, de autoria da ADUFPB, seção sindical do Andes e Sindicato de Professores da Universidade Federal da Paraíba.

CARTA À SOCIEDADE PARAIBANA

FORA O MENSALÃO E A CORRUPÇÃO PELA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Cidadão e cidadã paraibana:

Em tempos de mensalão e corrupção, de crise do governo Lula e do Estado brasileiro, dirigimo-nos à sociedade paraibana para conversar sobre a universidade pública brasileira, sobre a situação salarial dos docentes e, em especial, sobre a Universidade Federal da Paraíba e seus docentes.

Principal instituição cultural da Paraíba, a UFPB completa 50 anos neste 2 de dezembro de 2005.

Tive a honra de concluir o meu curso de Engenharia Civil na Universidade Federal da Paraíba.

Como docentes da UFPB, sentimos orgulho da trajetória histórica de uma instituição vitoriosa. Formamos gerações sucessivas de milhares de quadros profissionais qualificados e contribuímos para o desenvolvimento científico, econômico, social e cultural do país, buscando conectar a região nordestina com o que há de mais avançado no campo do conhecimento científico mundial.

Em qualquer lugar do mundo civilizado, a universidade é considerada uma instituição nacional estratégica.

É com pesar que estamos assistindo, no Brasil, a um contínuo desmanche das Universidades públicas, entre estas, a UFPB. Nenhum país ou região se desenvolveu sem o maciço contributo de sólidas universidades públicas. O salto recente da Coréia do Sul, por exemplo, se deu por motivo de uma preocupação permanente com a universidade e com a pesquisa, sobretudo com o professor, agente por excelência do conhecimento e da formação profissional.

Não queremos privilégio, queremos reconhecimento e valorização. O docente universitário é um profissional qualificado que passou longos anos estudando, realizando cursos de graduação, mestrado e doutorado, com horas a fio dedicadas à pesquisa em uma biblioteca ou laboratório, com carga horária que excede, muitas vezes, à própria jornada legal de trabalho.

A docência, como profissão, deve ser respeitada pela sociedade e o Estado. O tra-

balho do docente universitário é tão imprescindível quanto o de carreiras especiais de Estado como a diplomacia, a magistratura e a segurança pública, destacando-se a circunstância de que ensinamos ao futuro médico, ao juiz ou auditor, entre outros, o seu mister profissional.

Em que pese o reconhecimento geral da importância social do trabalho docente, amargamos hoje um dos menores salários-base oferecidos no serviço público federal, inferior mesmo ao de carreiras que sequer exigem diploma de curso superior. São salários gravemente defasados, com perdas reais de mais de 60% (tomando-se por base o ano de 1994).

Por isso, cidadão e cidadã, encontramo-nos, agora, em praça pública, buscando o seu apoio com vistas à salvação das universidades públicas e à valorização do magistério superior.

João Pessoa, 30 de julho de 2005.

Essa foi a Carta Aberta.

Tivemos, na última semana, repito, um encontro da classe política, em que discutimos e fizemos ver, na nossa palavra, a vergonha e o arrependimento dos próprios companheiros da Universidade que abraçaram este Governo e lhe ofereceram o direito de chegar ao poder.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – No entanto, quando isso aconteceu, os primeiros de quem se esqueceram Lula e o PT foram as universidades federais, os professores, os estudantes e, acima de tudo, os servidores públicos federais, vergonhosamente lhes oferecendo um reajuste de 0,01%.

Senador Mão Santa, antes de ouvir V. Ex^a, eu gostaria de dizer que apresentei, há pouco, um requerimento a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Está sobre a mesa e será lido em seguida.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Eu o lerei para deixá-lo registrado:

Com base nos arts. 154, III e §5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de sessão especial em comemoração ao cinqüentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará no dia 2 de dezembro de 2005.

Esse requerimento visa homenagear essa instituição que, sem dúvida, tem um serviço extraordinário

prestado à Paraíba e aos paraibanos. Essa instituição formou gerações e continua, hoje, pelo amor dos seus docentes e de todos os seus funcionários, sendo orgulho para a Paraíba.

Tenho certeza de que, com apoio dos Srs. Senadores, faremos essa homenagem justa pelo cinqüentenário da nossa querida Universidade Federal da Paraíba.

Escuto V. Ex^a, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, eu só queria dar uma contribuição. A Paraíba, na educação do Nordeste, é muito importante, porque tem uma Universidade em João Pessoa e outra em Campina Grande, um centro universitário de grande relevância. Cada um leva a sua profissão em mente – no seu caso, Engenharia. Eu, como sou da área de saúde, vejo o mal que essa greve vai trazer à população pobre que é atendida nos hospitais universitários, nas faculdades de Odontologia, de Enfermagem, de Fisioterapia – os que têm derrame, trombose. Além de prejudicar a mocidade estudiosa e os docentes que estão se lamentando, a greve também afeta a população pobre que tem acesso aos hospitais universitários.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Para concluir, Sr. Presidente, devo dizer ao Senador Mão Santa que não há prejuízo. Os professores universitários, principalmente os médicos e enfermeiros do hospital universitário da nossa Paraíba, têm dado prioridade ao doente. O que existe é a decepção. O que existe é a falta de esperança desses professores que acreditaram e consideraram este o Governo da esperança. Agora, têm o Governo da decepção.

Posso registrar e dizer a V. Ex^a que senti de perto a vontade desses professores, da classe estudantil e da trabalhadora, da família universitária, de buscar o apoio não somente da classe política, mas da sociedade, porque eles, realmente, são os responsáveis por estarmos aqui, hoje. São eles os formadores de opinião. São eles os homens e as mulheres deste País que precisam ser olhados.

O Presidente Lula e o PT usaram e abusaram das universidades, dos professores e dos estudantes brasileiros. Agora, agem como se não precisassem mais deles, como não precisam mais das classes pobres e médias.

Hoje, o Presidente Lula se sente realizado com os banqueiros, nos grandes banquetes, mas o povo brasileiro saberá dar a resposta ao Partido que lhe deu as costas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 994, DE 2005

Com base nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de sessão especial em comemoração ao cinqüentenário da Universidade Federal da Paraíba, que se dará a 2 de dezembro de 2005.

Justificação

A Universidade Federal da Paraíba é uma Instituição voltada para o ensino, a pesquisa e a extensão. É uma das mais importantes do Nordeste brasileiro, atuando nos municípios de João Pessoa, Areia e Banguerias.

Seus primeiros cursos isolados, anteriores à federalização da Universidade da Paraíba, datam de 1934, com o funcionamento da Escola de Agronomia do Nordeste, na cidade de Areia, abrindo a perspectiva de criação de outras escolas isoladas, o que, no entanto, só aconteceu a partir de 1947, com a fundação da Faculdade de Ciências Econômicas, em João Pessoa. Até então, somente duas escolas formavam pessoal a nível médio na área do comércio – A Escola Técnica de Comércio “Epitácio Pessoa” e a Escola Comercial “Underwood”. A Faculdade de Ciências Econômicas aparece no quadro cronológico da História do Ensino Superior da Paraíba como sendo a transição para a fase do Ensino Superior.

Na década de 50, a intenção de “integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado”, faz de Campina Grande um novo foco científico-cultural da Paraíba, possibilitando um projeto de escola técnica de nível superior, a Escola Politécnica, projeto que conta desde o início com o respaldo do mundo local dos negócios financeiro-comerciais que coerentemente assumem de forma concreta compromisso de colaboração com a iniciativa. Neste sentido, mobilizam-se entidades particulares, federais e estaduais que se beneficiam da realização do projeto. A mobilização de recursos fornece à escola toda a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, daí a boa qualidade do seu equipamento. Faz-se necessário considerar que firmas estrangeiras também estão presentes neste arrolamento de recursos o que não se registra nos projetos relativos às áreas humanística e de saúde. 1952 abre o leque para a criação de novos cursos técnicos superiores na Paraíba. A década de 50 registra a criação de quase todas as escolas isoladas que mais tarde delinearão o corpo

da Universidade Estadual, iniciativas geralmente levadas a efeito por movimentos classistas e lideradas pelas entidades representativas desses movimentos. O Clube de Engenharia inicia o movimento pela criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, inicialmente criando um curso de preparação às Escolas Preparatórias de Cadetes (1948), em cujo exame de seleção a Paraíba se coloca em primeiro lugar, determinando este fato que no ano seguinte os exames sejam realizados em João Pessoa, ao invés de serem realizados em Recife, como tradicionalmente vinha se fazendo. O êxito daquele evento motiva não somente a criação da Escola de Engenharia, mas o desencadeamento de todo o processo de formação do Ensino Superior. A criação da Faculdade de Direito da Paraíba resulta da euforia dos que se envolveram no movimento. A receptividade da comunidade há de compor o quadro propício a outras iniciativas no campo do Ensino Superior.

O Governo Estadual visualiza projeto de criação do ensino Superior na Paraíba e estabelece uma Comissão de Planejamento do Ensino Superior cujos membros, representantes das diversas profissões liberais, devem elaborar projetos e encaminhar sua operacionalização. O movimento pela criação do Ensino Superior deve ser observado como um dos resultantes, na Paraíba, da euforia redemocratizada pós-45; a normalidade democrática gera em todo o país um clima de debates acerca dos problemas nacionais mais candentes, como: nacionalização e estatização do petróleo, questões de saúde, de educação. A década de 50 na Paraíba registra o aparecimento de várias Escolas Superiores e a criação da própria Universidade. É neste contexto que se afigura a criação da Escola Superior de Engenharia da Paraíba, em 1952, e diversas outras Escolas. De iniciativa particular, a Escola de Engenharia, enquanto unidade de ensino Superior isolada, e encarada com certa descrença pela comunidade, pois seu caráter particular implica nos transtornos oriundos da falta de recursos, considerando-se, além do mais, que na cidade de Campina Grande já existia em pleno funcionamento, a Escola Politécnica que, sendo da área estadual, carreava mais recursos. A Escola de Engenharia se mantém financeiramente através de dotações conquistadas pelo envolvimento de parlamentares paraibanos nos legislativos federal e estadual, além do COSUP, organização federal para o

ensino superior, subordinada mais tarde aos planos desenvolvimentistas do governo Jk.

A Constituição Estadual de 1947 prevê a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Paraíba, no ato das disposições constitucionais. Este dispositivo serve de apoio legal mais tarde à ação inicial dos que encampam o movimento pela criação da Fafi. Somente dois anos após, a Faculdade estaria criada oficialmente, cumprindo sua finalidade profissionalizante de formar professores e preenchendo as várias lacunas deixadas até então por outros cursos superiores existentes. Surgindo da necessidade de se qualificar pessoal para o magistério secundarista, a FAFI se propunha inicialmente a especializar professores de Português, Francês, Espanhol, Italiano, Latim (Curso de Línguas Neo-Latinas), Geografia, História (curso unificado) e Pedagogia. A implantação imediata desses grupos, cursos e disciplinas justifica-se pela necessidade explícita e pelo fato de que o pessoal docente se mostra acessível ao recrutamento, com exceção do corpo docente de línguas estrangeiras, aos quais se tinha que oferecer algumas regalias em troca de seus serviços, o que de regra ocorreria a quase todas as disciplinas que exigissem pessoal docente com maior nível de qualificação. A Faculdade de Filosofia do Estado e a Faculdade de Direito, a ser criada depois, formaram o quadro das escolas que, além das atribuições profissionalizantes específicas, é a fonte institucionalizada do “saber humanístico” que deve ser uma das qualidades para que se possa caracterizar o futuro componente da “inteligência”. As profissões médicas e jurídicas caracterizam as famílias da elite e já nas décadas de 40 e 50 eram aspirações de famílias com pretensões à ascensão social.

A Faculdade de Direito é criada legalmente em 1951 e sua turma inicial tem quarenta vagas abertas pelo ministério, sendo que todos os candidatos são aprovados e aproveitados, porque as pressões atuam no sentido do aproveitamento de todos. 1951 marca a fundação da Escola de Serviço Social, contando com o apoio da Igreja e do Governo do estado, no momento em que se abre o processo histórico da criação do ensino superior na Paraíba, momento este já quase que totalmente favorável à proliferação de escolas superiores em todo o País. Porém, dado o seu caráter de instituição particular, a Escola de Serviço Social não escapa às dificuldades resultantes da escassez de re-

cursos, e sobrevive à sombra dessas dificuldades, até que seja absorvida pela Universidade Federal.

A Faculdade de Medicina é fundada em 1951, estimulados os seus idealizadores pelo êxito obtido nas **démarches** em prol da Faculdade de Direito. A criação da Faculdade de Medicina se coloca como o estopim desencadeador do processo de abertura dos demais cursos superiores na área da saúde. A ausência, na Paraíba, de curso superior de Medicina até 1951 implicava em transtornos para a clientela estudantil de nível social mediano, estrangulada entre o **status quo** e o **status** aspirado. A necessidade de deslocamento para outros estados se configura como um desses transtornos, mesmo em se pensando que a locomoção se desse somente até Recife, onde havia o curso de Medicina mais próximo. Os dentistas, que pouco tinham se movimentado pela Faculdade de Medicina, alegando sua situação de dependência em face da nova instituição, já que o curso de Odontologia ficaria em anexo ao de Medicina, acorrem a providenciar a documentação exigida para a implantação da futura Faculdade de Odontologia, estimulados com a onda gerada pelas pressões estudantis secundaristas e pelas recentes atitudes governamentais favoráveis à Faculdade de Medicina. A imprensa divulgaria, mais tarde (1955), informes sobre o reconhecimento da Faculdade de Odontologia pelo MEC, enfocando a boa receptividade do acontecimento junto à comunidade. A falta de recursos, porém, determina o não funcionamento do curso de Farmácia, o que só ocorre em 1956. A criação da Faculdade de Medicina, assim como a ampliação da assistência médica estadual e municipal, com abertura de mais postos de saúde em todo o estado, impõe cada vez mais a necessidade de mais enfermeiros para prestarem serviços nas áreas de saúde que se ampliam.

A Escola de Enfermagem aparece no bojo do mesmo processo de criação da Faculdade de Medicina, tendo sido criada em 1953. No ano de 1955, existiam no estado onze escolas de nível superior, o que possibilita a criação da Universidade da Paraíba, através da Lei Estadual nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955 e sua federalização, através da Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960, passando a denominação de Universidade Federal da Paraíba. Essa data é o marco histórico de sua existência.

Em 1973, o Conselho Universitário aprova a reformulação da estrutura acadêmica da instituição,

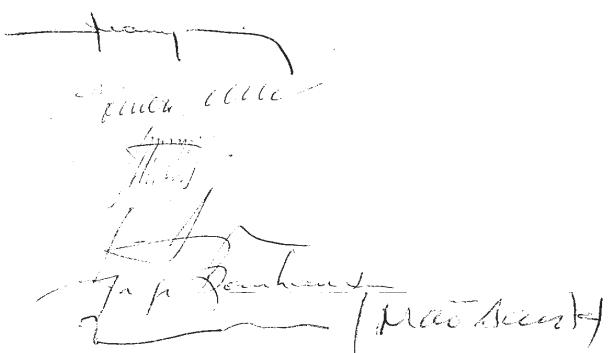
através da Resolução nº 12/73, em consonância com o disposto nos Decretos-Leis nºs 53, de 18-11-66, e 252, de 28-2-67, e a Lei nº 5.540, de 28-11-68, em que são lançadas as bases para a formação de centros como órgãos intermediários e de concentração dos departamentos por áreas de conhecimentos básicos e profissionais.

A partir de então, a Universidade Federal da Paraíba ficou estruturada da seguinte forma: **campus I**, na cidade de João Pessoa, **campus II**, na cidade de Campina Grande, **campus III**, na cidade de Areia, **campus IV**, na cidade de Bananeiras, **campus V**, na cidade de Cajazeiras, **campus VI**, na cidade de Sousa e **campus VII**, na cidade de Patos.

Após uma luta de vários anos, envolvendo a comunidade acadêmica, a sociedade como um todo e a classe política local, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, através da Lei nº 10.419, de 9 de abril de 2002, integrada pelo **campus I**, na cidade de Campina Grande, abrangendo o Centro de Ciências e Tecnologia – CCT; Centro de Humanidades – CH e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde – CCBS; **campus II**, na cidade de Cajazeiras, abrange o Centro de Formação de Professores – CFP; **campus III**, na cidade de Sousa, abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais – CCJS e o **campus IV**, na cidade de Patos, abrange o Centro de Saúde e Tecnologia Rural – CSTR.

Atualmente a Universidade Federal da Paraíba está estruturada da seguinte forma: **campus I**, na cidade de João Pessoa, compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA; Centro de Ciências da Saúde – CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA; Centro de Educação – CE; Centro de Tecnologia – CT e Centro de Ciências Jurídicas – CCJ; **campus II**, na cidade de Areia, compreende o Centro de Ciências Agrárias – CCA e o **campus III**, na cidade de Bananeiras, abrange o Centro de Formação de Tecnólogos – CFT.

Pelo significado da UFPB perante a sociedade nordestina, e o muito que tem representado para o engrandecimento intelectual do jovem paraibano, justifica-se que o dois de dezembro seja reverenciado pela Casa dos Estados no Congresso Nacional como marco inovador do trinômio ensino-pesquisa-extensão no âmbito da atuação universitária em nosso País.



O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Efraim Morais, o requerimento, lido com o coração por V. Ex^a, será apreciado oportunamente e deixo de repeti-lo em homenagem à singeleza de sua proposta.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

Pergunto a V. Ex^a por quanto tempo falará, para que eu possa prorrogar a sessão.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Dez minutos, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Prorrogo a sessão por 10 minutos, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve, mas não podemos deixar, hoje, de comemorar os 15 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor. A Lei nº 8.078 foi um dos grandes marcos legais e se tornou um dos principais instrumentos para se orientarem as relações entre as empresas e os consumidores.

Nessa década e meia que se passou, alguns avanços podem ser facilmente identificados na rotina diária de todos os brasileiros. Afinal, hoje, a maioria dos produtos traz na embalagem a data de fabricação e o prazo de validade. As empresas são obrigadas a disponibilizar também, em seus rótulos, um telefone (ou alguma forma de comunicação), possibilitando o contato por parte dos consumidores. Ou seja, houve uma mudança que, sem dúvida, melhorou as condições de vida do consumidor nacional.

No entanto, como as relações comerciais no mundo moderno e globalizado são extremamente dinâmicas, é natural que estejamos, nós legisladores, sempre atentos para a adequação do Código às novas práticas e realidades de mercado. Eu poderia citar o caso das

compras e vendas de produtos e serviços por intermédio da Internet como exemplo típico de uma nova modalidade comercial que merece constar, ou melhor, ser aprimorada nos dispositivos do Código de Defesa do Consumidor. Aliás, adianto à Casa que pretendo, nos próximos dias, apresentar uma proposição tratando desse assunto. Já estou na fase de conclusão dos estudos desse projeto, que entendo fundamental para o aprimoramento das relações do consumidor com as empresas.

Além disso, a própria dinâmica da sociedade e os eventuais problemas identificados ao longo desses 15 anos mereceram, e ainda merecem, alguns aprimoramentos. Da minha parte, sem contabilizar o projeto que pretendo, como disse, apresentar sobre as relações de consumo no âmbito da Internet, já somam três as proposições que versam exclusivamente sobre os direitos dos consumidores. Já apresentei três projetos tentando melhorar o Código de Defesa do Consumidor, e apresentarei um quarto projeto, possivelmente, dentro de alguns dias.

O primeiro projeto que apresentei foi o PLS nº 273, de 2003, que altera o Código do Consumidor para estipular multa ao fornecedor de produtos ou serviços em caso de descumprimento do prazo de entrega. Trata-se de uma proposição que, acima de tudo, pretende dar tratamento mais isonômico entre as partes. Afinal, qualquer atraso de uma prestação devida por um consumidor que realizou sua compra por meio de um crediário é motivo de multa e juros de mora acrescidos ao valor devido a título de punição aos maus pagadores.

No entanto, a recíproca não é verdadeira. Ainda que exista a obrigação legal de prazo de entrega de bens ou prestação de serviços, não há previsão na norma de qualquer sanção de natureza civil para o descumprimento desse prazo.

O projeto que apresentei simplesmente estabelece multa para os vendedores ou prestadores de serviços que atrasem o prazo estabelecido que passa obrigatoriamente a constar do contrato assinado entre as partes. A proposição encontra-se na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sob a relatoria do eminentíssimo Senador Heráclito Fortes, que sem dúvida tem dado a atenção devida aos consumidores brasileiros.

Há duas semanas, tive a felicidade de ver aprovada, em decisão terminativa, após o relatório feito com muito brilhantismo pelo Senador César Borges,

a segunda proposição que apresentei sobre o Código de Defesa do Consumidor: o Projeto de Lei nº 219, de 2004, que “dispõe sobre a proteção ao consumidor e dá outras providências, para assegurar a gratuidade dos serviços de informação sobre os produtos e serviços fornecidos”.

Basicamente, o que pretendemos é que um dos avanços mencionados anteriormente, conquistados pelo Código do Consumidor, qual seja, a disponibilização de telefones ou formas de contato para reclamações, seja sempre gratuito. Ultimamente, estava sendo comum a prática dos chamados telefones 0300 para que os consumidores fizessem qualquer reclamação, o que implica que os consumidores estavam pagando por essas informações.

Trata-se de um absurdo que estamos consertando no Senado Federal, e espero que a Câmara dos Deputados dê a mesma atenção que o projeto mereceu nesta Casa. Afinal, o quanto antes realizarmos essa correção que, repito, julgo fundamental, novamente estaremos melhorando as condições de vida dos consumidores brasileiros.

Finalmente, gostaria de chamar a atenção da Casa para um terceiro projeto que, possivelmente, será votado ainda nesta semana. O Relator é o Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte, que tem dado uma atenção muito grande ao projeto devido a algumas dúvidas que surgiram no decorrer de sua discussão, mas, no fim, chegamos a uma posição em comum, pelo que S. Ex^a colocou. Refiro-me ao PLS nº 263, de 2004, também, que “dispõe sobre a formação do cadastro positivo nos Sistemas de Proteção ao Crédito”. O projeto, que inclusive foi motivo de diversas matérias em jornais de todo o Brasil no último fim de semana, tem por objetivo melhorar a qualidade das informações dos arquivos de crédito, divulgando dados sobre os bons pagadores, criando, portanto, um cadastro positivo.

Na medida em que atualmente as instituições que vendem bens ou prestam serviços têm a seu dispor cadastros que apontam os maus pagadores, como é o caso do Serasa e dos SPCs (Serviços de Proteção ao Crédito), a criação de um cadastro positivo contribuirá para aumentar a segurança na concessão de crédito e para diminuir as taxas de juros.

Com a aprovação do projeto em ambas as Casas, a vida do bom pagador passa a ser um ativo que ele pode usar para negociar com o sistema bancário e obter vantagens, coisa que hoje ele não pode fazer.

O sistema bancário hoje só promove aquilo que é negativo. Quando alguém deixa de pagar uma prestação, vai para o serviço de proteção ao crédito.

O que nós queremos é que o positivo também esteja registrado e que isso seja um ativo que ele possa carregar para outro banco com ele, quer dizer, não ficar só do conhecimento de um determinado banco quando ele é bom cliente.

O indivíduo poderá mudar de banco levando sua vida, pois, atualmente, só leva a assinatura, afinal, por serem concorrentes os bancos, em geral, sonegam informações.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, conlui reafirmando minha satisfação pelos 15 anos do Código de Defesa do Consumidor, que considero uma conquista para o conjunto da sociedade brasileira. Afinal, a defesa do consumidor, além do princípio geral da atividade econômica é também um dever do Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Rodolpho Tourinho, peço permissão para me associar ao discurso de V. Ex^a, pela importância do fato que relatou no início de seu discurso.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) –

Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senador.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Em função desse tempo que ainda resta, eu gostaria de dizer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço a V. Ex^a, Senador Leonel Pavan, que seja rápido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Serei objetivo. É que recebemos hoje alguns empresários do oeste de Santa Catarina. Falavam eles sobre as rodovias.

Eu gostaria de deixar registrado nesta Casa que, em viagem a Concórdia, que fica entre a BR – 272, uma rodovia estadual que se aproxima de Joaçaba, Jaborá e Concórdia, nós nos deparamos com alguns acidentes, porque existem algumas panelas, buracos. Vimos funcionários de empresas pagas com o dinheiro público, pelo Estado, passando piche nos buracos com galhos de árvores. Eles passavam o piche e colocavam a massa.

É lógico que esse dinheiro público está sendo jogado fora. Trata-se de uma obra estadual, para a qual chamamos atenção e, lamentavelmente, não fomos atendidos. Três dias depois, a mesma massa colocada já se havia separado. O mesmo ocorre na rodovia 470, que é federal.

Portanto, eu gostaria que o Dnit fiscalizasse o dinheiro público, porque isso é jogar dinheiro público fora, pois não há fiscalização rigorosa. Tapam um buraco aqui, outro lá e deixam outros abertos. Jogam a massa sem nenhum prefeito ideal.

Estou usando da palavra pela ordem para alertar o Governo Federal e o Governo Estadual, que estão jogando dinheiro fora por não praticarem a devida fiscalização das empresas contratadas ou que venceram pela concorrência. Elas estão ganhando, recebendo e não estão prestando o serviço como deveriam.

Esse é o protesto que faço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Bagunça fundiária”, de autoria do Deputado do PSDB, Xico Graziano, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 30 de agosto do corrente.

Em seu artigo, o Deputado trata da precariedade da estrutura agrária no país. O autor conclui seu texto com sugestões para que se ponha em ordem a “bagunça fundiária” existente no País: “Enfrentar os invasores de terras e os grileiros, titular os posseiros e assentados. Demarcar, de vez, as terras quilombolas e os territórios indígenas. Acabar com a fragilidade jurídica da propriedade rural”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Bagunça fundiária

Xico Graziano

Uma verdadeira anarquia jurídica atrapalha o ambiente da produção rural. Como se não bastasse as dificuldades inerentes ao agro, o direito de propriedade sobre a terra, no Brasil, é incerto e discutível. Coisa medieval.

A Lei de Terras, de 1850, estabeleceu os marcos do capitalismo no campo, regulamentando a compra e venda da propriedade. Os domínios privados sobre o território puderam ser registrados, denominando-se, por exclusão, "devolutas" as terras de ninguém. Um século e meio depois, em plena era pós-capitalista, imensas porções do território nacional continuam sem dono. Ou, pior, com vários donos!

Atentem para os números. O Brasil mede 850 milhões de hectares. Mas o cadastro do Inca, mesmo contando as terras griladas, de discutida titularidade, aponta apenas 415 milhões de hectares nos imóveis rurais, menos da metade do País. Cadê o restante?

Sabendo-se que cerca de

POR TRÁS DO SUCESSO DA AGROPECUÁRIA SE ESCONDE UM BARRIL DE PÓLVORA

20% do território está ocupado com cidades, parques florestais e reservas indígenas, lagos, etc., pode-se supor que as terras devolutas ultrapassem 300 milhões de hectares, 35% do total. Um absurdo.

A precariedade da estrutura agrária é o nascедouro da violência no campo. Aqui está a prioridade da política fundiária. Existem oito grandes fragilidades a serem enfrentadas imediatamente pelo poder público. Primeiro, a discriminação das terras devolutas. Talvez um prazo de cinco anos fosse necessário e suficiente para encerrar esse infundável assunto, carregado de eternas suspeitas.

A esquerda agrarista sempre lutou contra a regularização fundiária. Argumenta que na ocupação da Amazônia, ocorrida durante o período militar, se privilegiaram interesses oligárquicos. Deve ser verdade. Quantos pecados, afinal,

não se escondem na História? Reparem-se os erros, mas que haja um final para esse processo, conforme ocorreu nas grandes nações. Senão continua a barbárie. As mortes, idem.

O segundo item da agenda se refere às áreas indígenas. Há quem conteste a imensidão dos parques da Funai. Trata-se de posição minoritária. O grande problema, criado recentemente, reside na tentativa de arrecadação de terras, como em Mato Grosso do Sul, onde se pratica a agropecuária há décadas. O argumento dos antropólogos oficiais é de que, no passado, foram territórios indígenas. Ora, se for assim, tudo será deles.

Em terceiro lugar, encontram-se as áreas dos remanescentes de quilombos. A Constituição de 1988 assegura aos quilombolas o direito às terras que ocupam. Nada contra. Em várias partes do País, entretanto, grupos negros passaram a reivindicar terrenos de supostos antepassados, entrando em conflito com produtores rurais já estabelecidos.

Em quarto, legislação do período autoritário estabelece uma faixa de 150 quilômetros, nas fronteiras, na qual se exige ratificação do Inca para garantir, acima de 2,5 mil hectares, a escritura da propriedade. Nunca cumprida, a exigência ameaça tornar fora-da-lei milhões de hectares. Um mar para novas tormentas.

Ainda os militares, sob o bordão da integração nacional, criaram o quinto problema. Uma faixa de 100 quilômetros adjacente às rodovias federais, na Amazônia, é de domínio público, embora tenha sido ocupada. A idéia inicial era a da colonização em agricolados, tentativa que se mostrou um fracasso absoluto. Caducou a proposta, restou a confusão.

Em sexto lugar, contam-se 500 mil posseiros, gente que cultiva e cría em terrenos por aí afora, sem nunca ter regularizado sua posse. Esses produtores precários poderiam beneficiar-se do direito de usufruir especial, mas nem sabem o que isso significa.

O sétimo ponto causador da insegurança no campo está sendo provocado nas vistorias do Inca. Crescem as denúncias sobre a manipulação dos

laudos oficiais. Com dificuldades para desapropriar os verdadeiros latifundiários, que se tornaram produtivos, técnicos do Inca tacham, no papel, fazendas exemplares como improdutivas. Cria-se um pânico no setor.

Por fim, para firmar corretamente a estrutura agrária, há que titular também os beneficiários da reforma agrária. Uma multidão de 700 mil famílias de novos agricultores continua dependente do poder público, constituindo uma inusitada espécie de funcionários públicos. Sua emancipação é fundamental.

Falta do governo? Certamente, mas — pasmem! — quem impede a titulação dos assentados é o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que não admite vê-los progredir, tornando-se senhores de seu destino. Nos assentamentos, mais que a escritura da terra, vale a submissão ao poder ideológico. E lamentável.

Basta olhar o relatório de gestão do Inca e comprovar terrível deformação da política fundiária: em 2004, na regularização de imóveis, apenas 6% da meta acabou cumprida. Na distribuição de cestas básicas para acampados, todavia, se ultrapassou a meta em 71%. O problema só aumenta.

Crise política se agravando, resta torcer pelo melhor. Ningém arrisca o futuro, decisões não se esperam. Se nem as esburacadas estradas são consertadas para escoar a safra, o que dizer do resto? Por trás do sucesso da agropecuária se esconde um barril de pólvora.

Começa a corrida presidencial. Poderia vê-la um mandatário com autoridade e coragem para pôr ordem nessa bagunça fundiária. Enfrentar os invasores de terras e os grileiros, titular os posseiros e assentados. Demarcar, de vez, as terras quilombolas e os territórios indígenas. Acabar com a fragilidade jurídica da propriedade rural.

Se conseguir, virá herói.

Xico Graziano, agrônomo, foi presidente do Inca (1995) e secretário da Agricultura de São Paulo (1996-98). E-mail: xico@xicograziano.com.br. Site: www.xicograziano.com.br

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs.Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo da colunista Eliane Cantanhêde intitulado “O passado e o futuro” publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, no dia 26 de agosto de 2005.

O artigo menciona o discurso do Presidente Lula de ontem. Segundo a autora, “Lula disse com todas as letras, que não vai se matar, como Getúlio, nem renunciar, como Jânio, nem sofrer um golpe, como

Jango. Não quis falar sobre o mais recente, o impeachment de Collor”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

O passado e o futuro

BRASÍLIA - *O presidente Lula disse ontem, com todas as letras, que não vai se matar, como Getúlio, nem renunciar, como Jânio, nem sofrer um golpe, como Jango. Não quis falar “sobre o mais recente”: o impeachment de Collor.*

Horas depois, no Congresso, José Dirceu usou um gesto que remete a Getúlio ao insistir numa conversa informal que vai ficar na chapa do Campo Majoritário ao Diretório Nacional do PT e lutar até o fim para salvar o mandato na Câmara.

Com o dedo indicador direito na têmpera, simulando um tiro na cabeça, Dirceu foi radical: “Sair da chapa? Só se eu me matar”, disse. Em seguida, corrigiu: “Mas eu não sou disso. Vou lutar e vou viver mais uns 20 anos, vocês vão ver”.

Lula e Dirceu, portanto, finalmente reconheceram, cada um a seu jeito e no seu canto, o tamanho da crise e a dramaticidade de sua própria condição dentro da crise. A reeleição parece impossível, Dirceu está na lona, o PT se debate para não afundar.

Enquanto isso... a economia resiste.

E bem. Ontem foi um bom exemplo.

Na CPI dos Bingos, Rogério Buratti, braço-direito de Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, repetia tudo o que já dissera a promotores em São Paulo: havia um esquema, sim, de tirar R\$ 50 mil por mês de uma empresa de lixo para dar ao PT.

E, no PFL, o economista Cláudio Adilson fazia uma comparação importante. Em 13 de agosto, quando a revista “Veja” denunciou a propina dos Correios, o dólar estava em R\$ 2,47, e o índice Bovespa, em 23.887. Em 3 de junho, na entrevista de Roberto Jefferson à Folha, em R\$ 2,42 e 26.366, respectivamente. Em 24 de agosto, depois das denúncias de Buratti, R\$ 2,43 e 26.656.

Provocação de Bornhausen, presidente do PFL: “O país vai sair da crise melhor do que entrou. O investidor está feliz da vida, porque vai se livrar de Lula e do PT em 2006”.

Quem vai decidir os efeitos da crise e o futuro de todos (inclusive de Bornhausen e do PFL) é você, o eleitor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Para superar a crise política”, de autoria do ex-ministro da educação, Paulo Renato Souza, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 28 de agosto do corrente.

Para o ex-Ministro, “é chegada a hora de pensar na reconstrução da democracia no País”. Para isso, propõe, primeiramente, que se aprofundem e concluam as investigações e que se punam aqueles que cometeram crimes como o desvio de recursos públicos e o favorecimento a determinados interesses privados a fim de obter recursos financeiros. Propõe, também, que, em uma segunda etapa, seja feita a reforma política em nosso País.

Como expressa o título do artigo, as propostas o ex-Ministro visam a superar a crise política. Crise essa que, segundo o autor, “só faz aprofundar-se a cada semana, com novas revelações estarrecedoras sobre o maior esquema de corrupção política de nossa História, organizado pela facção dirigente do Partido dos Trabalhadores que ocupou os principais postos no atual Governo”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que conste dos Anais do Senado.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, também gostaria de registrar neste momento o artigo intitulado “Mil e uma noites”, do ex-Ministro Pedro Malan, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 11 de setembro do corrente.

O ex-Ministro mostra, em seu artigo, que o desempenho da economia é a principal base de sustentação do atual Governo. Mostra, também, que são três as razões principais desse desempenho: “Primeiro, um contexto internacional extraordinariamente favorável, que propicia ao Brasil, assim como a vários outros países, um forte vento a favor. Segundo, a postura do Ministro Palocci e sua equipe, de compromisso firme com uma política econômica coerente, apesar de todo o explícito fogo amigo. Terceiro, mas não menos importante, pelos efeitos das mudanças estruturais e avanços institucionais alcançados na vigência não só desta como de administrações anteriores”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Para superar a crise política

Paulo Renato Souza

“Acho que o Palocci deu a resposta que o País precisava ouvir. Ele mostrou a tranquilidade de um homem que sabe o que quer e, portanto, nós vamos tocar o barco.”
Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, programa quinzenal de rádio, 22/8

A crise política só faz aprofundar-se a cada semana, com novas revelações estarrecedoras sobre o maior esquema de corrupção política de nossa História, organizado pela facção dirigente do Partido dos Trabalhadores que ocupou os principais postos no atual governo. As investigações no Congresso

e fora dele avançam, impulsionadas por novas denúncias e, principalmente, novas confissões. Como todos suspeitavam, hoje esta assolutamente claro que nenhum personagem importante desse grupo está isento de responsabilidade ou participação ativa nesse processo. Por outro lado, a patética citação em epígrafe é a prova mais

a dimensão da crise e, menos ainda, para procurar formular uma estratégia para seu enfrentamento e superação.

Hoje podemos ter a esperança de que o País acabará sabendo boa parte da verdade e que haverá punições que atingirão algumas das figuras que até recentemente eram as mais importantes do governo. Já ninguém aposta na permanência nem mesmo do ministro da Fazenda e o impeachment do presidente passou a ser abertamente discutido. Pessoalmente, creio que já há evidências suficientes para dar início a esse processo, mas entendo a cautela política dos dirigentes da oposição, para evitar que o

É CHEGADA A HORA DE PENSAR NA RECONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA NO PAÍS

cabal da inépcia e do despreparo de nosso dirigente máximo para nem sequer compreender

País passe por um segundo processo semelhante e altamente traumático num intervalo de uma década e meia. Entretanto, é possível que esses passos tenham de ser obrigatoriamente adotados pelo Congresso em face de novas evidências que venham a surgir.

É chegada a hora de começarmos a pensar na superação da crise e na reconstrução da democracia em nosso país, a partir de uma clara estratégia sobre a qual me parece ser possível reunir certo consenso entre lideranças políticas e da sociedade. No curto prazo, é preciso aprofundar e concluir as investigações e punir com severidade as pessoas que praticaram os crimes mais graves, ou seja, os que se utilizaram do desvio de recursos públicos ou do favorecimento a determinados interesses privados para obter dinheiro com três objetivos: o financiamento partidário, a compra de apoio político nas eleições ou no Congresso e o enriquecimento pessoal.

As etapas de médio e longo prazos se devem concentrar na inadiável reforma política em nosso país. É óbvio que não há tempo para fazer todo o necessário para as eleições do próximo ano. É preciso dividir a reforma em etapas indissociáveis. A primeira deverá incluir aspectos emergenciais para a próxima eleição e que tenham que ver com a redução de custo da campanha política e o aumento dos controles sobre seu financiamento, ainda dentro do marco mais geral de nosso sistema eleitoral vigente. Os riscos de dividir a reforma necessária em etapas são dois: não podemos confundir essa parte

da reforma com o conjunto de medidas a serem adotadas para garantir um futuro melhor para nossas instituições democráticas e não podemos aprovar nada que vá na contramão do que se deve alcançar na segunda etapa da reforma política. Nesse sentido, preocupam propostas que estão sendo discutidas neste momento no Congresso e que poderiam constar da lei a ser aprovada nas próximas semanas, como, por exemplo, a mudança do sistema de eleição parlamentar para o de listas fechadas ou a redução das chamadas cláusulas de barreira em relação ao que já está aprovado para o próximo ano, o que manteria, na prática, a pulverização atual do sistema partidário brasileiro.

Mais do que nunca, o País precisa eleger um verdadeiro estadista como seu próximo presidente. Como seu primeiro ato, ele deveria enviar ao Congresso a proposta de reforma que fixe novas regras permanentes para o sistema político brasileiro. Aos poucos a sociedade brasileira as vem amadurecendo e será possível mobilizar a opinião pública para fazer com que o Congresso aprove dispositivos que hoje soam difíceis por contrariarem muitos interesses estabelecidos no Parlamento. Três são os temas mais importantes a serem discutidos nessa etapa:

- A mudança do sistema de eleição parlamentar, substituindo o sistema do voto proporcional pelo voto distrital puro;
- a ampliação dos mandatos e a eliminação da reeleição imediata;
- e regras rígidas de fidelidade partidária.

Aprovada essa segunda etapa da reforma, o futuro presidente deveria pôr em debate e liderar o processo de aprovação, pela sociedade e pelo Congresso, da mudança do sistema de governo para o parlamentarismo. Há, hoje, condições de demonstrar ao povo brasileiro a sua necessidade, bastando constatar que as últimas grandes crises políticas que atravessamos – a do período Collor e a presente – teriam sido rapidamente superadas sem maiores traumas dentro daquele regime.

Não será quem aspira apenas a "tocar o barco" que poderá liderar esse processo estratégico essencial para a sobrevivência de nosso regime democrático. O governo atual está apenas manobrando para se defender das acusações criminais, sem nenhuma estratégia política para superar a crise. É oportuno lembrar que governo que perde a iniciativa política acaba. O problema é que a persistência dessa situação poderá tornar irrelevante a discussão sobre a conveniência ou não de levar adiante o processo de impeachment do presidente.●

Paulo Renato Souza, economista, foi ministro da Educação no governo Fernando Henrique Cardoso, gerente de Operações do BID, reitor da Unicamp e secretário de Educação de São Paulo no governo Montoro. E-mail: paulo.renato@prsouza.com.br

NACIONAL A1
O ESTADO DE S. PAULO • QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2005

Quebrado sigilo de cartões do Planalto

TCU aprova auditoria para verificar regularidade dos gastos com cartões corporativos na Abin e na Presidência da República

CRÍSE NO GOVERNO LULA

Mariângela Gallicci
BRASÍLIA

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovaram ontem a realização de uma ampla auditoria para verificar a regularidade dos gastos na Secretaria de Administração da Presidência na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) com cartão de pagamento do governo federal, também conhecido

como cartão corporativo. Pelo dado Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo referentes ao período de janeiro a junho de 2005 e divulgados pelo tribunal, 68 ônibus têm utilizado o cartão.

O TCU informou que o fabiente da Presidência foi o que fez mais despesas, num total de R\$ 4.083.374,73, seguido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), com um valor de R\$ 537.971,43.

A auditoria nos gastos com cartão corporativo foi requisitada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Relator do pedido, o ministro Ubiratan

Aguilar, concluiu que deve- ria ser atendido. A noite, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), anuncio a decisão na sessão da CPI dos Correios. "Esta é uma vitória da comissão, que vem buscando essas informações, mas tem sido impedita pela burocracia", comemorou.

Ubiratan Aguiar concordou com a sugestão dos técnicos do tribunal para que fossem realizadas inicialmente auditorias na Secretaria de Administra-

ção da Casa Civil da Presidência da República e na Abin, que, segundo informações do TCU, são as "unidades gestoras que mais realizariam despesas com

cartão corporativo". Na prática, a medida é uma quebra de sigilo semelhante às determinadas por CPIs emope-

o cartão de pagamento de governo federal em 2005". Em seguida, alinhado ao tribunal, fez auditorias em car- toes corporativos de outros 68 órgãos e entidades da adminis- tração pública federal que te- nham feito despesas por meio desse sistema de pagamento. "Nesse período, 34 ônibus ex- cutaram despesas em valor to- tal inferior a R\$ 10 mil, 28 execu- taram despesas entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil e apenas 11 efetu- ram gastos acima de R\$ 100 mil", constataram técnicos do

tribunal de contas. "Não é só a questão de regularidade que é importante, é a questão de transparência", afirmou o relator da CPI, Henrique Pizzola. Ele disse que eram presentes pa- ragrandes clientes do Banco do Brasil. Sobre a assinatura do si- te porográfico, ele garantiu que não tinha nada a ver com c caso. "Não fui eu, a Previ não mandava as faturas dos gastos para mim", afirmou. ■

bre o uso de cartão corporati- vo, o fundo de pensão dos funcionários da instituição fi- nanceira. De acordo com infor- mações divulgadas na ocasião, os extratos teriam aparecid compras de vinhos e até a assi- nature de uma página porno- gráfica na internet.

Questionado sobre os gastos com vinhos, Henrique Pizzola, disse que eram presentes pa- ragrandes clientes do Banco do Brasil. Sobre a assinatura do si- te porográfico, ele garantiu que não tinha nada a ver com c caso. "Não fui eu, a Previ não mandava as faturas dos gastos para mim", afirmou. ■

VINHOS

O uso de cartão foi um dos re- certes temas discutidos na CPI.

O TCU informou que o car- tão de crédito corporativo foi

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 74, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 948, de 2005 – art. 336,"II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 74, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.519, de 2005, Relatora: *ad hoc* Senadora Ana Júlia Carepa), que autoriza a União a contratar operações financeiras voltadas ao reescalonamento da dívida do Banco de Moçambique para com a República Federativa do Brasil, no montante equivalente a trezentos e trinta e um milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, quinze dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos, de acordo com o Contrato de Reestruturação da Dívida firmado em 31 de agosto de 2004.

2**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 75, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 949, de 2005 – art. 336,"II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 75, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.520, de 2005, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operadora de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a sessenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao NIB.

3**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 76, DE 2005**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 960, de 2005 – art. 336,"II")

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 76, de 2005 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 1.521, de 2005, Relator: Senador Fernando Bezerra), que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até doze milhões, cento e vinte mil dólares dos Estados Unidos

da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (BIRD), destinada ao financiamento, parcial, do Projeto de Assistência Técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (PACE).

4**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Nº 12, DE 2003

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Relatora Senadora Serys Ikhessarenko, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5**PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 162, DE 2004-COMPLEMENTAR

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

6**EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 586, DE 1999**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 586, de 1999 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que altera o inciso VI do art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional, e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.528, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2004*(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2004 (nº 3.341/2000, na Casa de origem), que *altera o art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências* (exclui os odontólogos da prerrogativa de prescrever esteróides e peptídeos anabolizantes e dispõe sobre os dados da receita desses fármacos).

Parecer sob nº 253, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com Emenda nº 1 -CAS, que apresenta.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 8, DE 2005*(Discussão adiada em virtude de requerimento aprovado em 16.8.2005)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a cria-*

ção de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 21, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que *dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).*

Parecer sob nº 1.363, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável com a Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 39 minutos.)

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 133 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº 9, de 1997,

Considerando que as novas dimensões de cobertura jornalística desta Casa Legislativa, resultam numa série de transformações estruturais e enseja o aprimoramento dos serviços oferecidos através da web, garantindo agilidade informativa à população e aos usuários da Página Oficial do Senado Federal .

Considerando que em decorrência das modificações de procedimentos operacionais da Agência Senado, faz premente ajustes tecnológicos e conceituais na atual página da Agência Senado,

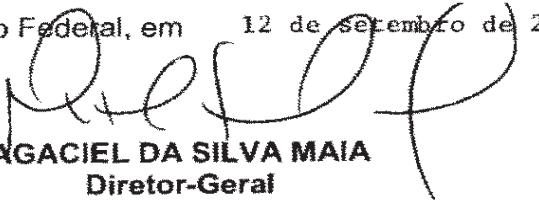
R E S O L V E:

Art. 1º – Instituir Comissão Especial com a finalidade de promover os ajustes tecnológicos e conceituais na página eletrônica da Agência Senado, possibilitando a introdução de instrumentos que possibilitem conferir transparência às atividades do Senado Federal, inclusive, de fácil manuseio e aproximação da instituição com a população.

Art. 2º - Designar para compor a Comissão Especial os servidores Rita de Cássia Nardelli, matrícula 48978, como Presidente e, na qualidade de membros os servidores Geraldo Sobreira Liberalquino, matrícula 184564, Flávio Antonio da Silva Mattos, matrícula 491193, Claudia Tavares Fernandes, matrícula 184990, Silva Del Valle Gomide, matrícula 543383, Mariúza Maria Pereira Vaz, matrícula 54279 e Denise Rezende Costa, matrícula 55090, como Secretária.

Art. 3º – Fixar o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão dos trabalhos, com os seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2005.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3504 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, cumprindo determinação do parágrafo único do art. nº 11, do Ato da Comissão Diretora nº 9 de 2005, RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o novo termo de responsabilidade pela guarda e uso de bens patrimoniais do Senado Federal, que deverá ser assinado pelos servidores considerados agentes consignatários nos termos do Ato nº 09, de 2005 da Comissão Diretora.

Art. 2º - Os agentes consignatários, quando da assinatura do termo de responsabilidade, ora instituído, comprometem-se:

I - A assumir inteira responsabilidade, com fundamento no artigo nº 94 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, pela guarda, uso e conservação dos bens constantes da(s) relação(ões) de carga patrimonial(is) que fiquem sob seus cuidados, obrigando-se a informar, por escrito, ao órgão de patrimônio qualquer movimentação ocorrida, pelos quais prestará contas na forma da Lei.

II – A não receber ou permitir, em sua unidade administrativa, movimentações de móveis, eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, máquinas fotográficas, telefones, equipamentos de informática, aparelhos de ar condicionado, extintores, Obras de Arte e outros bens permanentes sem a devida formalização, exigindo dos responsáveis pela transferência patrimonial a emissão da guia, nos termos do Anexo I deste Ato, e o pertinente registro no sistema de controle informatizado das unidades patrimoniais.

III – A manter atualizada(s) e em local visível a(s) pasta(s) de controle patrimonial de sua unidade administrativa, e se for o caso, da Residência Oficial ocupada por Parlamentar.

IV - A solicitar o inventário de transferência de responsabilidade, quando de sua exoneração ou aposentadoria e o inventário de extinção, quando da extinção ou transformação de sua unidade administrativa.

V - A encaminhar ao órgão de patrimônio as comunicações sobre avaria ou desaparecimento de bens disponibilizados em sua unidade administrativa.

VI – A registrar no órgão de segurança, os bens do Senado Federal que, por contingência de serviço, necessitem sair temporariamente do Complexo Arquitetônico do Senado Federal.

VII – A solicitar, por ocasião de reforma de sua unidade administrativa, as providências para recolhimento dos bens móveis ao depósito do patrimônio, para guarda temporária, requisitando-os após a conclusão dos serviços.

VIII - A manter controle da distribuição interna de bens de uso individual mediante a emissão de recibos.

IX – A manter o controle de bens que não integrem o patrimônio do Senado Federal, cujo uso está vinculado a contrato de arrendamento, locação ou outra modalidade congênere, ou de terceiros, encaminhando ao órgão de patrimônio cópia dos documentos de registro de entrada, emitidos pelo órgão de segurança.

X – A conhecer o teor do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 9 de 2005, publicado em 23 de maio de 2005.

Art. 3º - Fica determinado que todas as unidades administrativas do Senado Federal, quando promoverem entrega ou movimentações de bens, deverão utilizar-se da Guia de Transferência Patrimonial, cujo modelo compõe o Anexo I do presente Ato.

Parágrafo Único – As unidades administrativas, na Guia de Transferência Patrimonial, deverão, obrigatoriamente, observar a unidade orçamentária à qual se encontram vinculados os bens entregues ou movimentados, promovendo a atualização no sistema patrimonial competente.

Art. 4º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 6 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA

DIRETOR-GERAL

ANEXO I

GUIA DE TRANSFERÊNCIAS DE BENS PERMANENTES				Nº:			
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA DOS BENS:		<input type="checkbox"/>	SENADO	<input type="checkbox"/>	PRODASEN	<input type="checkbox"/>	SEEP
Nome do servidor que autorizou as transferências:							
				Matrícula:			
				O.S.:			
Assinatura:							
Equipe que realizou as transferências:				Data:			

Nome do agente consignatário remetente:

Assinatura: _____ **Matrícula:** _____

Nome do agente consignatário recebedor:

Assinatura: _____ **Matrícula:** _____

Relatório/observação quanto a recebedor temporário:

Atualização no sistema de patrimônio feita pelo servidor:

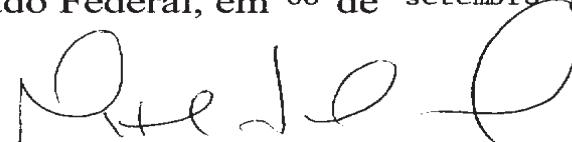
Matrícula:

Data:

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3505 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso das atribuições estabelecidas no artigo 320 do
Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação
dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e
tendo em vista o que consta do Processo PD-000901/05-9,
RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 4137/03, que
aposentou, voluntariamente, com proventos proporcionais ao
tempo de serviço, o servidor **PEDRO RICARDO MELO**,
Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 29, para
incluir o artigo 190 da Lei nº 8.112/90, tendo em vista que o
mesmo foi considerado portador de doença especificada em lei
por Laudo Médico expedido pela Junta Médica do Senado
Federal, com diagnóstico comprovado em 22/02/05, observado o
disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 08 de setembro de 2005.



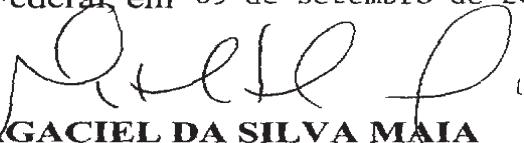
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3506, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no
uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do
Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º
013792/05-9,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo
35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MELISSA DO CARMO CATTINI**,
matrícula n.º 165363, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar,
AP-5, do Gabinete do Senador João Ribeiro, a partir de 05 de setembro de
2005.

Senado Federal em 09 de setembro de 2005.



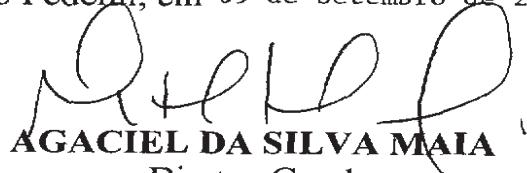
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3507 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013825/05-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO TOMÉ DE CASTRO NETO**, matrícula n.º 180972, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, a partir de **01 de setembro de 2005**.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3508 , DE 2005

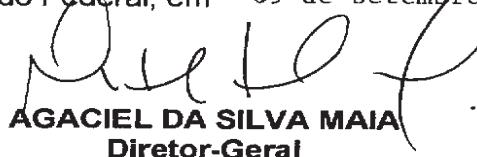
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e, tendo em vista o que consta do Processo nº **011766/05-0**,

R E S O L V E:

Art. 1º – Tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 3264, de 2005, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal nº 3294, de 10 de agosto de 2005.

Art. 2º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



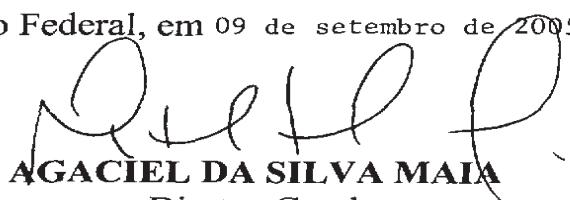
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3509 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013907/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **SERGIO BAPTISTA LEAL**, matrícula n.º 169046, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Sérgio Zambiasi.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3510 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013826/05-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ DE SOUZA PENNAFORT NETO**, matrícula n.º 182622, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete da Senadora Serlys Slhessarenko.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.

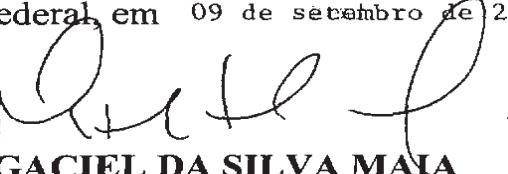

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3511 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013791/05-2**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA DO SOCORRO REIS CARNEIRO**, matrícula n.º 182129, de Assistente Parlamentar, AP-3, para o de Assistente Parlamentar, AP-4, do Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.

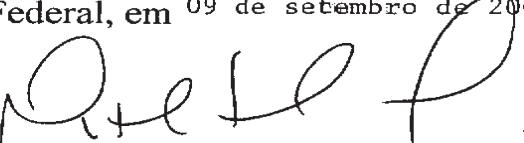

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3512 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **013790/05-6**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **MARIA ELIENE DE SOUSA MORAIS**, matrícula n.º 167724, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.

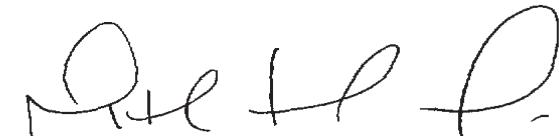

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3513 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 007.755/05-8,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 3124, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3284, de 27/07/2005, que nomeou **MARA ELIZA RIBEIRO SALOMÃO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005 .



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3514 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 010219/05-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ CARLOS GALETTI** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005 .



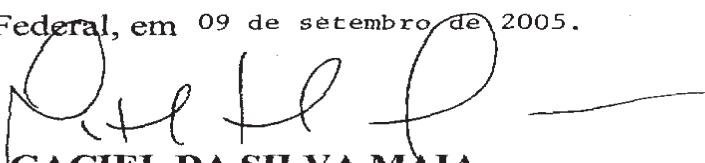
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3515 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013793/05-5**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSEFA ALMEIDA DE SOUSA CUNHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3516 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013827/05-7**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LEONARDO BRITTO VAZ DE OLIVEIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Shhessarenko.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



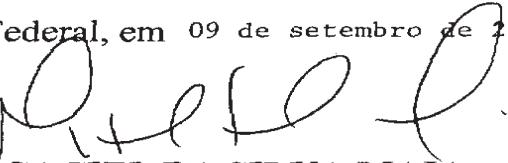
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3517 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013800/05-1**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HUGO LEONARDO SOUZA LUZ SANTOS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PTB.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



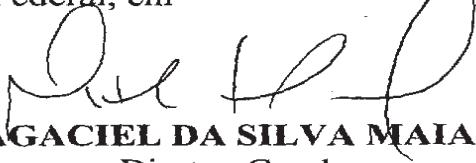
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3518 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013.430/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CHRISTIAN PERILLIER SCHNEIDER** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2005.



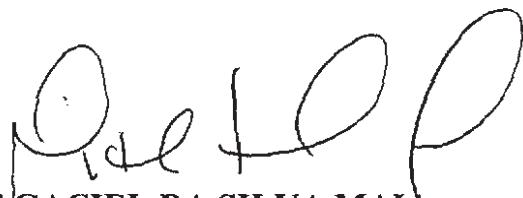
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3519 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS AUGUSTO INOCENTE, matrícula 25322, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-6, do Instituto Legislativo Brasileiro, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de setembro de 2005.

Senado Federal, 09 de setembro de 2005.



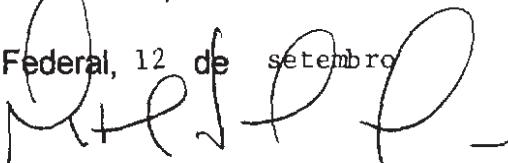
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3520 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, RESOLVE:

Designar o servidor TELMO TOLEDO TENÓRIO, matrícula 33495, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a FUNÇÃO COMISSIONADA de TÉCNICO LEGISLATIVO, símbolo FC-06, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

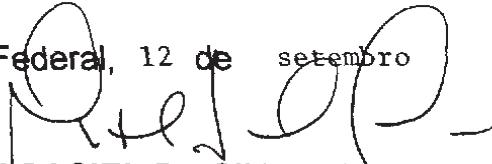
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3521 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor VILMAR ALVES PEREIRA, matrícula 37919, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, símbolo **FC-06**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **1º de setembro de 2005**.

Senado Federal, 12 de setembro

de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

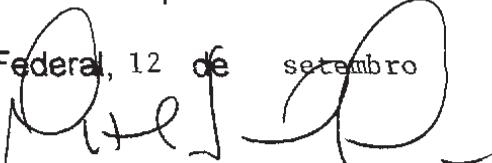
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3522 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor JOSÉ ANTONIO GOMES DA SILVA, matrícula 37415, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, símbolo **FC-06**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **1º de setembro de 2005**.

Senado Federal, 12 de setembro

de 2005.

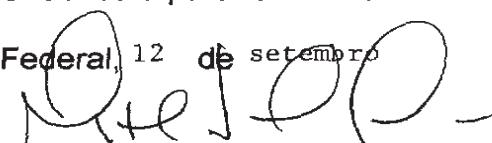

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3523 , de 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar a servidora CLAUDIA EMILIA DOS SANTOS, matrícula 35728, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, símbolo **FC-06**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício na Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **1º de setembro de 2005**.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3524 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013892/05-3,

RESOLVE dispensar a servidora VIVIAN LOBO PENNACCHIO, matrícula 103072, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 06 de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3525 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013891/05-7,

RESOLVE dispensar a servidora ANDREA DE CASTRO SOUZA RÊGO, matrícula 42848, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Ribeiro, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, a partir de 06 de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3526 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013516/05-1,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA JOSÉ LIRA BARBOSA CAMELO, matrícula 37040, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Leonel Pavan, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aelton Freitas, a partir de 31 de agosto de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3527 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013859/05-6,

RESOLVE dispensar a servidora BEATRIZ DIAS DE FARIA SENA, matrícula 52120, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-7, do Serviço de Programação Financeira e Pagamento da Subsecretaria de Administração Financeira, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria de Finanças, Orçamentos e Contabilidade, a partir de 06 de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3528 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013780/05-0,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA MARGARIDA DE A. ROCHA, matrícula 45941, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, a partir de 05 de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 3529 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 013788/05-1,

RESOLVE designar o servidor GENIVALDO FERNANDES MENDONÇA, matrícula 14816, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Secretaria Técnica de Eletrônica, a partir de 05 de setembro de 2005.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3530 , DE 2005

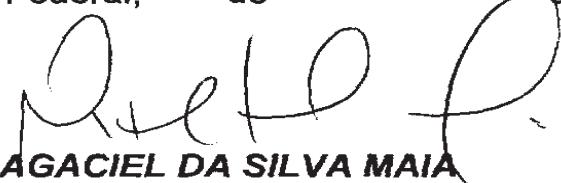
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o Ato nº 9 de 1996, artigos 3º, inciso II, e 4º, da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras JOSÉ CARLOS BATISTA, matrícula nº 43373, e PAULO CÉZAR FERREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 52714, como gestoras titular e substituta, respectivamente, do Processo nº 013398/05-9 e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 12 de setembro de 2005.



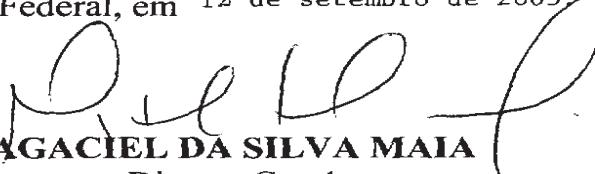
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 3531 , DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013959/05-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **PAULO GOMES DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador João Ribeiro.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2005

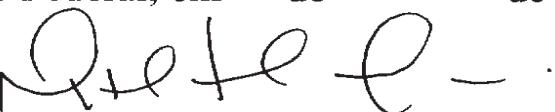


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3532, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem, de acordo com o artigo 320 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução do Senado Federal nº 009, de 29.01.97, e tendo em vista o que consta do Processo PD-000984/05-1, RESOLVE aposentar, voluntariamente, com proventos integrais ao tempo de contribuição, o servidor **JOSÉ CARLOS PEDROSA BETONICO**, Técnico de Informática Legislativa, Nível II, Padrão 30, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, nos termos da EMC nº 20/98, art. 8º c/c o artigo 3º da EMC nº 41/2003, com as vantagens das Resoluções 59/91, 74/94, 05/95, 55/98 e 07/02 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2005.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 3533, DE 2005

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e em cumprimento ao disposto no artigo 30 da Resolução nº 42, de 1993, **RESOLVE**:

Art. 1º - Aos servidores do Quadro da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN que cumpriram o interstício e demais requisitos do Plano de Carreira dos servidores do Senado Federal (Resolução nº 42/93) e do Ato nº 05/95 da Comissão Diretora do Senado Federal, é concedida a promoção de um padrão no mesmo nível, por mérito ou antiguidade, na forma do anexo deste Ato.

Art. 2º - As promoções a que se refere o artigo anterior terão seus efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2005.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 05 de setembro de 2005.

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

3533
ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL N° , de 2005

Servidores promovidos por MÉRITO, a partir de 1º de janeiro de 2005, em razão de terem obtido conceito “suficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2005, referente ao interstício com início em 01/01/2004 a 31/12/2004:

**CATEGORIA FUNCIONAL:
 ANALISTA DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA
CONCEITO: SUFICIENTE**

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
105470-1	Eduardo Pereira da Silva	43	44
105482-1	Otto Luiz Vilela do Nascimento	43	44
105494-1	João Jorge Squeff	43	44
105500-1	João Alberto de Oliveira Lima	43	44
105512-1	Luiz Flávio Brant de M. e Silva	43	44
105524-1	José Coelho Ávila	43	44
105536-1	Bernardo Brenicci	43	44
105548-1	Sussumu Ernesto Yamada	43	44
105550-1	Victória Maria de Freitas M. Gebaili	43	44
105573-1	Jader Dullens Santos	43	44
105585-1	Pedro Augusto de Menezes Pereira	43	44
105597-1	Rubens Vasconcellos Terra Neto	43	44
105603-1	Marco Antônio Motta de Souza	43	44
105615-1	Luiz Ricardo Couto Borges	43	44
105627-1	Alexandre Faria da Fonseca	43	44
105639-1	Cláudio Silva Miranda	43	44
105640-1	Fernando Ciciliati Júnior	43	44
105652-1	Eduardo Ferraz dos Santos	43	44
105664-1	Danielle Sedlmaier Carrara	43	44
105676-1	João Roberto da Cunha	43	44
105688-1	Sérgio Arthur Pires Ferreira da Silva	43	44
105690-1	Leila Menezes Xavier	43	44

3533
ANEXO AO ATO DO DIRETOR-GERAL Nº , de 2005

**CATEGORIA FUNCIONAL:
TÉCNICO DE INFORMÁTICA LEGISLATIVA
CONCEITO: SUFICIENTE**

Servidores promovidos por MÉRITO, a partir de 1º de janeiro de 2005, em razão de terem obtido conceito “suficiente” na Avaliação Anual de Desempenho do ano de 2005, referente ao interstício com início em 01/01/2004 a 31/12/2004:

MAT.	NOME	PROMOÇÃO	
		DE	PARA
100216-1	João Batista Machado	29	30
100228-1	Washington Szervinsk Silva	29	30
100654-1	José Pereira da Silva	29	30
101841-1	Aracê de Jesus Muniz	29	30
101919-1	Geci de Jesus	29	30
101920-1	Raimunda Martins dos Anjos	29	30
100328-1	Antônio Vieira	29	30
100354-1	Gilberto Pedrosa dos Santos	29	30
103412-1	Geralda Eutalina de Andrade	29	30
103539-1	Antônio Vieira Lopes	29	30
103643-1	Heber Oliveira Lima	29	30
103679-1	Ivanilda de Silva Viana	29	30
103709-1	José de Arimatea Assis de Oliveira	29	30
103760-1	Ademir Alves dos Reis Souza	29	30
103813-1	Erivaldo de Holanda Leal	29	30
103977-1	Márcia Miranda Cruz	29	30
104039-1	Edmundo Cruz Pereira	29	30
104040-1	Carlos Antônio R. de Oliveira	29	30
104180-1	Rosa Maria de Jesus	29	30
103515-1	Francisco José T. C. C.P.Pessoa	29	30

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52^a LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
		PMDB	Garibaldi Alves Filho
		PFL	José Agripino
			SANTA CATARINA
BLOCO - PT	RIO DE JANEIRO	PFL	Jorge Bornhausen
PL	Roberto Saturnino	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Marcelo Crivella	PSDB	Leonel Pavan
		P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Sérgio Cabral	PMDB	Heloísa Helena
		PSDB	Renan Calheiros
		PFL	Teotônio Vilela Filho
		PSDB	SERGIPE
		PSDB	Maria do Carmo Alves
BLOCO - PT	MARANHÃO	BLOCO - PSB	Almeida Lima
PMDB	Ribamar Fiquene	PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Edison Lobão	PSDB	AMAZONAS
PMDB	Mauro Fecury	PDT	Gilberto Mestrinho
		PSDB	Arthur Virgílio
		PFL	Jefferson Péres
		PSDB	PARANÁ
PMDB	PARÁ	PDT	Alvaro Dias
PMD	Luiz Otávio	BLOCO - PT	Flávio Arns
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PDT	Osmar Dias
PSDB	Flexa Ribeiro	BLOCO - PT	ACRE
		P - SOL	Tião Viana
		BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
		PDT	Sibá Machado
		MATO GROSSO DO SUL	
		PDT	Juvêncio da Fonseca
		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
		PMDB	Ramez Tebet
		DISTRITO FEDERAL	
Sem Partido	MINAS GERAIS	PP	Valmir Amaral
PL	Aelton Freitas	Sem Partido	Cristovam Buarque
PSDB	Eduardo Azeredo	PFL	Paulo Octávio
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	PSDB	TOCANTINS
		PSB	Eduardo Siqueira Campos
		PMDB	Nezinho Alencar
		PMDB	Leomar Quintanilha
		PMDB	AMAPÁ
		PMDB	José Sarney
		BLOCO - PSB	João Capiberibe
		PMDB	Papaléo Paes
		PMDB	RONDÔNIA
		PMDB	Amir Lando
		BLOCO - PT	Fátima Cleide
		PMDB	Valdir Raupp
		PTB	RORAIMA
		PDT	Mozarildo Cavalcanti
		PMDB	Augusto Botelho
			Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 194 PÁGINAS